



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS

FRANCISCO TARCÍSIO DA ROCHA

**PRODUÇÃO DE TEXTOS DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVOS: UMA
PROPOSTA DE ATIVIDADES COM ÊNFASE NO ENEM**

FORTALEZA – CEARÁ

2020

FRANCISCO TARCÍSIO DA ROCHA

PRODUÇÃO DE TEXTOS DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVOS: UMA PROPOSTA
DE ATIVIDADES COM ÊNFASE NO ENEM

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Letras do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagens e Letramentos. (Linha de pesquisa: Leitura e Produção Textual: Diversidade Social e Práticas Docentes).

Orientadora: Prof^ª. Dra. Abniza Pontes de Barros Leal

FORTALEZA – CEARÁ

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Rocha, Francisco Tarcísio da.

Produção de textos dissertativo-argumentativos: uma proposta de atividades com ênfase no Enem [recurso eletrônico] / Francisco Tarcísio da Rocha. - 2020.
157 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado Profissional em Letras Rede Nacional - Profissional, Fortaleza, 2020.

Orientação: Prof.^a Dra. ABNIZA PONTES DE BARROS LEAL.

1. texto dissertativo-argumentativo. 2. tese e argumento. 3. procedimentos/recursos de coesão e coerência. 4. redação Enem. I. Título.

FRANCISCO TARCÍSIO DA ROCHA

PRODUÇÃO DE TEXTOS DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVOS: UMA
PROPOSTA DE ATIVIDADES COM ÊNFASE NO ENEM

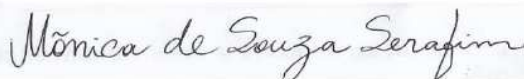
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Letras do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Linguagens e Letramentos.

Aprovada em: 01 de junho de 2020

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dra. Abniza Pontes de Barros Leal (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof^a. Dr^a. Mônica de Souza Serafim
Universidade Federal do Ceará – UFC



Prof^a. Dr^a. Suelene Silva Oliveira
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Dedico este trabalho a Deus, por ter me dado forças nos momentos em que mais precisei e por não ter me deixado desistir durante essa jornada tão árdua.

A meus pais, Gilberto e Antônia, que sempre me incentivaram a lutar por meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter proporcionado tantas bênçãos e conquistas longo de toda a minha vida.

À Prof^ª. Dr^ª. Abniza Pontes de Barros Leal, pelo apoio, atenção, carinho, dedicação e, especialmente, pelas significativas contribuições ao trabalho, pois sem sua valorosa ajuda não teria conseguido concluir esta dissertação.

À minha esposa, Rávida, pelo companheirismo, cumplicidade, incentivo e amor incondicional. Por ser meu alicerce durante todos esses anos, acreditar no meu potencial e apoiar todas as minhas escolhas.

À minha filha, Mariana, que está a caminho, mas já é muito amada por nós. Sua chegada irá fortalecer nossa união e abençoar ainda mais nossa família.

Aos meus pais, Gilberto e Antônia, pelo amor, apoio, dedicação e incentivo à minha formação acadêmica. Obrigado por todos os ensinamentos, pelos valores repassados e por estarem sempre ao meu lado, apoiando todas as minhas decisões.

Às minhas queridas irmãs, Tatiane e Telma, pelos momentos de convivência e pelo companheirismo.

Às minhas sobrinhas amadas, Alice e Anahí Giovanna, pelo carinho.

À minha avó, Antuninha, tios, tias, primos, primas e cunhados, por sempre acreditarem em mim e em meu potencial.

À turma 5 do PROFLETRAS – UECE, pelo apoio, união e carinho mútuos durante esse árduo percurso. Vocês são pessoas iluminadas, com as quais tive a honra de conviver por dois anos. Lembrarei com carinho das nossas risadas, do compartilhamento de experiências, de nossas festinhas e, principalmente, da alegria de cada de vocês.

A todos os professores e professoras do Curso de Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS, da Universidade Estadual do Ceará, pela competência e compreensão em todas as experiências compartilhadas.

“A curiosidade que silencia a outra se nega a si mesma também. Como professor devo saber que sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino.”

(Paulo Freire)

RESUMO

Esta pesquisa-ação tem por objetivo realizar uma intervenção na aprendizagem da elaboração da tese e do primeiro argumento da redação do Enem, abrangendo a estruturação do parágrafo e as relações coesivas estabelecidas nesses segmentos, em uma turma de 1º ano do Ensino Médio de uma escola da rede pública de ensino da cidade de Fortaleza. Os objetivos específicos são averiguar que tipos de parágrafos são mais utilizados na produção de textos argumentativos por estes alunos; verificar como estruturam a escrita da tese e do primeiro argumento do texto dissertativo-argumentativo; verificar como fazem as relações coesivas inter e intraparágrafais em escrita do texto dissertativo-argumentativo. A fundamentação teórica situa-se na Linguística Textual e, mais especificamente, nos pressupostos teóricos de Adam (2019), Antunes (2013), Correa, Spinillo e Leitão (2001), Garcia (2007), Koch (2011), Koch e Elias (2017), Soares e Campos (1982) e Vieira (2005), autores que orientam a escrita do texto dissertativo-argumentativo, a coesão e a coerência. A partir dessa teoria, os alunos passam a ver a linguagem como atividade e espaço de interação, tendo a língua como meio pelo qual a linguagem se realiza, e percebem que o uso da linguagem embasa a construção do sentido da redação do Enem. O *corpus* da pesquisa é formado 44 redações, divididas em dois grupos, quais sejam, Produção Inicial Enem 2016, com 22 textos, e Produção Final Enem 2017, também, com 22 redações. As categorias de análise investigadas neste trabalho estão relacionadas à elaboração da tese e de um argumento do texto dissertativo-argumentativo, a construção do parágrafo, a classificação dos tipos de parágrafos, as relações coesivas estabelecidas dentro do parágrafo e entre parágrafos. Os resultados obtidos na análise das redações revelam que a intervenção foi bastante positiva, pois, dos 22 alunos participantes de todos os momentos, 18 (81,8%) realizaram a produção do texto dissertativo-argumentativo, nos moldes que é requerido pelo Enem, apresentando a tese no primeiro parágrafo e argumentos no segundo para fundamentar seu ponto de vista e desenvolver o tema proposto na 2ª parte desta intervenção, ou seja, demonstraram conhecer a estrutura da tipologia, o processo de construção da argumentação e as formas de estabelecimento da articulação entre as partes do texto.

Palavras-Chave: Texto dissertativo-argumentativo. Tese e argumento. Procedimentos/recursos de coesão e coerência. Redação Enem.

ABSTRACT

This action research aims to carry out an intervention in the learning of the thesis elaboration and the first argument of Enem's essay, covering the paragraph structuring and the cohesive relations established in these segments, in a 1st year high school class of a public school system in the city of Fortaleza. The specific objectives are to find out which types of paragraphs are most used in the production of argumentative texts by these students; to verify how they structure the writing of the thesis and the first argument of the dissertative-argumentative text; to verify how cohesive inter and intraparagraphal relations do in the writing of the dissertative-argumentative text. The theoretical foundation lies in Textual Linguistics and, more specifically, in the theoretical assumptions of Adam (2019), Antunes (2013), Correa, Spinillo and Leitão (2001), Garcia (2007), Koch (2011), Koch and Elias (2017), Soares and Campos (1982) and Vieira (2005), authors who guide the writing of the dissertative-argumentative text, the cohesion and the coherence. Based on this theory, the students start to see the language as an activity and a space for interaction, having language (langue) as the means by which the language (langage) takes place, and they realize that the use of language underlies the construction of meaning of Enem's essay. The research corpus consists of 44 essays, divided into two groups, namely, Initial Production Enem 2016, with 22 texts, and Final Production Enem 2017, also, with 22 essays. The categories of analysis investigated in this work are related to the elaboration of the thesis and an argument of the dissertative-argumentative text, the construction of the paragraph, the classification of the types of paragraphs, the cohesive relations established within the paragraph and between paragraphs. The results obtained in the analysis of the essays reveal that the intervention was quite positive, because, of the 22 students participating at all times, 18 (81.8%) carried out the production of the dissertative-argumentative text, as required by Enem, presenting the thesis in the first paragraph and arguments in the second to underlie their point of view and develop the theme proposed in the 2nd part of this intervention, that is, they demonstrated to know the structure of the genre, the process of construction of the argumentation and the ways of establishing the articulation between the parts of the text.

Keywords: Dissertative-argumentative text. Thesis and argument. Cohesion and coherence procedures/resources. Enem's essay.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Níveis ou patamares de análise textual.....	44
Figura 2 –	Sequência argumentativa prototípica completa.....	45
Figura 3 –	Quantitativo de participantes que estruturaram a tese e o primeiro argumento na 1ª parte da intervenção.....	75
Figura 4 –	Quantitativo de participantes que estruturaram a tese e o argumento na 2ª parte da intervenção.....	86
Quadro 1 –	A propriedade da coesão do texto: relações, procedimentos e recursos	49
Quadro 2 –	Tipos de falhas dos participantes.....	67
Gráfico 1 –	Método de desenvolvimento da tese.....	70
Gráfico 2 –	Método de desenvolvimento do argumento.....	74
Gráfico 3 –	Método de desenvolvimento da tese e do argumento na 2ª parte da intervenção.....	85

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REDAÇÃO ENEM	18
2.1	Enem: de avaliação diagnóstica a processo de seleção	18
2.1.1	Caracterização das áreas do conhecimento e abrangência do exame	19
2.1.2	Redação	20
2.1.3	Competências	21
3	ESCRITA COMO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	24
3.1	Leitura no contexto de escrita	26
3.2	Concepções de escrita	28
3.3	Estrutura do parágrafo	31
3.3.1	Conceito de parágrafo	31
3.3.2	Tipos de tópicos frasais	33
3.3.3	Formas de desenvolvimento do parágrafo	35
3.3.4	Conclusão do parágrafo	37
4	TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	39
4.1	O que é argumentação?	39
4.2	Sequência argumentativa	43
5	COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAL	46
5.1	Relações textuais (coesão e coerência)	48
5.2	Procedimentos/recursos (coesão e coerência)	50
6	METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS	55
6.1	Tipo de pesquisa e métodos	55
6.2	Participantes e espaço da pesquisa	56
6.3	Procedimentos de constituição do <i>corpus</i> e as categorias de análise	57
6.4	Procedimentos da proposta de intervenção	58
6.5	Procedimentos e análises dos dados	63
6.5.1	Análise da Produção Inicial Enem 2016	64
6.5.2	Análise da Produção Final Enem 2017	76
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
	REFERÊNCIAS	90
	APÊNDICE A – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO 1ª PARTE	93

APÊNDICE B – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO 2ª PARTE	102
APÊNDICE C – MANUAL DIDÁTICO	109
ANEXO A – PARTICIPANTES QUE NÃO ELABORARAM A TESE E UM ARGUMENTO NA PRODUÇÃO INICIAL ENEM 2016	139
ANEXO B – PARTICIPANTES QUE ELABORARAM A TESE E UM ARGUMENTO NA PRODUÇÃO INICIAL ENEM 2016	143
ANEXO C – PARTICIPANTES QUE NÃO ELABORARAM A TESE E UM ARGUMENTO NA PRODUÇÃO FINAL ENEM 2017	147
ANEXO D – PARTICIPANTES QUE ELABORARAM A TESE E UM ARGUMENTO NA PRODUÇÃO FINAL ENEM 2017	149
ANEXO E – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UECE	155

1 INTRODUÇÃO

A proposta que motivou este trabalho nasceu de nossa inquietação como professor de Língua Portuguesa, originada dos empecilhos com os quais nos deparamos diariamente em sala de aula. Dentre as inúmeras dificuldades, destacamos que os alunos não desenvolveram, em sua grande maioria, as competências e as habilidades necessárias à produção de textos, orais e escritos, o que nos encoraja a fazer algo para tentar mudar essa realidade.

Em linhas gerais, constatamos, em nossa prática de sala de aula, que os alunos apresentam inúmeras dificuldades na escrita do texto dissertativo-argumentativo, dentre elas: a ausência de uma tese bem delimitada e de argumentos consistentes para defender seu ponto de vista; emprego inadequado dos marcadores argumentativos, desvios no uso de conectivos que sustentam a progressão textual e a coerência da redação; desvios gramaticais e de convenções da escrita; fechamento com pouca relação com as colocações anteriores ou sem conclusão; proposta de intervenção inadequada para solucionar o problema e, em alguns casos, até inexistência de proposta.

Quando falamos da produção do texto dissertativo-argumentativo, temos que ter em mente que se o estudante não souber organizar suas ideias, defendê-las por meio de justificativas bem fundamentadas e articular o encadeamento de seu ponto de vista, dificilmente, conseguirá escrever uma redação que atenda adequadamente aos requisitos dos exames de acesso ao ensino superior, a exemplo do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), ou de concursos públicos.

Assim, é essencial que o aluno saiba se expressar e tomar posição na defesa de suas ideias, pois o ser humano é dotado de linguagem, por meio do uso da língua, comunica-se com seus pares, com o intuito de alcançar seus objetivos, abrindo caminho para a interação verbal. A partir dessa interação, o homem se utiliza da língua para defender seus posicionamentos e apresentar seus pontos de vista, a fim de convencer, ser atendido ou até mesmo aceito pelos outros nas mais variadas situações de convívio social. Para que isso aconteça e o sujeito tenha êxito no seu intento, ele argumenta, induz, persuade e convence seu interlocutor.

Nesse sentido, é papel da escola promover esse saber, dotando o aluno de conhecimentos suficientes para que este possa demonstrar seu posicionamento nas diferentes situações de comunicação, sejam elas orais ou escritas. É importante destacar que isso não é

algo aleatório nem meramente empírico, vez que precisa ser bem planejado, construído e organizado.

Entretanto, a escola não vem obtendo sucesso nessa tarefa, pois o desempenho alcançado pelos educandos, no processo de ensino-aprendizagem de produção de textos escritos e de leitura na educação básica, é insatisfatório, fator preocupante para os professores do Brasil, sobretudo os de Língua Portuguesa. Tal fato é confirmado pela verificação dos resultados de avaliações diagnósticas feitas pelo governo como, por exemplo, à do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), um indicador criado pelo governo federal para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas, cuja nota varia numa escala de 0 a 10. O Ideb¹, realizado em 2017, declara a nota do Brasil sendo 5,8, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 4,7 nos anos finais desse mesmo nível de escolaridade e 3,8 no Ensino Médio.

Corroborando essa realidade, o Diagnóstico da Educação, Desafios para a Política Educacional para o Ceará, realizado pelo Instituto Ayrton Senna² com base em informações do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O Instituto Ayrton Senna elaborou e enviou um diagnóstico personalizado para observar com precisão a situação dos 26 Estados brasileiros e do Distrito Federal.

Assim, observando o diagnóstico do Ceará, verificamos que, acerca do desafio 16 “Garantir que todo jovem conclua o Ensino Médio com proficiência adequada em todas as áreas do conhecimento”, na evolução e projeção do ganho de proficiência em Língua Portuguesa entre os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, os alunos do Ensino Médio aprendem 1 ponto na Escala Saeb³, 3% dos 50 pontos que deveriam aprender, ou seja, o aprendizado dos alunos não está avançando nesse nível de ensino.

Em face dos baixos índices apresentados pelos alunos, especialmente, no Ensino Médio, nosso trabalho se propõe a aplicar atividades pedagógicas que auxiliem os alunos a superarem as dificuldades de escrita do texto dissertativo-argumentativo, presentes em diferentes situações comunicativas e, assim, prepará-los também para a produção da redação do Enem, com base nos critérios e nas exigências do certame, logo no início dessa etapa da educação básica e não apenas na última, como é de praxe na maioria das escolas públicas.

¹ Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 07 fev. 2019.

² Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/educacao/diagnostico-da-educacao.html/>. Acesso em: 07 mai. 2019.

³ O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é composto por um conjunto de avaliações externas em larga escala que permitem ao INEP realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do estudante, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado.

Ao investigarmos trabalhos recentes de pesquisadores sobre produção textual na educação básica, constatamos que existem pesquisas que abordam a escrita de diversos gêneros textuais, como a crônica e o artigo de opinião. Contudo, não identificamos, em programas de intervenção como o PROFLETRAS⁴, pesquisas voltadas para a elaboração do texto dissertativo-argumentativo nos moldes do Enem, motivo pelo qual entendemos ser de suma importância uma investigação dessa natureza. Para ratificar esse entendimento, apresentamos, a seguir, os resultados de três pesquisas realizadas com estudantes da educação básica com foco na escrita de gêneros textuais, demonstrando, assim, a existência de uma lacuna a ser preenchida com os resultados desta pesquisa.

Costa (2018) objetivou desenvolver a competência escrita de alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, por meio de uma sequência didática aplicada ao gênero crônica, sob a ótica da escrita como processo, visando proporcionar avanços no processo de redigir. O *corpus* foi composto por 26 produções dos alunos, com idade entre 14 e 15 anos, de uma escola pública municipal de ensino de São Luís, no Maranhão. O procedimento se deu por meio das atividades de leitura e escrita de crônicas e a autora constatou que os alunos refletiram sobre os procedimentos de escritor, sensibilizaram mais o seu olhar para o cotidiano e ampliaram o conhecimento de sua competência linguística.

Ferreira (2018) objetivou contribuir com o ensino e a aprendizagem da produção escrita do gênero artigo de opinião por alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública estadual de Fortaleza - CE, de ambos os sexos, com idades entre 13 a 19 anos. O *corpus* é formado por 54 produções textuais, com duas versões (a produção inicial e a produção final) de cada aluno que participou de todas as atividades realizadas na sequência didática, procurando investigar as estratégias argumentativas de que se valem os alunos na escrita de textos argumentativos. A proposta consistiu em elaborar uma sequência didática, a partir das dificuldades identificadas na produção inicial dos alunos, para integração entre os âmbitos da sequência argumentativa e da argumentação pragmática sob a perspectiva textual-interativa. A análise dos resultados permitiu identificar evoluções nas produções desenvolvidas ao final da sequência didática, comprovando, assim, sua eficácia para o ensino do gênero textual artigo de opinião. Os resultados obtidos por Ferreira (2018) reforçam o nosso pensamento de que a intervenção aqui proposta trará também contribuições aos participantes da pesquisa.

⁴ Repositórios de teses pesquisadas do PROFLETRAS: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/21729>. Acesso em: 09 fev. 2019; <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20531?offset=0>. Acesso em: 09 fev. 2019; <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/2225>. Acesso em: 09 fev. 2019.

Oliveira (2016) investigou a competência argumentativa de alunos de uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola municipal pública de Fortaleza - CE, por meio da produção escrita de artigos de opinião. O *corpus* é composto por 20 artigos de opinião, compreendendo as versões inicial e final da produção dos alunos. A autora evidenciou que os alunos passaram a escrever artigos de opinião mais elaborados, com níveis de argumentação mais significativos, conseguindo, inclusive, posicionar-se de forma mais reflexiva e crítica diante de questões sociais discutíveis. Além disso, para a pesquisadora, a intervenção contribuiu para que os alunos envolvidos tivessem a oportunidade de exercer os papéis sociais do argumentar e contra-argumentar por meio da adoção de uma postura pró-ativa e ética em seus textos.

Pelo exposto, reafirmamos a relevância deste trabalho para a prática docente, assim como frisamos seu alinhamento às diretrizes e bases da educação nacional para o ensino de língua portuguesa, no que tange à produção textual pelos alunos da educação básica, ou seja, é desenvolvido em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) e com a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (BNCC).

Este trabalho também está alinhado aos pressupostos teóricos de Adam (2019), Antunes (2013), Correa, Spinillo e Leitão (2001), Garcia (2007), Koch (2011), Koch e Elias (2017), Soares e Campos (1982) e Vieira (2005), autores que orientam a escrita do texto dissertativo-argumentativo, a coesão e a coerência.

Desse modo, diante das dificuldades apresentadas na escrita de alunos do Ensino Médio e de conformidade com os pressupostos teóricos que norteiam nosso trabalho, formulamos as seguintes questões da pesquisa: Como os alunos elaboram uma tese e um argumento? De que forma os alunos estruturam o parágrafo e constroem as relações coesivas dentro do parágrafo e entre os parágrafos? Em decorrência disso, estabelecemos como objetivo geral realizar uma intervenção para o ensino da elaboração da tese e do primeiro argumento da redação do Enem, abrangendo a estruturação do parágrafo e as relações coesivas estabelecidas nesses segmentos, em uma turma de 1º ano do Ensino Médio.

No tocante aos objetivos específicos, este trabalho pretende realizar uma sequência de atividades com vistas a: averiguar que tipos de parágrafos são mais utilizados na produção de textos argumentativos pelos alunos do 1º ano do Ensino Médio; verificar como os alunos estruturam, antes e depois de nossa intervenção, a escrita da tese e do primeiro argumento do texto dissertativo-argumentativo; e verificar como os alunos fazem as relações

coesivas inter e intraparafraseais na escrita do texto dissertativo-argumentativo, antes e depois de nossa intervenção.

Além disso, para atender a requisito do programa PROFLETAS, na UECE, elaboramos um manual didático que forneça orientações aos professores da educação básica sobre como trabalhar a escrita da tese e do primeiro argumento do texto dissertativo-argumentativo, com foco na preparação dos alunos para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Para tanto, estruturamos este trabalho em sete seções, iniciado por esta introdução que compõe a primeira seção. A segunda seção, dedicada à redação Enem, aborda a evolução do certame ao longo de vinte anos, que passou de avaliação diagnóstica a processo de seleção, elenca as características das áreas do conhecimento e abrangência do exame, bem como dispõe sobre a redação modelo Enem e as cinco competências contidas na Matriz de Referência, a partir das quais a redação é avaliada.

A terceira seção trata da escrita como processo de aprendizagem, com enfoque na leitura no contexto da escrita, concepções de escrita e estruturação do parágrafo. Neste último, é abordado o conceito de parágrafo-padrão, os tipos de tópicos frasais, as formas de desenvolvimento do parágrafo e sua conclusão, a fim de demonstrar que esses métodos auxiliam os alunos a iniciar, estruturar e encerrar um parágrafo do texto dissertativo-argumentativo.

A quarta seção é dedicada ao estudo do conceito de argumentação, o que compreende os operadores argumentativos e a função linguístico-semântica que assumem na argumentação, bem como à sequência argumentativa proposta por Adam (2019).

A quinta seção dispõe sobre a coesão e coerência textual, destacando a forma como as relações textuais são estabelecidas dentro do parágrafo e entre os parágrafos, assim como os procedimentos e recursos empregados nessa tarefa, tanto na superfície quanto na parte mais profunda do texto.

A sexta seção aborda a metodologia adotada na realização das atividades aplicadas na nossa intervenção e na análise dos textos do *corpus* da pesquisa, o qual está dividido em dois grupos de redações, quais sejam, Produção Inicial Enem 2016, constituído pelas redações em que estão evidentes as dificuldades apresentadas inicialmente pelos participantes, e Produção Final Enem 2017, que demonstra as competências desenvolvidas ao longo da realização das atividades propostas. Além de englobar o tipo de pesquisa e método, os participantes e espaço da pesquisa, os procedimentos de constituição do *corpus* e as

categorias de análise, os procedimentos da proposta de intervenção e os procedimentos utilizados na análise dos dados.

A sétima seção contém as considerações finais da pesquisa e faz uma reflexão sobre a escrita do texto dissertativo-argumentativo, assim como, a partir dos resultados das análises e com base em toda a trajetória da pesquisa, responde aos questionamentos postos no início, indicando a importância de se trabalhar as formas de estruturação do parágrafo e do uso adequado dos recursos e procedimentos de coesão e coerência textual em sala de aula.

2 REDAÇÃO ENEM

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) avalia o desempenho do estudante da Educação Básica e tem a finalidade de colaborar para: Autoavaliação; Acesso à Educação Superior⁵; Acesso a financiamento e apoio estudantil⁶; Desenvolvimento de estudos e indicadores educacionais.

A redação compõe uma das cinco notas no Enem, cuja nota final é calculada pela soma dos pontos das quatro provas objetivas (Linguagens, Códigos e suas tecnologias; Ciências da Natureza Códigos e suas tecnologias; Matemática e Códigos e suas tecnologias; Ciências Humanas Códigos e suas tecnologias), mais a nota da redação. Daí a relevância de dedicarmos uma atenção especial ao assunto.

Nas subseções seguintes, abordaremos a evolução do Enem ao longo dos anos, da caracterização das áreas do conhecimento e abrangência do exame, assim como da redação Enem e matriz de referência utilizada para sua avaliação.

2.1 Enem: de avaliação diagnóstica a processo de seleção

O Enem foi criado em 1998 com o objetivo de investigar e avaliar o desempenho do aluno ao final da educação básica e contribuir para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas do Brasil. Depois de algumas edições, também, passou a ser empregado como mecanismo de seleção dos alunos para o ingresso no ensino superior. Assim, a partir de 2009, substituiu o vestibular tradicional de algumas universidades públicas, que passaram a utilizar o resultado do exame como meio de ingresso nos seus cursos de graduação.

O certame é realizado todo ano pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Ministério da Educação (MEC). Vale lembrar que qualquer pessoa pode fazer o Enem, contudo, participantes que concluirão o Ensino Médio após o ano letivo de sua aplicação, não poderão utilizar o seu resultado para ingresso no ensino superior, tendo em vista que ainda não concluíram a educação básica, ou seja, para os chamados “treineiros”, o exame serve apenas como uma autoavaliação de conhecimentos.

Com o passar do tempo, foram implementadas mudanças na proposta nacional e, com isso, o exame foi se consolidando, ganhou força e credibilidade, especialmente, entre as

⁵ Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Programa Universidade para Todos (Prouni) e Instituições Portuguesas.

⁶ Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e Programa Universidade para Todos (Prouni).

universidades públicas que aderiram a essa modalidade como principal forma de seleção. Desse modo, podemos afirmar que essa prova contribui com a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), além de possibilitar melhorias na qualidade da educação no país.

Ressaltamos que, por um período, o Enem foi utilizado por estudantes maiores de 18 anos para certificar o Ensino Médio, além de, é claro, permitir o acesso ao ensino superior, de acordo com a pontuação atingida pelo candidato. Porém, a partir de 2017, o exame passou a ser apenas uma porta de ingresso ao ensino superior e deixou de ser veículo de certificação do Ensino Médio.

O Enem é composto por provas de quatro áreas do conhecimento (Linguagens, códigos e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias), em conformidade com as diretrizes dispostas nos PCNEM (BRASIL, 2000). Dentre essas provas, o aluno terá de produzir uma redação, que ocupa lugar significativo no processo, pois é um quesito diferencial que se soma às demais notas das provas objetivas de cada área do saber.

Na escrita da redação do Enem, o candidato deve demonstrar domínio de aspectos que caracterizam um texto dissertativo-argumentativo, assim como compreensão de assuntos de várias áreas do conhecimento. O texto é elaborado a partir de uma proposta sobre um tema da atualidade, no qual o redator deve expor seu ponto de vista e defender suas ideias por meio de argumentos bem desenvolvidos.

2.1.1 Caracterização das áreas do conhecimento e abrangência do exame

De 1998 até 2008, as provas eram elaboradas com base em uma matriz de 21 habilidades, sendo cada uma avaliada por três questões. Desta forma, a prova objetiva era composta por 63 itens interdisciplinares, agrupados em um único caderno de questões. De 2009 em diante, o INEP passou a estruturar as provas objetivas, em quatro matrizes, uma para cada área de conhecimento. A partir de então, o certame adota dois cadernos, ambos com 90 questões, cada um composto por 45 itens de uma das quatro áreas de conhecimento, num total de 180 quesitos a serem aplicados, e uma redação, de no máximo 30 linhas.

É importante ressaltar que o Enem é regulado pelas portarias nº 468, de 3 de abril de 2017, do Ministério da Educação, e nº 586, de 6 de julho de 2017, do INEP, e tem como principal finalidade a avaliação individual do desempenho do participante ao final do ensino

médio, em cumprimento ao disposto no art. 206, inciso VII, e no art. 209, inciso II, ambos da Constituição Federal; no art. 9º, inciso VI, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 1º, incisos II, IV, V, VII e VIII, da Lei nº 9.448, de 14 de março de 1997. Cada edição do exame tem um edital com o detalhamento das regras, procedimentos e prazos, seguindo as diretrizes propostas nesses regulamentos. Além do edital, cada certame conta, também, com a Cartilha do Participante – Redação no Enem, que contém orientações e dicas, detalha os critérios de correção e disponibiliza redações nota mil da edição anterior.

As provas do Enem são elaboradas por professores universitários da rede pública e privada e revisadas pelo INEP. O conteúdo dessas provas é definido a partir das matrizes de referência de quatro áreas do conhecimento: Linguagens, códigos e suas tecnologias (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Literatura, Artes, Educação Física e Tecnologias da Informação); Matemática e suas tecnologias (Matemática); Ciências da Natureza e suas tecnologias (Química, Física e Biologia); Ciências Humanas e suas tecnologias (Geografia, História, Filosofia, Sociologia e Conhecimentos Gerais).

Vimos que o Enem é um processo de seleção recente, pois vigora há apenas 20 anos. Desde sua implantação, passou por vários ajustes com a finalidade de dar credibilidade e confiança ao processo. Embora tenhamos ciência que a abrangência do Enem é ampla, por se tratar de um processo seletivo a nível nacional e internacional de acesso à universidade, ressaltamos que o foco de nossa pesquisa é a redação, uma das partes que compõem o Exame e da qual trataremos na seção seguinte.

2.1.2 Redação

O processo de escrita, enquanto prática social, geralmente começa nas séries iniciais quando o aluno tem os primeiros contatos com as letras, isto é, a partir do momento em que é alfabetizado. Desde então, à medida que sua escolarização e suas experiências sociais avançam, vai aumentando e aperfeiçoando seu repertório linguístico e temático, através da leitura de textos dos mais variados gêneros, temas e da interação com os sujeitos na escola e fora dela.

Logo, quando o participante chega à idade de 17 ou 18 anos, é esperado que tenha adquirido conhecimentos suficientes para produzir um texto bem estruturado sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Em outras palavras, o aluno deverá ser capaz de elaborar uma redação, na qual se posiciona e defende seu ponto de vista em relação ao

tema proposto, apoiado em argumentos consistentes e estruturados com coesão e coerência, formando uma unidade textual. A produção textual proposta no Exame tem o propósito de avaliar a qualidade da escrita dos participantes, na variedade padrão da língua portuguesa, ao redigirem um texto dissertativo-argumentativo.

Se o participante tirar nota zero na redação, não terá acesso ao ensino superior, independentemente de suas notas nas provas objetivas, pois zerar a redação acarreta sua eliminação do SisU, Prouni ou Fies. Podemos dizer, então, que a redação é bastante importante nesse processo seletivo, uma vez que é requerido de todo candidato, de qualquer área do conhecimento, a produção de um texto dissertativo-argumentativo de cuja nota depende para ingressar nas Instituições de Ensino Superior (IES). Os requisitos básicos para o aluno ter uma produção exitosa são o cumprimento ao tema e a estrutura dissertativo-argumentativa.

Por essa perspectiva, na proposta de intervenção de nossa pesquisa, tentaremos demonstrar aos alunos a importância da leitura e compreensão de textos que digam respeito à realidade atual, pois, embora o Enem ofereça textos norteadores, motivando a resolução da proposta, o candidato, mesmo assim, precisa ter conhecimentos próprios para obter um bom resultado.

Dentre as características da modalidade textual exigida no Enem, encontram-se as relacionadas ao texto dissertativo-argumentativo:

O texto dissertativo-argumentativo se organiza na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto. É fundamentado com argumentos, para influenciar a opinião do leitor, tentando convencê-lo de que a ideia defendida está correta. É preciso, portanto, expor e explicar ideias. Daí a sua dupla natureza: é argumentativo porque defende uma tese, uma opinião, e é dissertativo porque se utiliza de explicações para justificá-la.

O objetivo desse texto é, em última análise, convencer o leitor de que o ponto de vista em relação à tese apresentada é acertado e relevante. Para tanto, mobiliza informações, fatos e opiniões, à luz de um raciocínio coerente e consistente (INEP, 2018, p. 15-16).

Para atender a essas orientações, o candidato precisa ainda ter domínio das competências, tema que discutiremos, a seguir.

2.1.3 Competências

A Cartilha do Participante (INEP, 2018) apresenta o detalhamento das cinco competências avaliadas na redação do Enem. A divisão da Matriz de Referência da redação

em competências tem o intuito de tornar a avaliação do texto mais objetiva, tendo em vista que para o Enem “o texto é entendido como uma unidade de sentido em que todos os aspectos se inter-relacionam para constituir a textualidade [...]” (INEP, 2018, p. 11). Sendo assim, a avaliação de um texto dissertativo-argumentativo, na modalidade escrita formal da língua portuguesa, é realizada com base nas seguintes competências:

Competência 1 - Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.

Competência 2 - Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.

Competência 3 - Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

Competência 4 - Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

Competência 5 - Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado que respeite os direitos humanos (INEP, 2018, p. 8).

O conjunto dessas competências delimita o perfil da produção escrita solicitada na proposta de redação. O domínio no uso das habilidades correspondentes a cada uma das competências cognitivas contribui para dar unidade e sentido ao texto produzido e, em conjunto, configuram o modelo ideal de texto cobrado na prova e esperado pelos avaliadores. Nessas condições, as cinco competências são minuciosamente analisadas pelos professores corretores (leitores/interlocutores), com níveis de desempenho nos critérios de avaliação. No presente trabalho, dedicamos mais atenção às Competências 2, 3 e 4.

A Competência 2 avalia a compreensão da proposta de escrita demandada, exigindo que o participante elabore um texto dissertativo-argumentativo para demonstrar conhecimentos das diversas áreas do saber relacionados ao tema proposto, com posicionamento e defesa de uma tese. Trata-se, desse modo, de uma competência que avalia as habilidades integradas de leitura e de escrita. Ademais, o texto do candidato deve estar estruturalmente bem constituído, no processo argumentativo, apresentando introdução, desenvolvimento e conclusão.

A competência 3 aborda a inteligibilidade do texto. Por meio dela, a redação do participante será avaliada em relação à coerência e plausibilidade entre as ideias apresentadas, o que é garantido pelo planejamento prévio à escrita. Ou seja, pela elaboração de um projeto de texto que apresente a ideia a ser defendida e os argumentos que justifiquem a posição assumida pelo candidato em relação à temática da proposta de redação.

A Competência 4 diz respeito à estruturação lógica e formal das partes do texto. É centrada na articulação dos argumentos, no uso de elementos de coesão, no modo utilizado para formar um todo coeso, encadeado por elementos linguísticos responsáveis pela textualidade.

Desse modo, na construção do texto com características dissertativo-argumentativas, o candidato precisa elaborar uma tese sobre o tema proposto e defendê-la com base em argumentos consistentes e coerentes, que guardem relação de sentido com as partes do texto e estabeleçam a progressão temática adequada ao desenvolvimento do tema, empregar recursos linguísticos variados que possibilitem as relações de continuidade essenciais à elaboração de um texto coeso, ou seja, deve empregar os recursos coesivos para garantir a articulação das ideias, tanto entre os parágrafos quanto dentro deles, com vistas à unidade de sentido do texto como um todo.

Para essa pesquisa dar conta dessas competências, inicialmente, faremos considerações sobre a escrita como processo de aprendizagem, em que desenvolvemos também a compreensão sobre leitura no contexto de escrita, concepções de escrita, para finalmente nos dedicarmos ao texto dissertativo-argumentativo no aspecto de sua composição e articulação, assuntos que serão discutidos na próxima seção.

3 ESCRITA COMO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Esta pesquisa é fundamentada no estudo do texto como unidade de sentido, com base na Linguística Textual (LT) como teoria de apoio, no que refere à concepção de texto, notadamente à modalidade dissertativo-argumentativa, uma vez que a trajetória desse campo de estudo do uso da linguagem pode embasar a análise da construção do sentido no texto requerido na redação do Enem. Definimos, a partir dessa teoria, a linguagem como atividade e espaço de interação, tendo a língua como meio pelo qual a linguagem se realiza.

Acerca da escrita como processo, tomamos como base os ensinamentos de Correa, Spinillo e Leitão (2001, p. 122), que definem as etapas de composição textual, a saber, “três etapas, discretas, mas que admitem certo grau de recursividade [...], planejamento, a textualidade (expressão linguística, de forma coerente e coesa, dos conteúdos que o texto veicula) e a revisão”. Estando também em sintonia com a posição assumida por Vieira (2005), segundo a qual a observância de pelo menos quatro aspectos é o que diferencia os bons redatores dos que escrevem mal: o planejamento, a releitura (ou retomada do texto), a revisão e a construção da audiência. Desse modo, corroborando a posição assumida pelas mencionadas autoras, nossa proposta de intervenção leva em conta as três principais etapas do processo de escrita: planejamento, escrita ou textualidade e revisão.

Além disso, também está em consonância com os PCNEM (BRASIL, 2000), os quais estabelecem que o objetivo da escola deve ser formar escritores competentes, habilitados a produzir textos coerentes, organizados e claros. Assim, propiciar que os alunos desenvolvam a capacidade de interpretar e produzir textos de diversos gêneros, na modalidade oral ou escrita, conforme suas necessidades, significa dar-lhes o direito de participarem ativamente como sujeitos em contextos sociais nos quais estejam inseridos:

As competências e habilidades propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) permitem inferir que o ensino de Língua Portuguesa, hoje, busca desenvolver no aluno seu potencial crítico, sua percepção das múltiplas possibilidades de expressão linguística, sua capacitação como leitor efetivo dos mais diversos textos representativos de nossa cultura. Para além da memorização mecânica de regras gramaticais ou das características de determinado movimento literário, o aluno deve ter meios para ampliar e articular conhecimentos e competências que possam ser mobilizadas nas inúmeras situações de uso da língua com que se depara, na família, entre amigos, na escola, no mundo do trabalho.

Na esteira dos novos paradigmas da atual política educacional brasileira – que busca democratizar mais e mais o acesso à escola tornando-a parte ativa do corpo social – o ensino da língua materna deve considerar a necessária aquisição e o desenvolvimento de três competências: interativa, textual e gramatical. Esse tripé, necessariamente interrelacionado, mesmo não sendo exclusivo da disciplina, encontra nela os conceitos e conteúdos mais apropriados (BRASIL, 2006, p. 52).

Em complementação aos PCNEM, a recém-aprovada BNCC define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Essas aprendizagens devem assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, as quais concretizam os direitos de aprendizagem e desenvolvimento do educando no âmbito escolar. Dentre as competências, destacamos a de número sete que se relaciona ao objeto deste trabalho, a saber:

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta (BRASIL, 2018, p. 9).

Segundo a BNCC, “os eixos de integração propostos para o Ensino Médio são as práticas de linguagem consideradas no Ensino Fundamental – leitura, produção de textos, oralidade (escuta e produção oral) e análise linguística/semiótica” (BRASIL, p. 500, 2018). Desse modo, considerando que os alunos já devem ter desenvolvido muitas habilidades e detêm um grau de autonomia relativo às práticas de linguagem, no Ensino Médio, as habilidades são apresentadas de um modo próximo ao solicitado pelas práticas sociais, ou seja, combinando, ao mesmo tempo, escuta, tomada de nota, leitura e fala.

A BNCC de Língua Portuguesa é organizada em cinco campos de atuação social (campo da vida pessoal, campo artístico-literário, campo das práticas de estudo e pesquisa, campo jornalístico-midiático e campo de atuação da vida pública), cujas práticas (leitura, escuta, produção de textos - orais, escritos, multissemióticos- e análise linguística/semiótica) são embasadas em habilidades. Nesse contexto, nosso trabalho é orientado para investigação de habilidades⁷ tais como: argumentação, coerência, recursos coesivos, dentre outras, conforme disposto na BNCC:

(EM13LP02) Estabelecer relações entre as partes do texto, tanto na produção como na leitura/escuta, considerando a construção composicional e o estilo do gênero, usando/reconhecendo adequadamente elementos e recursos coesivos diversos que contribuam para a coerência, a continuidade do texto e sua progressão temática, e organizando informações, tendo em vista as condições de produção e as relações

⁷ Na BNCC, cada habilidade é identificada por um **código alfanumérico** cuja composição é a seguinte: o primeiro par de letras indica a etapa de Ensino Médio; o primeiro par de números (13) indica que as habilidades descritas podem ser desenvolvidas em qualquer série do Ensino Médio, conforme definição dos currículos; segunda sequência de letras indica a área (três letras) ou o componente curricular (duas letras), que no caso é Língua Portuguesa (LP); os números finais indicam a competência específica à qual se relaciona a habilidade (BRASIL/2018).

lógico-discursivas envolvidas (causa/efeito ou consequência; tese/argumentos; problema/solução; definição/exemplos etc.).

(EM13LP05) Analisar, em textos argumentativos, os posicionamentos assumidos, os movimentos argumentativos (sustentação, refutação/contra-argumentação e negociação) e os argumentos utilizados para sustentá-los, para avaliar sua força e eficácia, e posicionar-se criticamente diante da questão discutida e/ou dos argumentos utilizados, recorrendo aos mecanismos linguísticos necessários (BRASIL, 2018, p. 506-507).

Nesta seção, trataremos sobre as concepções de escrita. Contudo, antes de falarmos sobre a escrita, temos que abordar, mesmo que de forma superficial, a leitura no contexto de escrita, pois não podemos falar de escrita dissociada de leitura, tendo em vista que esta divisão é meramente para efeito didático e não há como separar uma da outra em nossa prática em sala de aula. Dessa forma, uma pressupõe a outra e as duas se complementam no processo de ensino-aprendizagem de produção de texto.

3.1 Leitura no contexto de escrita

A leitura, como ação pedagógica, passou por várias transformações ao longo de sua história, todavia, não perdeu sua relevância, tampouco sua importância para os leitores nas diversas situações do seu cotidiano, que a utilizam para se informar acerca dos acontecimentos do dia a dia, como meio de interagir nas situações comunicativas, assumindo posicionamentos. Por meio dela, também, conseguimos viajar e conhecer lugares sem sairmos de nossas casas, emocionamo-nos e nos surpreendemos à medida que passeamos pelas letras na folha de papel ou em algum suporte digital.

A leitura é para a mente o que a música é para o espírito. A leitura desafia, capacita, encanta e enriquece. Pequenas marcas pretas sobre a folha ou caracteres na tela do computador pessoal são capazes de nos levar ao pranto, abrir nossa mente a novas ideias e entendimentos, inspirar, organizar nossa existência e nos conectar ao universo (FISHER, 2006, p. 7).

Nessa perspectiva, a leitura é vista como um indicador do avanço da própria humanidade, podendo ser concebida de diferentes modos, de acordo com a concepção que se tem de sujeito, língua, texto e sentido (KOCH; ELIAS, 2014).

A leitura com foco no autor é concebida como uma atividade de captação das ideias do autor, nela são desconsiderados os conhecimentos, vivência de mundo e as experiências do leitor, isto é, a interação autor-texto-leitor não acontece, pois a atenção está centrada no autor e em suas intenções. Conforme expressam as autoras, a concepção de língua

como representação do pensamento refere-se à concepção de sujeito individual, dono de sua vontade e de suas ações, passando o texto a ser um produto do pensamento do autor em que o leitor assume um papel passivo, de mero receptor da representação mental desse produtor.

A leitura com foco no texto é a concepção na qual o próprio texto figura como o principal elemento do processo de leitura. Desse modo, conceber a língua como instrumento é determinar a submissão do leitor ao sistema e apresentar o texto como simples produto da codificação do emissor, exigindo do leitor/ouvinte uma leitura centrada no texto, uma mera decifração do sentido das palavras e estruturas. Para Koch e Elias (2014), nessa concepção, a explicação para qualquer fenômeno e de qualquer comportamento dos sujeitos tem como base o sistema, seja linguístico ou social.

Esse tipo de leitura não considera os implícitos e pressupostos, em outras palavras, deixa-se de lado a captação das ideias do autor, bem como as experiências e conhecimentos do leitor, ou seja, para essa concepção tudo está dito através do texto. Ducrot (1977) sugere pensar na possibilidade de o dito denunciar o dizer e de que texto corresponde ao dito mais o não dito, cabendo ao leitor perceber a subjetividade do “eu” na interpretação dos sentidos, na enunciação posta através da linguagem e não somente centrada na decodificação.

É evidente que uma das condições para o aluno ser inserido no mundo da leitura e da cultura do letramento é aprender a decifrar os sinais gráficos, contudo o foco do trabalho com texto não deve se limitar a essa condição, principalmente, por ser o acesso à leitura e à competência em produção de textos orais ou escritos algo imprescindível para o sucesso do indivíduo em uma sociedade letrada. Fica evidente ainda que a leitura compreendida nessas dimensões não traz contribuições essenciais para a aprendizagem da produção escrita, considerando o papel passivo assumido pelo leitor em ambos os casos.

A leitura com foco na interação entre autor-texto-leitor deve ser compreendida como interação entre sujeitos-textos. Dessa maneira, podemos afirmar que a leitura, além de ser uma atividade interativa de produção de sentidos, contribui para o desenvolvimento discursivo do leitor que passa a dominar os elementos linguísticos presentes na superfície e na organização textual. Portanto, as experiências e os conhecimentos do leitor devem ser levados em consideração no ato da leitura. O leitor precisa, assim, dominar mais do que o conhecimento do código linguístico, tem que dominar também a competência textual para compreender aquilo que está sendo lido.

Nessa perspectiva, a língua é concebida como processo interacional, quer dizer, é entendida de forma dialógica e os sujeitos interagem como atores sociais, construindo o sentido do texto e sendo construídos por ele (KOCH; ELIAS, 2014). Para essa concepção, a leitura é uma atividade interativa, complexa e rica em produção de sentidos, os quais são construídos pelo diálogo entre os interlocutores. Apesar das concepções anteriores, aqui o texto é visto como lugar de implícitos e pressupostos, identificados à medida que acontece a interação entre autor-texto-leitor, evento que se realiza com base em elementos linguísticos encontrados na superfície e organização textuais, ativando um amplo conjunto de saberes no contexto sociocognitivo.

Ressaltamos ainda que ler não é um processo passivo, pelo contrário, trata-se de um ato no qual o leitor é responsável por executar um trabalho ativo de compreensão e interpretação de texto alicerçado em seus objetivos, seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor e tudo o que sabe sobre a linguagem. É a partir das estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação que o leitor realiza uma leitura adequada do texto, tendo em vista que elas possibilitam que o leitor controle o que vai sendo lido, permitindo, assim, uma tomada de decisão perante as dificuldades de compreensão, a fim de que avance no preenchimento de lacunas. Portanto, o leitor é um construtor de sentido, sujeito ativo no processo, e não apenas um receptor passivo do que é decodificado no texto.

Destas concepções de leitura apresentadas pelas autoras, a perspectiva de leitura como interação orientou nossa proposta de intervenção no desenvolvimento da habilidade de produzir a redação do Enem, como uma modalidade de escrita, cujas concepções serão discutidas na próxima seção.

3.2 Concepções de escrita

Antes de adentrarmos nas concepções de escrita, é importante lembrar que fala e escrita são atividades comunicativas e práticas sociais resultantes de um contexto de uso real da língua. Nesse sentido, a relação entre fala e escrita acontece em escala contínua, no que diz respeito aos aspectos de formalidade e de casualidade e que as diferenças entre elas são relativas às condições de produção, tais como: dependência contextual, planejamento e submissão às regras prescritivas da escrita (KATO, 1987). Há, portanto, entre oralidade e escrita oposição pelas diferenças formais e funcionais.

No entanto, essa oposição não é compreendida pelos alunos no momento da escrita de redações escolares, pois, ao longo de nossa prática docente, identificamos a forte presença da oralidade nos textos por eles produzidos. Tal ocorrência foi discutida nas atividades de intervenção desta pesquisa, quando abordamos que a redação do Enem deverá ser escrita na modalidade formal da língua, conforme dispõe a Competência 1 do Enem.

Nesse contexto, considera-se a distribuição dos usos da fala e da escrita na vida cotidiana dos falantes, observando as semelhanças e diferenças entre elas, concebendo língua e texto inseridos em um conjunto de práticas sociais. Essa visão parte do princípio de que não é a língua que fundamenta os usos, mas o contrário, conforme defende Marcuschi (2007, p. 9) “falar ou escrever bem não é ser capaz de adequar-se às regras da língua, mas é usar adequadamente a língua para produzir um efeito de sentido pretendido em uma dada situação”.

Após essa breve diferenciação entre fala e escrita e de mostrarmos a interferência que aquela ocasiona nesta, passamos ao assunto principal da seção. Na abordagem de Koch e Elias (2014, p. 33), a escrita é concebida associada ao modo como se entende a linguagem, o texto e o sujeito escritor, por isso, o ensino dessa habilidade está atrelado a tais concepções. A escrita com foco na língua estabelece a linguagem como um sistema engessado, fechado com regras fixas do qual o escritor deveria se apropriar, ou seja, ser um sujeito pré-determinado pelo sistema. As autoras dispõem que, por essa concepção, “o texto é visto como simples produto de uma codificação realizada pelo escritor a ser decodificado pelo leitor, bastando a ambos, para tanto, o conhecimento do código utilizado”.

Por essa ótica para escrever bem é preciso conhecer as regras gramaticais da língua e ter um vocabulário rico, orientação que se aproxima do que é exigido na Competência 1 do Enem. Tendência que perdurou, durante muitos anos, em que as práticas docentes orientavam para aplicação de exercícios extensos sobre, por exemplo, acentuação gráfica, pontuação, concordância nominal e verbal, colocação pronominal, crase e ortografia, cuja finalidade era que os alunos estudassem em frases descontextualizadas regras gramaticais e se capacitassem a reproduzi-las em suas produções textuais.

A escrita com foco no escritor emprega a concepção de língua como representação do pensamento e de “sujeito psicológico, individual, dono e controlador de sua vontade e de suas ações” (KOCH; ELIAS, 2014, p. 33), por essa perspectiva, resta ao leitor captar como o escritor concebeu a escrita. Sendo assim, segundo as referidas autoras, “o texto é visto como um produto – lógico – do pensamento do escritor” e a escrita, “como uma

atividade por meio da qual aquele que escreve expressa seu pensamento, suas intenções, sem levar em conta as experiências e os conhecimentos do leitor ou a interação que envolve esse processo”.

Ainda para as autoras, a escrita com foco na interação é sustentada na concepção interacional ou dialógica da língua, “cuja realização exige do produtor a ativação de conhecimentos e a mobilização de várias estratégias” (KOCH; ELIAS, 2014, p. 34). Isto é, o produtor, de forma não linear, pensa não apenas no que escreverá, mas também em seu leitor, em um processo de escrita, leitura e reescrita, orientado pelo princípio interacional, princípio que assumimos neste trabalho, apoiados em Correa, Spinillo e Leitão (2001) e Vieira (2005), conforme já mencionamos.

Por essa visão, não assumimos a escrita em relação à apropriação do sistema, mas intentamos na interação entre escritor e leitor, “vistos como atores/construtores sociais, sujeitos ativos que – dialogicamente – se constroem e são construídos no texto” (KOCH; ELIAS, 2014, p. 34), permitindo aos participantes da interação detectar os implícitos em um contexto sociocognitivo.

Assumimos, portanto, o posicionamento defendido por Koch e Elias (2017, p. 221), quando as autoras afirmam: “o que se apresenta para o leitor na materialidade linguística é apenas a ponta do iceberg, porque muitos conhecimentos que constituem o texto e são pressupostos na sua leitura/compreensão estão submersos”. Ensinar a escrever é, também, ensinar a construir o sentido do texto não apenas a partir de sua materialidade, tendo em vista que o texto apresenta segredos que são desvendados à medida que surgem as pistas requeridas para “ativação de conhecimentos necessários ao preenchimento de lacunas”.

Neste trabalho, adotamos a escrita com o sentido de produto da interação escritor/leitor, o que demanda, no cerne do evento comunicativo, que o escritor acesse um vasto conjunto de conhecimentos dele e do seu provável leitor em uma relação dialógica, ou seja, em que o sentido seja “uma construção que depende do autor e do leitor e da atenção que esses dedicam ao texto, cada um a sua maneira e a seu tempo” (KOCH; ELIAS, 2017).

Em face disso, é responsabilidade da escola proporcionar um ambiente fecundo para que essa interação seja incentivada e concretizada nas mais variadas situações de uso, em outras palavras, é essencial conceber a escrita como oportunidade para argumentar, expor opiniões, aprender a selecionar o essencial para cada evento comunicativo, compreender em que condições e finalidades se escreve na escola e fora dela. Na proposta de intervenção desta

pesquisa-ação, procuramos proporcionar meios para o desenvolvimento da competência de produzir o texto dissertativo-argumentativo, assunto que será tratado na próxima seção.

3.3 Estrutura do parágrafo

Para escrevermos um bom texto, primeiramente, temos que ler com atenção o tema proposto e, em seguida, delimitá-lo. Essa tarefa consiste em refletirmos sobre o assunto a ser abordado e relacioná-lo com outros assuntos que conhecemos, a fim de que possamos controlá-lo com mais facilidade e desenvoltura. Uma vez delimitado o tema, temos que fixar o objetivo acerca do qual pretendemos escrever, etapa indispensável no planejamento da redação. Nesse sentido, Soares e Campos (1982, p. 57, grifos dos autores) orientam que “*Fixar o objetivo* para orientar o que se vai escrever sobre um *assunto delimitado* é selecionar a linha de pensamento que estará presente em todo o texto”. Ou seja, o objetivo é visto como um critério para selecionar e ordenar as ideias e um controle sobre o que vai ser escrito, mantendo-se dentro dos limites da linha de pensamento selecionada.

Essa etapa de planejamento é muito importante na redação do Enem, pois, só depois de ter realizado essa atividade, o candidato deve começar a escrever seu texto. Tal escrita precisa ser estruturada em parágrafos, tendo em vista que a redação não deve ser escrita em um único parágrafo e deve estar em sintonia com as partes que compõem o texto dissertativo-argumentativo. Desse modo, devido à importância do parágrafo na construção da redação, dedicamos esta seção a entender o seu conceito, sua forma de organização e estratégias de desenvolvimento.

3.3.1 Conceito de parágrafo

Um parágrafo é uma unidade textual organizada, formada por elementos de introdução, desenvolvimento e conclusão, cujas ideias são articuladas entre si, isto é, composto por uma ideia principal à qual se ligam ideias secundárias. Nessa direção, Garcia (2007) apresenta o conceito de parágrafo-padrão, aquele que contém uma estrutura mais comum e eficaz, e deve ser ensinado aos escritores iniciantes:

O parágrafo é uma unidade de composição constituída por um ou mais de um período, em que se desenvolve ou se explana determinada idéia *central*, ou *nuclear*, a que se agregam outras, *secundárias*, intimamente relacionadas pelo sentido e logicamente decorrentes dela (GARCIA, 2007, p. 219, grifos do autor).

Para Garcia (2007), tal definição é aplicada a um tipo de parágrafo tido como padrão, e padrão não apenas no sentido de modelo a ser seguido ou que se deva imitar, mas em decorrência de sua completude de sentido e eficácia, por ser o protótipo mais utilizado por escritores de renome e jornalistas experientes, além de ser muito comum em gêneros textuais dissertativos, em que a defesa de ideias exige um maior rigor e objetividade na composição.

Dessa forma, similar ao modo como se elabora a redação como um todo, redigir um parágrafo exige planejamento por parte do autor e pode ser feito com mais segurança e consistência, observando-se as seguintes etapas necessárias:

- I. escolha do assunto
- II. delimitação do assunto
- III. determinação do objetivo
- IV. redação da frase-núcleo
- V. elaboração do plano de desenvolvimento
 - seleção dos aspectos que desenvolverão a frase-núcleo
 - ordenação dos aspectos selecionados
- VI. redação do desenvolvimento
- VII. redação da conclusão (SOARES; CAMPOS, 1982, p. 86).

No geral, o parágrafo-padrão é constituído de três partes: a introdução, contendo um ou dois períodos curtos iniciais, nos quais se apresenta de forma sucinta a ideia-núcleo, também chamada de frase-núcleo ou tópico frasal, termo que doravante será adotado neste trabalho; o desenvolvimento, explanação da ideia principal e secundárias do parágrafo, no qual o autor deve fundamentar de forma clara e convincente as ideias que defende ou aborda em sua redação, podendo utilizar para isso diversos recursos como a enumeração de detalhes, comparações, contrastes, definições precisas, exemplos, ilustrações, dentre outros; e a conclusão que retoma o objetivo expresso no tópico frasal, recapitula e resume os aspectos apresentados no desenvolvimento, acrescentando uma ideia de inferência ou consequência.

É oportuno ressaltar que nem todos os parágrafos seguem essa estruturação em fases, pois há parágrafos constituídos apenas por introdução e desenvolvimento, outros por desenvolvimento e conclusão ou só por desenvolvimento. No entendimento dos autores, é aconselhável, especialmente, para redatores principiantes que o parágrafo seja estruturado nessas três etapas, visto que o ajudará na explanação e controle do desenvolvimento de assuntos mais complexos, bem como facilitará a recepção da informação pelo leitor, contribuindo, assim, para a textualidade.

Ademais, destacamos que a Cartilha do Participante – Redação no Enem 2018, também, trata da estruturação do parágrafo, principalmente, em dois momentos: na

Competência 3, quando menciona que o redator deve observar o encadeamento das ideias, de modo que cada parágrafo apresente informações coerentes com o que foi apresentado anteriormente, sem repetições ou saltos temáticos, e na Competência 4, ao abordar os recursos coesivos garantem que a conexão de ideias tanto entre os parágrafos quanto dentro deles. Assim, o aluno tem que estar atento para o encadeamento textual, que engloba a estruturação dos parágrafos, a estruturação dos períodos e a referenciação, quando da elaboração de sua redação.

Face ao exposto, pretendemos que os participantes da pesquisa compreendam que a *ideia central*, na concepção de parágrafo defendida por Garcia (2007), envolve a apresentação de um tema delimitado e com objetivo, conforme Soares e Campos (1982), bem como assimilem as orientações contidas na Cartilha do Participante – Redação no Enem, documento oficial que norteia a prova de redação. A seguir, mostraremos os tipos de tópicos frasais e sua relevância na elaboração do parágrafo.

3.3.2 Tipos de tópicos frasais

O tópico frasal, constituído, em sua maioria, por um ou dois períodos curtos no início do parágrafo, “encerra de modo geral e conciso a ideia-núcleo do parágrafo” (GARCIA, 2007, p. 188). Trata-se de uma generalização, na qual se expressam opiniões pessoais, juízos de valor ou definição de algo. Nem todos os parágrafos apresentam essa característica, às vezes, a ideia-núcleo vem misturada ao texto que o compõe ou foi apresentada nos parágrafos anteriores, sendo somente referenciada por meio de pronomes e partículas de transição.

O tópico frasal facilita a escrita do parágrafo, uma vez que, se o estudante conseguir elaborá-lo, sintetizar seu pensamento, restará apenas desenvolvê-lo, fundamentando suas ideias, o que facilita a leitura e a compreensão do texto pelo interlocutor.

Assim, é recomendável ao redator iniciar o parágrafo com o tópico frasal, técnica de grande valia para os estudantes que se submetem ao Enem, pela dificuldade de não saberem como iniciar seu texto. Desse modo, desenvolvemos um trabalho de intervenção que se valeu das seguintes contribuições de Garcia (2007):

- a) Declaração inicial – o autor começa o parágrafo com uma afirmação ou negação a respeito de algo que será, em seguida, fundamentado ou justificado com uso de exemplos, fatos, analogias, confrontos, razões, etc: “Segundo a atual Constituição Federal, o Brasil é um país de Estado laico, ou seja, a

sociedade possui o direito de exercer qualquer religião, crença ou culto” (INEP, 2017, p. 35).

- b) Definição – inicia-se o parágrafo com a explicação de um termo, palavra, frase ou um conjunto de símbolos: “É mais fácil desintegrar um átomo que um preconceito. Com essa frase, Albert Einstein desvelou os entraves que envolvem o combate às diversas formas de discriminação existentes na sociedade” (INEP, 2017, p. 37).
- c) Divisão – método bastante didático que consiste em apresentar o tópico frasal com as ideias a serem desenvolvidas de maneira segmentada, devido à objetividade e clareza de suas características.

No convívio social brasileiro, parte considerável da população apresenta alguma deficiência. Nessa conjuntura, grande parcela dos surdos, em especial, não tem acesso a uma educação de qualidade, o que fomenta maior empenho do Poder Público e da sociedade civil, com o fito de superar os desafios para a efetiva inclusão desses indivíduos no sistema educacional (INEP, 2018, p. 37).

- d) Alusão histórica – inicia-se o parágrafo, fazendo-se referência a um fato acontecido, real ou fictício, lendas, anedotas e crendices: “O Brasil foi formado pela união de diversas bases étnicas e culturais e, conseqüentemente, estão presentes em seu território várias religiões” (INEP, 2017, p. 39).
- e) Omissão de dados identificadores – recurso empregado por autores experientes consiste em omitir alguns dados que permitam o leitor identificar a personagem e apreender a verdadeira intenção do escritor. Tal recurso é bastante empregado em crônicas e contos, a fim de criar expectativa e prender a atenção do leitor, por esse motivo não encontramos exemplos desse tipo nas redações nota 1.000 expostas nas Cartilhas do Participante – Redação no Enem, de 2017 e 2018.
- f) Interrogação – inicia-se um parágrafo com uma interrogação, na sequência, vem o desenvolvimento na forma de resposta ou esclarecimento. Esse artifício oculta o tópico frasal por meio de uma declaração ou definição, tem a intenção de primeiramente interrogar o leitor para depois ir dando as respostas aos poucos, com o fim de prender-lhe a atenção desde o início do texto. Não identificamos tópicos frasais iniciados com essa técnica nas redações nota 1.000 dispostas nas Cartilhas do Participante – Redação no Enem, de 2017 e 2018. Inferimos que essa ausência deve-se ao fato de o candidato ter receio em

perguntar e responder, o que geraria insegurança em não saber desenvolver o parágrafo.

É importante destacar que, na elaboração no tópico frasal, o candidato do Enem pode fazer referência a assuntos de outras áreas do saber como, por exemplo, a algum fato histórico, seja do Brasil ou do mundo, para fundamentar seu ponto de vista. Tópicos frasais construídos dessa forma contribuem para o atendimento da Competência 2, pois demonstram que o redator consegue aplicar conceitos de várias áreas de conhecimento para apresentar e desenvolver o tema. Na seção seguinte, abordaremos as formas de desenvolvimento do parágrafo.

3.3.3 Formas de desenvolvimento do parágrafo

O desenvolvimento de um parágrafo decorre do progresso do tópico frasal, de seu encaminhamento, assim como da conexão deste com as ideias secundárias, observando-se as condições de composição. O parágrafo de desenvolvimento é muito diversificado, visto que existem várias maneiras de expandir uma temática, sem que o redator esqueça ainda de considerar o propósito que norteará a escrita. Deste modo, ele deve dispor de recursos suficientes para que consiga alicerçar seus argumentos, os quais só fazem sentido se as ideias forem acertadamente fundamentadas, com o intuito de produzir sentido no conjunto textual. Nesse sentido, nossa compreensão da noção de parágrafo de desenvolvimento aproxima-se da noção defendida por Garcia (2007):

Desenvolvimento é a explanação mesma da ideia principal do parágrafo. Há diversos processos, que variam conforme a natureza do assunto e a finalidade da exposição; mas, qualquer que seja ele, a preocupação maior do autor deve ser sempre a de fundamentar de maneira clara e convincente as ideias que defende ou expõe, servindo-se de recursos costumeiros tais como a enumeração de detalhes, comparações, analogias, contrastes, aplicação de um princípio, regra ou teoria, definições precisas, exemplos, ilustrações, apelo ao testemunho autorizado, e outros (GARCIA, 2007, p. 230, grifo do autor).

Ressaltamos ser este um importante instrumento didático, principalmente, na elaboração de parágrafos de desenvolvimento do tema para a construção do texto dissertativo-argumentativo, que se encontra inserido no âmbito escolar do Ensino Médio.

Nessa perspectiva, expomos, também, algumas formas de ordenação no desenvolvimento do parágrafo, conforme Soares e Campos (1982):

- a) Ordenação por tempo e espaço – esse método é muito empregado quando escrevemos acerca de fatos, ideias ou fenômenos, com o intuito de apresentar sua evolução no tempo e em lugares diferentes, isto é, ordenando as ideias por critérios de tempo e espaço.
- b) Ordenação por enumeração – técnica adequada sempre que o tópico frasal é constituído de uma série de características, de fatos, de fatores, de funções, etc. Nestes casos, a enumeração pode ser feita de três formas: aleatória quando a ordem de apresentação dos elementos não obedece a um critério pré-determinado; segundo algum critério que define a ordem de apresentação dos elementos enumerados; ou por classificação, agrupando os elementos enumerados por suas semelhanças ou diferenças.
- c) Ordenação por contraste – o desenvolvimento do parágrafo é executado por meio do estabelecimento de comparações, apresentação de paralelos, especificação de diferenças e evidenciação de contrastes. Portanto, é estruturado a partir das diferenças entre duas regiões, duas religiões, dois tipos de pessoas, duas ideias, dois objetos, etc. Esse método pode vir combinado com outras formas de ordenação do parágrafo como, por exemplo, tempo e espaço ou enumeração, ou seja, sempre que o desenvolvimento deles também contiver alguma forma de contraste.
- d) Ordenação por causa-consequência – esse tipo de desenvolvimento explica a relação de causa-consequência expressa no tópico frasal, apresenta as causas que ocasionaram determinada situação ou as consequências dos fatos apresentados anteriormente. Por oportuno, destacamos que é um processo de estruturação muito frequente nos parágrafos de textos dissertativos em que prevalece a argumentação, como a redação do Enem, pois a preocupação do participante é convencer, persuadir o leitor de seu texto de que suas ideias e argumentos são verdadeiros e merecem credibilidade.
- e) Ordenação por explicitação – método bastante usado nos textos dissertativo-argumentativos, pois, frequentemente, temos que escrever parágrafos com a finalidade de explicitar uma ideia, esclarecer um conceito ou justificar uma afirmação. Esse tipo de desenvolvimento é realizado por meio de definição, exemplificação e analogia.

Vale lembrar que os pressupostos teóricos apresentados até aqui em relação à estruturação do parágrafo, guardam sintonia com as orientações oficiais dispostas na Cartilha do Participante – Redação no Enem 2018, ou seja, os exemplos de parágrafos de redações nota 1.000 do Enem se enquadram nas teorias ora apresentadas:

Estruturação dos parágrafos – um parágrafo é uma unidade textual formada por uma ideia principal à qual se ligam ideias secundárias. No texto dissertativo-argumentativo, os parágrafos podem ser desenvolvidos por comparação, por causa-consequência, por exemplificação, por detalhamento, entre outras possibilidades. Deve haver uma articulação entre um parágrafo e outro. (INEP, 2018, p. 22).

A partir dos recursos apresentados por Garcia (2007) a respeito das estratégias de elaboração do tópico frasal e de como se opera o desenvolvimento da ideia principal no parágrafo, assim como das formas de desenvolvimento desse segmento definidas por Soares e Campos (1982) e pela Cartilha do Participante – Redação no Enem 2018, esperamos contribuir para que os participantes de nossa intervenção consigam iniciar, desenvolver e concluir o parágrafo, assunto, a seguir, abordado.

3.3.4 Conclusão do parágrafo

A conclusão é a parte do parágrafo que apresenta, de modo resumido, consequências, implicações ou até mesmo inferências a respeito do que foi abordado nas duas primeiras partes dessa estrutura textual. Trata-se de um período que retoma aquilo que foi expresso no tópico frasal, resume as ideias apresentadas no desenvolvimento, acrescentando o desfecho do que foi abordado no parágrafo. Lembramos, conforme explicitado acima, que nem todos os parágrafos apresentam a conclusão, pois, somente quando o parágrafo constitui uma unidade de texto é que a conclusão aparece explicitamente. A seguir, apresentamos exemplos de conclusão de parágrafo de redatores diferentes:

Na antiga Esparta, crianças com deficiência eram assassinadas, pois não poderiam ser guerreiras, profissão mais valorizada na época. Na contemporaneidade, tal barbárie não ocorre mais, porém há grandes dificuldades para garantir aos deficientes – em especial os surdos – o acesso à educação, devido ao preconceito ainda existente na sociedade e à falta de atenção do Estado à questão (INEP, 2018, p. 29).

.....
Além disso, nota-se que as instituições escolares não oferecem suporte adequado para os deficientes auditivos. Com isso, a independência e a participação desses indivíduos são comprometidas, o que acentua as desigualdades. Essa ideia se torna paradoxal quando comparada à Declaração Universal dos Direitos Humanos e à

Constituição Federal (1988), documentos de alta hierarquia, comprovando a necessidade de incluir e assistir a população surda nos processos educacionais brasileiros (INEP, 2018, p. 37).

No estudo do parágrafo, mais do que o conhecimento de sua estrutura, é importante que os alunos compreendam como os elementos se relacionam dentro do parágrafo e como os parágrafos se interligam na construção do texto, com vistas a garantir a progressão textual e a manutenção temática, assunto a ser tratado nas seções seguintes.

4 TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO

O texto dissertativo-argumentativo é uma tipologia discursiva muito comum em exames de acesso ao ensino superior, como o Enem, se organiza na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto. É embasado em argumentos consistentes, para influenciar a opinião do leitor, visando convencê-lo de que a ideia defendida na redação é verdadeira e merece credibilidade.

É preciso, portanto, expor e explicar ideias em defesa de um tema. Em decorrência disso, essa tipologia possui dupla natureza: é argumentativo porque defende uma tese, uma opinião, e é dissertativo porque se utiliza de explicações para justificá-la.

Diante disso, esta seção é dedicada ao estudo do conceito de argumentação, englobando os operadores argumentativos e a função linguístico-semântica que assumem na argumentação, bem como à sequência argumentativa proposta por Adam (2019).

4.1 O que é argumentação?

A argumentação é uma manifestação do comportamento do homem desde o seu nascimento. Ainda crianças, somos desafiados a argumentar em várias situações do nosso dia a dia: nas conversas com nossos familiares; nas brincadeiras com amigos, mesmo antes de, na escola, nos ensinarem formalmente a argumentar. Ou seja, em alguma ocasião, somos instados a nos posicionar, a assumir um ponto de vista ou a emitir uma opinião sobre determinado assunto.

Argumentar é orientar o dizer no sentido de determinadas conclusões, é dotar-se de intenções, de objetivo ao se comunicar. Para alcançar seu objetivo, o sujeito procura persuadir o leitor/ouvinte a aderir a seu ponto de vista. Ao fazer isso, ele assume um posicionamento, formula sua tese e defende suas ideias com vistas a convencer o outro. Segundo Correa, Spinillo e Leitão (2001, p. 120) “[...] a argumentação é vista como uma atividade discursiva e social, orientada para a resolução de uma diferença de opinião pelo exame crítico de argumentos e contra-argumentos em relação a pontos de vista conflitantes”.

De maneira similar, Koch (2011, p. 10) conceitua a ação de argumentar como “o ato de persuadir que procura atingir a vontade, envolvendo a subjetividade, os sentimentos, a temporalidade, buscando adesão e não criando certezas”.

Fazendo esse movimento, o sujeito, ao manifestar-se através do uso da língua, insere-se em práticas sociais, interagindo com o outro que o cerca, seja por meio da fala ou escrita. É nessa perspectiva que a língua se configura como instrumento social e histórico, caracterizando-nos como seres racionais e dotados da capacidade de comunicação, pela linguagem. É justamente na interação sociodiscursiva que acontecem os diálogos e a capacidade de argumentar torna-se importante à vida do sujeito.

Nesse sentido, de acordo com Koch e Elias (2017, p. 10), a argumentação na produção escrita deve ser entendida como “uma atividade que se realiza de forma situada e negociada, ou seja, envolve sujeitos, com papéis determinados, em dada situação, com objetivos e conhecimentos que compõem uma espécie de base comum”.

Dessa maneira, o aluno, ao escrever uma redação de cunho dissertativo-argumentativo, tem que levar em conta o leitor, os conhecimentos compartilhados e o propósito de seu texto, tendo em vista que tais aspectos nortearão todo o processo de escrita e, no caso específico da redação Enem, a argumentação na defesa de seu ponto de vista. Desse modo, as citadas autoras definem que:

Argumentação, portanto, é o resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes, que exige do sujeito que argumenta construir, *de um ponto de vista racional*, uma explicação, recorrendo a experiências individuais e sociais, num quadro espacial e temporal de uma situação com finalidade persuasiva (KOCH; ELIAS, 2017, p. 24, grifo das autoras).

Ao produzir um texto, o autor tem uma intenção que se fundamenta na funcionalidade do seu dizer. No caso do texto dissertativo-argumentativo, que é solicitado na redação do Enem e foco deste trabalho, o objetivo é fazer o ouvinte/leitor aderir aos argumentos apresentados, isto é, persuadi-lo.

Na produção desse tipo de texto, o candidato tem, portanto, que utilizar argumentos com o propósito de tentar influenciar o interlocutor. Para isso, emprega, segundo Koch e Elias (2017, p. 34), “argumentos cuja constituição demanda apresentação e organização de ideias, bem como estruturação do raciocínio que será orientado em defesa de uma tese ou ponto de vista”. O texto dissertativo-argumentativo terá mais credibilidade se for fundamentado em argumentos sustentados em provas, as quais podem ser fatos, exemplos, opiniões relatadas, dados estatísticos ou argumento de autoridade.

Por essa perspectiva de argumentação, o jogo entre intencionalidade e aceitabilidade, além da validade dos argumentos para aceitação ou não da defesa da tese, deve

considerar aspectos linguístico-textuais que legitimem a construção do sentido do texto. Para Koch e Travaglia (2013, p. 53-54), “textualidade é tudo aquilo que converte uma sequência linguística em texto”, ou seja, textualidade é a possibilidade de uma sequência linguística ser um texto.

Para construir uma sequência linguística plena de sentido, existem fatores indispensáveis tais como os mecanismos de coesão e de coerência, os quais precisam estar em constante relação para que se construa uma unidade mínima de sentido, um texto.

A coesão é, portanto, responsável por estabelecer uma inter-relação entre frases, orações e parágrafos, com uso de recursos coesivos mobilizados para garantir a sequenciação coerente do texto. Dentre os recursos coesivos, destacam-se os operadores argumentativos responsáveis pela articulação, pela progressão e argumentação das ideias desenvolvidas em um texto.

Para fazer uma boa argumentação na defesa de uma tese, o redator deve usar adequadamente os operadores argumentativos, pois, caso não sejam bem empregados, podem colocar em risco a clareza do sentido produzido no texto. Sem dúvida, o uso adequado desses mecanismos, além de facilitar a clareza do sentido produzido, também favorece a compreensão de um texto. Assim, o redator das produções textuais do Enem precisa entender que o uso inadequado desses elementos de coesão prejudica a relação lógica entre segmentos do texto em termos de compreensão do sentido, comprometendo, por não atender a Competência 4, objeto desta pesquisa, a sua posição de candidato. Os mecanismos de coesão e de coerência serão detalhados na próxima seção.

Dessa forma, os alunos devem ser estimulados a refletir sobre a língua e a argumentatividade nela inscrita, conforme Ducrot (1977) e Koch e Elias (2017), o que compreende o uso de operadores argumentativos empregados na construção de sentido do texto, conforme explicitado adiante:

Os **operadores** ou **marcadores argumentativos** são, pois, elementos linguísticos que permitem orientar nossos enunciados para determinadas conclusões. São, por isso mesmo, responsáveis pela **orientação argumentativa** dos enunciados que introduzem, o que vem a comprovar que a **argumentatividade** está inscrita na própria língua (KOCH; ELIAS, 2017, p. 64, grifos das autoras).

Pelo exposto, compreendemos que cada operador argumentativo estabelece um tipo de relação semântico-discursiva, cumprindo assim sua função na construção do sentido da produção textual como um todo, ou seja, compreendemos que contribuem para a coesão e a

coerência do texto. Conforme Koch e Elias (2017, p. 64-76), cada operador argumentativo orienta para determinada conclusão, de acordo com a função linguístico-semântica que assume na argumentação:

- a) Somar argumentos em favor de uma mesma conclusão: e, também, ainda, nem (e não), não só... mas também, tanto... como, além de, além disso etc.
- b) Indicar o argumento mais forte de uma escala a favor de uma determinada conclusão: até, até mesmo, inclusive, nem (também não), nem mesmo, aliás.
- c) Deixar subentendida a existência de uma escala com outros argumentos mais fortes: ao menos, pelo menos, no mínimo.
- d) Contrapor argumentos orientados para conclusões contrárias: mas, porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto, embora, ainda que, posto que, apesar de (que).
- e) Introduzir uma conclusão com relação a argumentos apresentados em enunciados anteriores: logo, portanto, pois, por isso, por conseguinte, em decorrência etc.
- f) Introduzir uma justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior: porque, porquanto, já que, pois, que, visto que, como etc.
- g) Estabelecer relações de comparação entre elementos, visando a uma determinada conclusão: mais... (do) que, menos... (do) que, tão... quanto.
- h) Introduzir argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes e opostas: ou...ou, quer... quer, seja... seja, afinal/ou.
- i) Introduzir conteúdos pressupostos: já, ainda, agora etc.
- j) Funcionar em uma escala orientada para a afirmação da totalidade ou para a negação da totalidade: um pouco/quase e pouco/apenas, respectivamente.
- k) Funcionar como prova de que o argumento anterior é verdadeiro: tanto que.
- l) Introduzir exemplo ou particularidade de uma declaração mais geral apresentada antes: como, como por exemplo, por exemplo.
- m) Introduzir argumento que exprime uma generalização ou amplificação do fato expresso antes: aliás.
- n) Suspende, corrigir, redefinir ou questionar a legitimidade do conteúdo anterior: ou seja, isto é, ou melhor.

Vimos nesta seção que os operadores argumentativos proporcionam tanto a argumentatividade ao texto, como introduzem os argumentos em defesa de uma tese,

promovem os encadeamentos dos enunciados, indicam a orientação argumentativa que introduzem e interferem na estrutura do texto, possibilitando que os interlocutores elaborem determinadas conclusões. De conformidade com a Cartilha do Participante – Redação do Enem 2018, os encadeamentos de enunciados do tema, da tese, dos argumentos e da proposta de intervenção devem obedecer à estrutura paragrafal estudada na seção anterior. Assim, veremos que são os operadores argumentativos que orientam a construção das sequências argumentativas, tema da seção seguinte.

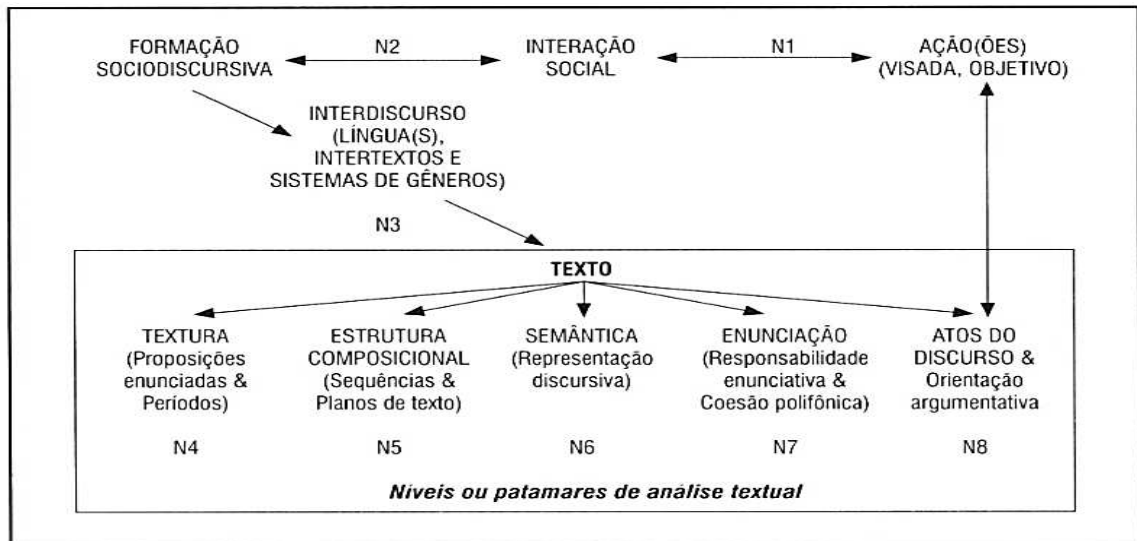
4.2 Sequência argumentativa

Adam (2019) faz a distinção de três categorias complementares de classificação de realizações textuais e discursivas:

- a) Os *(protó)tipos de sequências* que se limitam a cinco categorias, quais sejam: narrativas, descritivas, argumentativas, explicativas e dialogais;
- b) Os *gêneros do discurso* que são categorias fundadas em práticas e formações sociodiscursivas, a exemplo de: gêneros do discurso jornalístico, gêneros do discurso político, gêneros do discurso literário, gêneros do discurso religioso, gêneros do discurso acadêmico etc.
- c) Os *gêneros de texto* que cruzam as duas primeiras categorias e permitem distinguir, por meio de bases linguísticas, os gêneros da narração (como a fábula, o conto, a anedota, a parábola etc.), os gêneros da descrição (o retrato, a descrição do movimento, a paisagem etc.), os gêneros da argumentação (silogismo, alegação, ensaio, discurso político etc.), os gêneros da explicação (contos etiológicos, conjunto de textos com por que – porque), os gêneros do diálogo (conversa espontânea, entrevista, diálogo teatral etc.) e os gêneros de incitação à ação e conselho.

Para tanto, aborda que deve ser avaliada, em um quadro teórico geral, a pertinência, os limites e o interesse de uma tipologia linguística, a qual se inscreve na perspectiva global de uma teoria de planos de organização da textualidade e da discursividade, que também são planos de análise. Dessa maneira, “ao enumerar as determinações discursivas (parte superior do Esquema 1) e os planos de análise mais propriamente textuais (parte inferior do Esquema 1), podem-se localizar vários pontos de possível ancoragem das tipologias” (ADAM, 2019, p. 35), vide figura 1, a seguir:

Figura 1 – Níveis ou patamares de análise textual



Fonte: Adam (2019, p. 35).

Diante disso, não devemos confundir a unidade composicional denominada pelo citado autor de *sequência argumentativa* com a argumentação em geral debatida na seção anterior, visto que esta, conforme disposto na figura acima, pode ser abordada quer no nível do discurso e da interação social, quer no nível da organização pragmática da textualidade, assim:

Se definirmos a argumentação como a construção por um enunciador de uma representação discursiva (módulo N6), visando a modificar a representação de um interlocutor a respeito de um dado objeto de discurso, podemos considerar o objetivo argumentativo em termos de visada ilocutória (módulo N8). Por outro lado, se consideramos a argumentação como uma forma de composição elementar, situamos, dessa vez, no nível N5 da organização sequencial da textualidade (ADAM, 2019, p. 145-146).

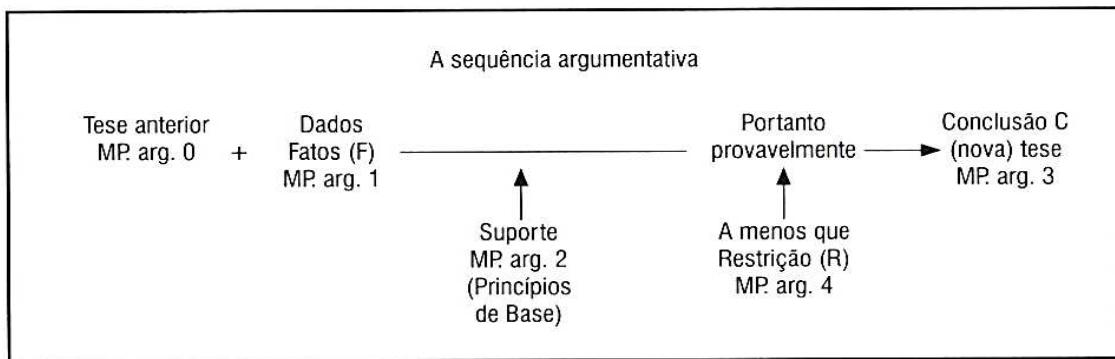
Nesse sentido, a sequência argumentativa é composta pelo encadeamento [*Dados* > *Conclusão*], que forma uma unidade argumentativa de base na medida em que o encadeamento se interrompe e na medida em que o efeito de encerramento é sentido. Segundo Adam (2019, p. 146), “alguns encadeamentos de proposições podem ser reinterpretados em termos argumentativos de relação *Argumento(s)* > *Conclusão*, *Dados(s)* > *Conclusão* (Toulmin, 1958:97) ou ainda em termos de *Razões* > *Conclusão* (Apothéloz et al., 1984:38)”.

Segundo já mencionado, um texto dissertativo-argumentativo visa intervir sobre opiniões, atitudes ou comportamentos de um interlocutor, tornando crível ou aceitável um

enunciado (conclusão) apoiado, de acordo com diversas modalidades, em um outro (argumentos/dados/razões).

Nesse contexto, Adam (2019) apresenta a sequência argumentativa prototípica completa, visualizada na figura 2 adiante, contendo o esquema de base com três macroproposições (MP.arg.1, MP.arg.2 e MP.arg.3), apoiada sobre MP.arg.0 (tese anterior). No caso específico da refutação, a sequência argumentativa prototípica completa deixa espaço para contra-argumentação em dois pontos da estrutura: ao nível de macroproposições argumentativas MP.arg.0 e MP.arg.4. É relevante destacar que “esse esquema não fixa uma ordem linear imutável de macroproposições: a (nova) *tese* (MP.arg.3) ou não por uma conclusão que a duplique no final da sequência, a tese anterior (MP.arg.0) pode estar subtendida (p. 164)”:

Figura 2 – Sequência argumentativa prototípica completa



Fonte: Adam (2019, p. 164).

Desse modo, investigamos como os participantes desta pesquisa elaboraram um argumento em defesa de um ponto de vista, objetivando convencer o interlocutor/leitor da redação com base em dados, fatos, opiniões, citações e argumento de autoridade sobre o tema proposto, ou seja, qual modelo os alunos adotam, a partir de dados para chegar a uma conclusão.

Na seção seguinte, veremos a coesão e coerência textual, destacando a forma como as relações textuais são estabelecidas dentre do parágrafo e entre os parágrafos, assim como os procedimentos e recursos empregados nessa tarefa, tanto na superfície quanto na parte mais profunda do texto.

5 COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAL

Esta seção é dedicada ao estudo da coesão e da coerência, dois dos critérios para que um texto seja compreendido como tal. A coesão é um recurso de suma importância, em especial, na escrita do texto dissertativo-argumentativo requerido pelo Enem, pois o aluno deverá conhecer e saber empregar os mecanismos de coesão para fazer o elo entre as partes da redação, conforme vai fazendo o texto progredir, estando relacionada à Competência 4, segundo demonstrado na Matriz de Referência da redação Enem.

Já a coerência é uma propriedade que tem a ver com as possibilidades de o texto funcionar como um meio de interação verbal, isto é, depende de cada situação comunicativa, dos sujeitos envolvidos e de suas intenções, sendo avaliada na Competência 3.

Antes de apresentarmos conceitos, cabe destacar que coesão e coerência estão intimamente relacionadas, uma vez que necessitam do conhecimento de mundo do interlocutor e de sua capacidade em estabelecer as ligações entre os componentes linguísticos no texto.

A coesão textual é um fenômeno que se dá na superfície do texto, entre os elementos que o compõem, enquanto a coerência "diz respeito ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual vêm a constituir, na mente dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos" (KOCH, 2010, p. 52). Isto é, a coerência se dá em um nível subjacente ao texto, não em sua superfície como a coesão.

Após essa breve explanação, passemos ao estudo de dois conceitos de coesão, um dos fatores de textualidade. Koch (2010, p.45) considera a coesão textual como "o fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se encontram interligados entre si, por meio de recursos também linguísticos, formando sequências veiculadoras de sentidos". Ou seja, por meio da coesão textual os elementos constituintes do texto se ligam, de forma a construir um sentido, em um processo que pode se dar por elementos lexicais ou gramaticais, os quais têm por função precípua estabelecer relações textuais.

No mesmo sentido, Antunes (2017) conceitua:

A coesão, como o próprio nome indica, é a propriedade responsável por deixar os segmentos do texto articulados, relacionados, conectados. Ela abarca, portanto, todos os recursos (lexicais e gramaticais) que deixam esses segmentos (concretamente: palavras, períodos, parágrafos, blocos supraparagráficos) ligados entre si ou inter-relacionados (ANTUNES, 2017, p. 56).

Percebemos, assim, que a nossa concepção de coesão se alinha com o pensamento das autoras que apresentam conceitos semelhantes para coesão, reforçando sua função principal de realizar a conexão dos segmentos que compõem o texto. Antunes (2013) dá ao estudo da coesão um tratamento em que apresenta as relações textuais, os procedimentos e os recursos. Koch (2012), por sua vez, propõe a existência de basicamente dois tipos de coesão: a remissiva ou referencial e a sequencial.

No tocante à coerência, entendemos que esta é a junção dos conhecimentos linguísticos e extralinguísticos posta em ação pelos interlocutores. O leitor, com seus conhecimentos de mundo, terá condições de (re)construir o universo textual, atribuindo sentido às palavras e expressões do texto para, assim, compreendê-lo.

A coerência se constrói a partir do texto, ela não está no texto. Quando o interlocutor é capaz de entender o que está subentendido no texto e não apenas o que está escrito, haverá assim o entendimento global. Dessa forma, produzir um texto é envolver suas palavras, produtor e receptores, ou seja, os interlocutores de um texto precisam entender a intenção de todos os enunciados propostos e mascarados no texto. Dessa maneira se faz a coerência.

Nesse sentido, Koch e Elias (2014) nos dizem que:

[...] a coerência não está no texto, não nos é possível apontá-la, destacá-la, sublinhá-la ou coisa que o valha, mas somos nós, leitores, em um efetivo processo de interação com o autor e o texto, baseados nas pistas que nos são dadas e nos conhecimentos que possuímos, que construímos a coerência (KOCH; ELIAS, 2014, p. 184).

Antunes (2013) orienta que “a coerência é uma propriedade que tem a ver com as possibilidades de o texto funcionar como uma *peça comunicativa*, como um meio de interação verbal. Por isso, ela é, em primeira mão, linguística (p. 176)”. Logo, os conceitos de coerência apresentados por essas autoras vão ao encontro do estabelecido na Cartilha do Participante – Redação no Enem 2018, assim vejamos:

A coerência se estabelece por meio das ideias apresentadas no texto e dos conhecimentos dos interlocutores, garantindo a construção do sentido de acordo com as expectativas do leitor. Está, pois, ligada ao entendimento e à possibilidade de interpretação dos sentidos do texto. O leitor poderá compreender esse texto, refletir a respeito das ideias nele contidas e, em resposta, reagir de maneiras diversas: aceitar, recusar, questionar e até mesmo mudar seu comportamento em face das ideias do autor, partilhando ou não da sua opinião (INEP, 2018, p. 18).

A manifestação linguística da coerência é a coesão, responsável pela ligação linguística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual, constrói-se

através de mecanismos gramaticais e lexicais. Contudo, a coesão, por si só, não é responsável pela coerência de um texto. As relações textuais estabelecidas pela coesão facilitam a compreensão do texto e a construção da coerência, tema explanado na seção adiante.

5.1 Relações textuais (coesão e coerência)

Para Koch (2012, p. 31), a coesão referencial tem a função de estabelecer referência entre determinados termos que não têm valor semântico por seu sentido próprio e ganham sentido a partir da referência que fazem a alguma coisa necessária a sua interpretação no texto. Em outras palavras, a coesão referencial é “aquela em que um componente da superfície do texto faz remissão a outro(s) elemento(s) nela presentes ou inferíveis a partir do universo textual. Ao primeiro denomino *forma referencial* ou *remissiva* e ao segundo, *elemento de referência* ou *referente textual*”. Logo, a coesão referencial é utilizada nos textos para fazer menção a termos anteriormente mencionados, não perdendo, assim, a linearidade do texto, isto é, acontece a retomada de sentidos dentro do próprio texto por meio de referentes⁸.

Desse modo, a coesão referencial pode ser anafórica, quando faz referência a um termo já expresso, ou catafórica, que se refere a um termo ainda não expresso, sendo responsável por manter o tópico do texto na mente/memória do leitor através das constantes retomadas.

Já a coesão sequencial, para a mesma autora, tem a função de fazer com que o assunto central do texto progrida, fazendo caminhar, dessa forma, o fluxo informacional, a partir da conexão entre os segmentos do texto, conforme disposto adiante:

A coesão sequencial diz respeito aos procedimentos linguísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto (enunciados, partes de enunciados, parágrafos e sequências textuais), diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas, à medida que se faz o texto progredir (KOCH, 2012, p. 53).

Assim, a coesão sequencial ou sequenciação é responsável por criar as condições para a progressão textual, podendo se fazer com ou sem elementos recorrentes. Temos desse modo, dois tipos de coesão sequencial: a sequenciação frástica (sem procedimentos de recorrência estrita) e a sequenciação parafrástica (com procedimentos de recorrência).

⁸ Neste trabalho, o sentido de referente e referenciação não estão sendo tratados, de forma aprofundada, na perspectiva de (CAVALCANTE, M. M. **Referenciação**: sobre coisas ditas e não ditas. Fortaleza: Edições UFC, 2011) e (CAVALCANTE, M. M. **Referenciação**: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2013.).

Continuando a explanação acerca das relações textuais, Antunes (2013) destaca que a coesão resulta de uma rede de relações que se criam no texto. Para a autora, é preciso que os textos tenham uma continuidade que se dá pela interligação de todas as suas partes. Dessa maneira, a coesão é instaurada pelas relações semânticas que se estabelecem entre os segmentos e se expressa geralmente pelas relações de reiteração, associação e conexão.

Essas relações acontecem pelos procedimentos de repetição, de substituição, de seleção lexical e de estabelecimento de relações sintático-semânticas entre termos, orações, períodos, parágrafos e blocos supraparagráficos, os quais se desdobram em diferentes recursos, conforme apresentado no quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - A propriedade da coesão do texto: relações, procedimentos e recursos

A COESÃO DO TEXTO	Relações textuais (Campo 1)	Procedimentos (Campo 2)	Recursos (Campo 3)	
	1. REITERAÇÃO	1.1. Repetição	1.1.1. Paráfrase	
			1.1.2. Paralelismo	
			1.1.3. Repetição propriamente dita	• de unidades do léxico • de unidades da gramática
		1.2. Substituição	1.2.1 Substituição gramatical	Retomada por: • Pronomes ou • por advérbios
			1.2.2. Substituição lexical	Retomada por: • sinônimos
				Retomada por: • hiperônimos • caracterizadores situacionais
			1.2.3 Elipse	• Retomada por elipse
	2. ASSOCIAÇÃO	2.1. Seleção lexical	Seleção de palavras semanticamente próximas	• Por antônimos • Por diferentes modos de relações de parte/todo
	3. CONEXÃO	3.1. Estabelecimento de relações sintático-semânticas entre termos, orações, períodos, parágrafos e blocos supraparagráficos	Uso de diferentes conectores	• Preposições • Conjunções • Advérbios • E respectivas locuções

Fonte: Antunes (2013, p. 51).

A reiteração “é a relação pela qual os elementos do texto vão de algum modo sendo *retomados*, criando-se um movimento de *volta aos segmentos prévios*” (ANTUNES,

2013, p. 52), assegurando a continuidade do texto em todo o seu curso. Nesse sentido, o texto se desenvolve num movimento para trás e para frente, no qual os segmentos textuais que vão sendo inseridos devem ser ligados às partes do texto, de modo que nada fique solto.

A associação é criada por meio da ligação de sentido entre as diversas palavras presentes no texto que pertencem ao mesmo campo semântico ou campos semânticos afins. Constitui, desta forma, “a chamada *coesão lexical do texto*, pois atinge as relações semânticas (as relações de significado) que se criam entre as unidades do léxico (substantivos, adjetivos e verbos, sobretudo)” (ANTUNES, 2013, p. 125), contribuindo para manutenção da unidade temática do texto pela aproximação semântica entre as palavras.

Ainda com base nos ensinamentos de Antunes (2013, p. 140), a conexão corresponde a uma relação semântica que ocorre entre as orações, períodos, parágrafos ou blocos supraparagráficos. Esse tipo de relação acontece através do emprego de conjunções, preposições e respectivas locuções e, também, de expressões com valor circunstancial inseridas no texto e “se opera pelo uso dos conectores, o qual desempenha a função de promover a *sequencialização de diferentes porções do texto*”.

Em consonância com os tipos de relações textuais apresentadas pelas mencionadas autoras, abordamos, também neste trabalho, as orientações contidas na Cartilha do Participante – Redação no Enem 2018, tendo em vista que a coesão e a coerência contribuem para construção do texto dissertativo-argumentativo cobrado no exame, a partir dos procedimentos e recursos utilizados, que serão especificados na seção seguinte.

5.2 Procedimentos/recursos (coesão e coerência)

Conforme visto na seção anterior, segundo Koch (2012), os procedimentos de coesão referencial podem ocorrer de duas maneiras: a coesão referencial anafórica (faz referência a um signo já expresso) ou catafórica (refere-se a um signo ainda não expresso). Tais procedimentos empregam recursos como: os artigos (definidos ou indefinidos), pronomes adjetivos e substantivos (demonstrativos, possessivos, indefinidos, interrogativos e relativos), numerais (ordinais e cardinais), pronomes de 3ª pessoa, elipse, advérbios pronominais, expressões ou grupos nominais definidos, nominalizações, expressões sinônimas, hiperônimos e hipônimos. Esses mecanismos coesivos fazem o processo de ligação semântica entre esses elementos e aqueles a que se referem, o que é chamado de correferência. Como visto em Koch, esse movimento pode ser de duas formas: retomada, para

trás, no caso da *anáfora* ou sucessão, para frente, na *catáfora*.

De acordo com a mesma autora, os procedimentos de coesão sequencial são classificados em dois grupos: a parafrástica (com procedimentos de recorrência) e a frástica (sem procedimentos de recorrência). Dentre os recursos de coesão sequencial parafrástica estão: reiteração, paralelismo, paráfrases, ritmo, rima, assonância, aliterações e tempos e aspectos verbais. No tocante aos recursos de coesão sequencial frástica, a autora cita os conectores, elementos de função argumentativa, procedimentos de manutenção temática (uso de elementos de um mesmo campo semântico), procedimentos de manutenção e de progressão temática e encadeamentos por justaposição ou conexão.

Para Koch (2012), são recursos de coesão sequencial, de modo geral, as flexões de tempo e de modo dos verbos e as conjunções, responsáveis, desse modo, pela coesão sequencial nos textos. É importante frisar a necessidade do ensino-aprendizagem desses recursos, usados para que as partes e as informações do texto possam ser articuladas e relacionadas.

Mencionando procedimentos parecidos, Antunes (2013) elenca quatro procedimentos empregados para realização da coesão textual: repetição e substituição (relacionadas às relações textuais estabelecidas pela reiteração), seleção lexical (referente à associação) e estabelecimento de relações sintático-semânticas entre termos, orações, períodos, parágrafos e blocos supraparagráficos (que diz respeito às relações textuais criadas pela conexão). A autora dispõe, também, que esses procedimentos são realizados pelo emprego de recursos coesivos:

Os recursos coesivos são as operações concretas pelas quais os procedimentos se efetivam. São operações de repetir, de substituir, de usar palavras semanticamente próximas, de usar uma conjunção ou um outro tipo qualquer de conectivo. A cada procedimento, portanto, corresponde um ou mais de um recurso (ANTUNES, 2013, p. 60).

Nesse sentido, a repetição, enquanto procedimento coesivo, utiliza como recurso a paráfrase, o paralelismo e a repetição propriamente dita de uma palavra ou de uma expressão. A concretização da substituição, por sua vez, implica a substituição de um termo por um pronome, um advérbio, por um sinônimo, por um hiperônimo, por caracterizadores situacionais ou pela retomada por elipse.

A seleção lexical é o procedimento da aproximação semântica entre as palavras, representa, portanto, o recurso mais presente em todo gênero textual. Para Antunes (2013, p.

125), “partindo-se do pressuposto que todo texto é marcado pela unidade de tema — essa é uma das condições de sua coerência —, é natural que haja uma convergência das palavras quanto ao sentido que expressam e se crie, assim, uma verdadeira rede de relações”. Dessa forma, cada palavra no texto está ligada a, pelo menos, uma outra, de modo que esse enlaçamento se opera com recursos de seleção de palavras semanticamente próximas (por antônimos ou por diferentes modos de relações de parte/todo), empregando, para isso, substantivos, adjetivos e verbos.

O estabelecimento de relações sintático-semânticas entre termos, orações, períodos, parágrafos e entre blocos maiores do texto é o procedimento que utiliza diferentes conectores como recurso, tais como, preposições, conjunções, advérbios e locuções preposicionais, conjuntivas e adverbiais. Esses conectores são responsáveis pelas relações semânticas sinalizadas pela conexão, provendo a sequencialização do texto, a qual “só acontece em determinados pontos e na dependência de certas condições sintáticas” (ANTUNES, 2013, p. 140).

Ademais, frisamos que os procedimentos e recursos da coesão textual concorrem para fazer com que o texto seja entendido mais claramente. Podemos verificar, então, que há processos diferentes para se realizar a coesão, um que se utiliza da remissão para ligar os referentes no texto e o outro que se constrói pelo uso de elementos conectores ou segmentos que estabelecem relações sintático-semânticas. Nesse aspecto, a coesão textual é tida como um fenômeno que define se um conjunto de frases é um texto, contudo, não se pode pensar que usar elementos coesivos basta para que haja textualidade, é fundamental, também, que o texto seja coerente.

Antunes (2013) explicita que o consenso entre os teóricos tem sido a consideração da coerência em dois níveis de organização textual: macrotextual e microtextual. A coerência macroestrutural – ou global – diz respeito às relações entre as sequências maiores do texto, enquanto a microestrutural versa sobre as sequências menores – palavras e frases. Dessa forma, a autora expõe uma síntese das metarregras de coerência apresentadas por Charolles (1988), que se aplicam para os dois níveis, as quais se encontram detalhadas abaixo:

- a) Metarregra da repetição – para que um texto seja coerente, é preciso que ele comporte em seu desenvolvimento linear elementos de estrita recorrência. Trata, assim, da relação coesiva de *reiteração* que engloba a repetição propriamente dita e aqueles outros recursos reiterativos, como a paráfrase, o paralelismo e todos os recursos da substituição.

- b) Metarregra da progressão – para que um texto seja coerente, é preciso que seu desenvolvimento contenha elementos semânticos constantemente renovados. Esta regra complementa a anterior e deve garantir que a recorrência/repetição não seja circular. Para isso, é preciso que em seu desenvolvimento o texto apresente elementos semânticos constantemente renovados, em outras palavras, requer equilíbrio entre a continuidade temática e a progressão semântica.
- a) Metarregra da não-contradição – para que um texto seja coerente, é preciso que em seu desenvolvimento não se introduza nenhum elemento semântico que contradiga um conteúdo posto ou pressuposto anteriormente. Ou seja, há a necessidade de que no desenvolvimento linear e progressão semântica do texto não se insiram elementos semanticamente opostos ao que já foi dito.
- b) Metarregra da relação – para que um texto seja coerente, é preciso que os fatos que ele expressa estejam relacionados entre si no mundo apresentado. Esta metarregra é fundamentalmente pragmática, isto é, estabelece que os fatos, as ações, as ideias e os acontecimentos em um texto guardem algum tipo de associação, de ligação.

É possível perceber que estas metarregras abordam de uma ou outra maneira, alguns critérios de coesão. Com isso, cabe reforçar o caráter intrínseco que existe entre estes dois elementos textuais.

Nesse contexto, compreendemos que as relações entre coesão e coerência são bastante estreitas e interdependentes. Quer dizer, não há uma coesão que exista por si mesma e para si mesma. Assim, a coesão é uma decorrência da própria continuidade exigida pela redação, a qual, por sua vez, é exigência da unidade que dá coerência ao texto, ou seja, há uma cadeia facilmente reconhecível entre continuidade, unidade e coerência.

Desse modo, para formular um texto e garantir a textualidade, é imprescindível que haja coerência, que dependerá da intenção do autor. Caso essa intenção não esteja bem definida, o texto tenderá a ser irrelevante para o leitor, pois o entendimento é consequência da coerência (KOCH; ELIAS, 2017):

a coerência resulta da interação autor-leitor em um rico processo que envolve:

- intencionalidade (do autor);
- aceitabilidade (do leitor);
- conhecimentos compartilhados (de língua, de textos, de mundo, da situação comunicativa);
- definição de um tema/assunto ou sua progressão/continuidade; modelos de configuração textual;

- (re)construção e manutenção de referentes ou objetos do discurso (referenciação);
- balanceamento de informações (grau de informatividade) (KOCH; ELIAS, 2017, p. 222).

A despeito dos tipos de relações textuais, seus procedimentos e recursos apresentados por Koch (2012) e Antunes (2013), as orientações contidas na Cartilha do Participante – Redação no Enem 2018, no que se refere à forma como a coesão contribui para o alcance dos requisitos avaliados na Competência 4, estabelecem que o texto do candidato deve respeitar a estruturação lógica e formal entre as partes da redação, sem contudo, especificar os procedimentos e as várias possibilidades de utilização dos recursos coesivos disponíveis na língua, ou seja, a cartilha traz uma orientação geral que o candidato precisa seguir em relação à organização textual de sua redação:

A organização textual exige que as frases e os parágrafos estabeleçam entre si uma relação que garanta a sequenciação coerente do texto e a interdependência entre as ideias. Essa articulação é feita mobilizando-se recursos coesivos que são responsáveis pelas relações semânticas construídas ao longo do texto, por exemplo, relações de igualdade, de adversidade, de causa-consequência, de conclusão etc. Preposições, conjunções, advérbios e locuções adverbiais são responsáveis pela coesão do texto, porque estabelecem uma inter-relação entre orações, frases e parágrafos (INEP, 2018, p. 20).

Pelo exposto, pretendemos no tocante à coesão e coerência textual que os participantes desta pesquisa compreendam e assimilem a forma como os elementos do texto se ligam uns aos outros, à medida que o texto progride e a argumentação da redação é construída, bem como o uso dos recursos coesivos responsáveis por estabelecer relações de sentido, no decorrer do texto, recursos imprescindíveis na escrita da redação Enem, cujos procedimentos metodológicos serão apresentados na seção seguinte.

6 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

Abordamos, nesta seção, o tipo de pesquisa e métodos, os participantes e espaço da pesquisa, os procedimentos metodológicos de constituição do *corpus* e as categorias de análise, os procedimentos da proposta de intervenção e os procedimentos e análise dos dados.

6.1 Tipo de pesquisa e métodos

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa-ação (THIOLLENT, 1986), o que requer efetiva participação e envolvimento do pesquisador com os atores envolvidos, a fim de que, por meio da interação, passem a construir suas compreensões acerca da problemática abordada no contexto da atividade.

Dessa maneira, a investigação se voltou para a compreensão dos processos de construção da aprendizagem que se desenvolvem no contexto de sala de aula, por isso é possível incluí-los no grupo de pesquisas de caráter interpretativo-qualificativo. Visto que, durante a pesquisa, a proposta não era fazer uma simples observação e descrição das atividades realizadas na disciplina, mas sim intervir constantemente no processo de escrita do texto dissertativo-argumentativo.

Entendemos que pesquisa-ação é o melhor método investigativo para que o nosso propósito seja alcançado, pois esse tipo de estudo permite, a partir de uma leitura da realidade, traçar estratégias eficazes na tentativa de solucionar um problema encontrado, por meio da interação e cooperação entre os sujeitos envolvidos na investigação, bem como atender ao que é exigido no Programa de Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS.

Nesse contexto, no trabalho desenvolvido, o aluno não exerceu o papel de mero expectador; ele participou efetivamente de cada atividade do processo de escrita do texto dissertativo-argumentativo. Do mesmo modo, na função de pesquisador, participamos colaborativamente da construção da compreensão de sentido da atividade, já que, como relatado, houve interação com os alunos e a participação de forma colaborativa na escrita das redações produzidas.

Como resultado da intervenção e, após reflexão sobre o percurso de execução das atividades, bem como das interações realizadas entre os alunos e entre os alunos e o professor, o trabalho final desta pesquisa consiste em uma proposta de atividades destinada a professores e alunos do Ensino Médio, para o desenvolvimento da produção do texto dissertativo-

argumentativo através da compreensão e realização de atividades que abrangem as partes estruturais desse tipo de gênero.

6.2 Participantes e espaço da pesquisa

Os participantes desta pesquisa integram uma turma de 28 alunos, composta por 16 pessoas do sexo feminino e 12 do sexo masculino, com faixa etária de 15 a 17 anos, do 1º ano do Ensino Médio, turno manhã, da escola pública da rede estadual, EEFM Integrada 2 de Maio, situada na Rua da Saudade, S/N, Bairro Passaré, na cidade de Fortaleza - CE, vinculada à Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC).

A escola funciona nos turnos manhã, tarde e noite, com turmas de 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio. Trata-se de uma escola de periferia que atende estudantes oriundos de famílias de baixa renda, residentes no bairro Passaré e em comunidades vizinhas, tais como, Barroso, Castelão, Riacho Doce e Rosalina.

A EEFM Integrada 2 de Maio é uma escola de grande porte, com estrutura física razoável, pois possui 14 salas de aula, duas salas de vídeo climatizadas e equipadas com *datashow*, centro de multimeios (biblioteca), laboratório de ciências, laboratório de informática, porém com número insuficiente de computadores funcionando, quadra de esportes e auditório. No ano letivo de 2019, a escola ofertou vagas em 26 turmas, distribuídas nos três turnos, das quais, 14 turmas eram pela manhã, 6 turmas à tarde e 6 turmas à noite, com um total de 823 alunos matriculados.

Destacamos que nossa motivação pela escolha desse grupo se deu, principalmente, pelo fato de serem alunos de uma escola de periferia e pertencerem a famílias de baixa renda. Além, é claro, por entendermos que eles necessitam desenvolver habilidades relacionadas à redação Enem para conseguir uma boa nota no exame e ingressar no Ensino Superior, objetivando mudar a sua realidade e a de sua família.

Os alunos participantes da pesquisa estão relacionados por código (Ex: A1, A3, etc.), a fim de que seu nome seja mantido em sigilo, conforme previsto nos termos de Consentimento Livre e Esclarecido aos Pais e de Assentimento Livre e Esclarecido aos Participantes, os quais foram devidamente assinados e arquivados antes de iniciarmos nossa intervenção, ou seja, não serão divulgadas informações de forma a possibilitar a identificação do participante.

Ressaltamos que, inicialmente, existiam 32 alunos matriculados na turma que participou de nossa intervenção. Contudo, no decorrer do processo quatro alunos foram

transferidos, restando 28 participantes regularmente matriculados. Desse universo, 22 alunos, 12 do sexo feminino e 10 do sexo masculino, participaram de todas as atividades didáticas desenvolvidas neste trabalho, cujos textos subsidiam as análises realizadas na seção 6.5.

A turma se mostrou muito engajada na realização das atividades da intervenção, especialmente, pelo fato de os participantes já começarem a despertar o interesse pelo Enem, conscientizando-se de que o exame é primordial para o acesso à universidade e à escolha da profissão que desempenharão. Outro aspecto também os motivou, a intervenção aconteceu fora da sala de aula habitual, pois as atividades foram desenvolvidas na sala de vídeo, ambiente climatizado, e com a utilização de recursos tecnológicos.

Ademais, frisamos que o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UECE, situado na Av. Dr. Silas Munguba, 1700, Campus do Itaperi, Fortaleza-CE, conforme parecer consubstanciado nº 3.506.824, emitido em 14 de agosto de 2019.

6.3 Procedimentos de constituição do *corpus* e as categorias de análise

O *corpus* de nossa pesquisa é constituído por 44 redações, sendo 22 referentes à produção inicial Enem 2016 e 22, à produção final Enem 2017, produzidas a partir da realização das atividades de nossa intervenção, as quais foram desenvolvidas em duas partes e encontram-se dispostas nos apêndices A – Proposta de Intervenção 1ª parte e B – Proposta de Intervenção 2ª parte.

Ao longo da intervenção, 22 alunos participaram de todas as atividades de nossa abordagem didática e estão relacionados com os seguintes códigos: A1, A3, A4, A5, A6, A9, A10, A11, A14, A15, A16, A17, A18, A19, A20, A22, A23, A24, A27, A28, A32 e A34. Os mencionados participantes realizaram quatro produções textuais, quais sejam, produção inicial Enem 2016, produção final Enem 2016, produção inicial Enem 2017 e produção final Enem 2017.

Diante disso, selecionamos para análise a produção inicial Enem 2016, em cujas redações estão evidentes as dificuldades inicialmente apresentadas pelos participantes, e a produção final Enem 2017, que apresentam as competências desenvolvidas, a partir da execução das atividades propostas de elaboração da tese e do primeiro argumento da redação do Enem, bem como das relações coesivas estabelecidas dentro do parágrafo e entre os parágrafos, a fim de verificar o resultado de nossa intervenção.

As categorias de análise investigadas nesta pesquisa são a elaboração da tese e de um argumento do texto dissertativo-argumentativo, a construção do parágrafo, a classificação dos tipos de parágrafos, as relações coesivas estabelecidas dentro do parágrafo e entre parágrafos.

6.4 Procedimentos da proposta de intervenção

Para identificarmos as dificuldades e o nível da turma em relação à produção escrita, realizamos uma atividade diagnóstica que consistiu na produção de texto dissertativo-argumentativo, nos moldes do que é requerido pelo Enem, com as seguintes instruções:

“A cidade de Fortaleza - CE apresenta inúmeros problemas, os quais causam transtornos à população. Em face disso, como morador consciente e politizado, elabore um texto dissertativo-argumentativo em modalidade formal da língua, com no mínimo 20 linhas e quatro parágrafos, contendo introdução, desenvolvimento e conclusão. É imprescindível que o texto exponha argumentos consistentes que fundamentem seu ponto de vista, assim como uma proposta de solução para os problemas explicitados”.

O *corpus* do pré-teste foi constituído por 32 redações, as quais foram analisadas com vistas a identificar a existência de uma tese bem definida; como foi delimitada, fundamentada e desenvolvida, por meio de argumentos (fatos, dados, exemplos e citações). Verificamos, assim, a organização usada pelo redator para iniciar, desenvolver e concluir seu texto, com fechamento e proposta de intervenção para solucionar o problema, de acordo com a proposta do teste.

A partir do resultado verificado no pré-teste e da identificação das dificuldades e dos desvios em relação à modalidade formal da língua apresentados por esses alunos, realizamos um trabalho diferenciado com foco na elaboração da tese e na apresentação de argumentos necessários à escrita do texto dissertativo-argumentativo, preparando-os para a redação solicitada nos exames de acesso ao ensino superior. Desta forma, executamos uma sequência de atividades pedagógicas com o grupo de alunos dessa turma que protagonizou nossa proposta de intervenção, inserida nas atividades regulares de sala de aula. Tendo em vista a necessidade de trabalho de intervenção na produção escrita do referido grupo, conforme observado na atividade diagnóstica, acima mencionada, e a impossibilidade de o

pesquisador e alguns participantes disporem de outro tempo para a realização de oficinas, a proposta foi submetida à apreciação do núcleo gestor da escola.

Chegado ao entendimento de que as atividades não iriam prejudicar o curso normal da disciplina e sim contribuir para o desenvolvimento de competências requeridas pelo Enem, a proposta de intervenção foi assim definida:

- a) carga horária: 25 horas-aula, as quais ocorreram, ao longo de cinco semanas, com duas aulas na segunda-feira, duas aulas na terça-feira e uma aula na quarta-feira de cada semana, realizadas no terceiro bimestre do ano letivo de 2019, mais especificamente, nos meses de agosto e setembro.
- b) planejamento: três etapas, a primeira de apresentação da proposta; a segunda com cinco momentos distintos e a terceira com três momentos distintos.

Primeira etapa – apresentação da proposta: foi realizada uma conversa inicial com os alunos sobre a pesquisa, em que foram abordados os aspectos seguintes com apresentação em *datashow*:

- a) levantamento diagnóstico, em trabalhos anteriores de produção textual, em que foram registrados alguns desvios em relação às competências que são cobradas no Enem;
- b) esclarecimento das cinco competências quanto aos critérios e à matriz de referência do Enem;
- c) demonstração da relevância da intervenção como uma proposta escolar;
- d) apresentação do objetivo desta pesquisa, na qual o pesquisador realizou os seguintes passos metodológicos:
 - esclarecer os alunos sobre a importância da pesquisa;
 - realizar oficinas de leitura e produção da redação do Enem, com formulação de tese e elaboração de um argumento;
- e) esclarecimento acerca dos direitos dos participantes:
 - conhecer todos os procedimentos da pesquisa;
 - ter sua identidade resguardada;
 - dialogar com o pesquisador, caso se sinta desconfortável durante a realização das atividades;
 - desistir de sua participação a qualquer momento que desejar;
 - ter garantia de que sua relação com o pesquisador e com a escola não sofrerá prejuízo, caso ele venha a desistir da participação; e

- manifestar, no termo de consentimento voluntário de pesquisa, a concordância em participar mediante a assinatura dos pais ou responsáveis.

Segunda etapa – realização de atividades: o pesquisador realizou atividades de sua própria autoria, embasadas na Cartilha do participante – REDAÇÃO NO ENEM 2017 e em livros que dão suporte teórico a esta pesquisa. Todos os momentos dessa etapa foram acompanhados pelo professor-pesquisador.

a) primeiro momento:

- leitura de uma redação nota 1.000 do Enem 2016 pelos alunos;
- atividade de reconhecimento da tese e do primeiro argumento, após explicação pelo professor-pesquisador de como esses itens são cobrados pelo INEP;
- discussão em grupo acerca do reconhecimento pelos alunos dos segmentos solicitados;
- destaque da tese e do primeiro argumento apresentado pelo escritor na redação trabalhada (Apêndice A – Proposta de intervenção 1ª parte).

b) segundo momento:

- leitura de uma redação nota 1.000 do Enem 2016 pelos alunos;
- atividade de reconhecimento da tese e do primeiro argumento;
- paráfrase da tese e do primeiro argumento;
- leitura dos segmentos parafraseados em dupla, com o objetivo de perceber eventuais desvios em relação à modalidade escrita formal da língua portuguesa;
- reescrita da tese e do primeiro argumento, considerando os ajustes sugeridos pelo colega (Apêndice A – Proposta de intervenção 1ª parte).

c) terceiro momento:

- leitura de uma redação nota 1.000 do Enem 2016 pelos alunos;
- reconhecimento da estruturação dos parágrafos da redação;
- explicação sobre os recursos foram utilizados na construção dos dois primeiros parágrafos do texto;
- paráfrase da tese e do primeiro argumento.

d) quarto momento:

- apresentação da escrita como processo pelo professor-pesquisador e explicação de suas principais etapas (planejamento, seleção e organização das ideias, escrita da primeira versão do texto, revisão e escrita da versão final);

e) quinto momento:

- apresentação e discussão da proposta de redação do Enem 2016, ocasião em que o professor-pesquisador fez uma explanação sobre a Constituição Federal/1988 e sobre o processo de formação do Brasil;
- geração de ideias para elaborar a tese e um argumento sobre o tema da redação Enem 2016;
- solicitação para os alunos, em duplas, trocarem os textos e apresentarem considerações;
- reescrita da tese e do primeiro argumento, considerando os ajustes sugeridos pelo colega, com vistas a finalizar a produção inicial da redação Enem 2016;
- correção da produção inicial Enem 2016 pelo professor-pesquisador; apresentação, em *datashow*, de duas redações bem estruturadas, realizadas pelos participantes, e comentários sobre a correção da produção inicial Enem 2016;
- escrita da produção final Enem 2016 (Apêndice A – Proposta de intervenção 1ª parte).

Terceira etapa – realização de atividades: o professor-pesquisador realizou atividades de sua própria autoria, embasadas na Cartilha do participante – REDAÇÃO NO ENEM 2018 e em livros que dão suporte teórico a esta pesquisa. Os três momentos dessa etapa foram, igualmente, acompanhados pelo professor.

a) primeiro momento:

- leitura de uma redação nota 1.000 do Enem 2017 pelos alunos;
- reconhecimento da progressão e coesão textual;
- explicação das relações de sentido estabelecidas pelos elos coesivos;
- paráfrase da tese e do primeiro argumento (Apêndice B – Proposta de intervenção 2ª parte).

b) segundo momento:

- leitura de uma redação nota 1.000 do Enem 2017;
- elaboração da tese e de um argumento sobre o tema da redação Enem 2017;

- solicitação para os alunos, em duplas, trocarem os textos e apresentarem considerações sobre progressão e coesão textual;
- reescrita da tese e do primeiro argumento, considerando os ajustes sugeridos pelo colega (Apêndice B – Proposta de intervenção 2ª parte).

c) terceiro momento:

- dedicado à revisão dos textos;
- os alunos foram divididos novamente em duplas, com formação diferente da divisão anterior, e um revisou a redação do outro, com a mediação do professor-pesquisador, em seguida realizaram a produção inicial Enem 2017;
- o professor-pesquisador fez a correção dos textos, entregou-os aos alunos e apresentou, em *datashow*, duas redações bem estruturadas da produção inicial Enem 2017, fazendo intervenções nos textos em conjunto com os alunos;
- os estudantes realizaram a produção final Enem 2017;
- por último, foi realizada a leitura dos textos em sala e juntos refletiram sobre o processo de escrita do texto dissertativo-argumentativo, sua importância para o ingresso no Ensino Superior e para o posicionamento, de forma consciente, nas mais variadas situações de comunicação, sejam elas orais ou escritas (Apêndice B – Proposta de intervenção 2ª parte).

Após a conclusão das 25 horas-aula de nossa intervenção, tivemos um momento de confraternização, em que estavam presentes os participantes, o professor-pesquisador, a professora-orientadora da pesquisa, uma mestrande do PROFLETRAS e a diretora da escola. Na ocasião, exibimos um vídeo elaborado com fotos tiradas no curso da intervenção e realizamos um sorteio de três livros, a fim de prestigiar e agradecer a participação dos alunos. Em seguida, colocamos um som com uma seleção de músicas e servimos um lanche aos presentes.

Ressaltamos que trabalhamos a redação Enem como um todo, assim os participantes produziram redações completas, com no mínimo quatro parágrafos, no final de cada parte da intervenção, obedecendo à estrutura cobrada pelo INEP (Tema → Tese → Argumentos → Proposta de Intervenção), contudo apenas a tese e o primeiro argumento foram objeto de estudo nesta pesquisa.

É importante destacar que as versões finais da 1ª parte e da 2ª parte da intervenção foram expostas no mural da escola, com o objetivo de dar publicidade às redações produzidas pelos participantes da pesquisa e incentivar os alunos que estavam no último ano do Ensino

Médio e iriam prestar o Enem, a treinarem a escrita do texto dissertativo-argumentativo. As mencionadas redações subsidiam as análises realizadas na próxima seção.

6.5 Procedimentos e análises dos dados

Esta seção é destinada à análise dos dados. Desse modo, abordamos a forma como os alunos elaboram a tese e um argumento, a construção do parágrafo, a classificação dos tipos de parágrafos, as relações coesivas estabelecidas dentro do parágrafo e entre parágrafos em 44 redações, sendo 22 da produção inicial Enem 2016 e 22 da produção final Enem 2017.

Conforme mencionado anteriormente, na produção inicial Enem 2016, os participantes já haviam estado em 12 horas-aulas e estudado a forma de elaboração da tese e do primeiro argumento do texto dissertativo-argumentativo, bem como a construção do parágrafo e as diversas técnicas empregadas para sua estruturação. Enquanto que na produção final Enem 2017, já haviam participado de todas as oficinas, totalizando 25 horas-aulas, consolidando os conhecimentos abordados anteriormente, além de terem estudado os procedimentos/recursos utilizados para o estabelecimento da coesão dentro do parágrafo e entre parágrafos.

Primeiramente, analisamos as 22 redações da produção inicial Enem 2016, a fim de verificar a estruturação da tese e do primeiro argumento do texto dissertativo-argumentativo, a construção do parágrafo e a classificação dos tipos de parágrafos, categorias trabalhadas na primeira parte da intervenção. A partir dessa análise, dividimos as produções dos participantes em dois grupos, um com os que conseguiram elaborar a tese e o primeiro argumento e outro com as produções dos que não conseguiram.

Depois, analisamos as 22 redações da produção final Enem 2017, com o propósito de verificar, em cada grupo, além da elaboração da tese, do primeiro argumento e dos tipos de parágrafos, os elos coesivos intra e inter parágrafos nos textos elaborados na segunda parte da intervenção, mecanismos necessários à sequenciação e progressão do texto e, consequente, atendimento à competência 4 da Cartilha do Participante “Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação”. Com base nessa análise, dividimos as produções dos participantes em dois grupos, um com as produções dos que conseguiram elaborar a tese e o primeiro argumento e outro com as produções dos que não conseguiram, a fim de averiguarmos se houve evolução em relação à primeira parte da intervenção e ao padrão de desenvolvimento do texto.

Vale salientar que os trechos trazidos para a análise não sofreram quaisquer mudanças dos textos originais escritos pelos participantes, conforme se pode observar nos anexos A a D (p. 139 a 154).

6.5.1 Análise da Produção Inicial Enem 2016

Começamos nossa análise pelas redações produzidas na 1ª parte da intervenção, cujas atividades estão dispostas no Apêndice A – Proposta de Intervenção 1ª parte (p. 93) e versam sobre a construção da tese e do primeiro argumento. Nessa perspectiva, conforme mencionado acima, analisamos as 22 redações da produção inicial Enem 2016 e as dividimos em dois grupos: o primeiro com 12 participantes (A5, A9, A11, A14, A16, A18, A22, A23, A27, A28, A32 e A34) que não conseguiram elaborar a tese e o primeiro argumento (p. 139), seja por se tratar de uma transcrição das redações nota 1.000 estudadas nas atividades da 1ª parte da intervenção, seja por se configurar uma tentativa sem êxito; e outro grupo com os dez (A1, A3, A4, A6, A10, A15, A17, A19, A20 e A24), que conseguiram estruturar esses segmentos (p. 143).

Na análise da tese, encontramos, dentre os participantes que não lograram êxito, parágrafos como os que se seguem:

O Brasil foi formado pela união de diversas bases étnicas e cultural. Segundo a atual Constituição Federal, o Brasil é um país laico, ou seja, a sociedade possui o direitos de exercer qualquer religião, crença ou culto. Assim, diversas medidas precisam ser tomadas para tentar combater a intolerância religiosa no Brasil (A32, Anexo A, p. 142).

Pelo exposto, vimos que o participante A32 usou o trecho “*O Brasil foi formado pela união de diversas bases étnicas e culturais e, conseqüentemente, estão presentes em seu território várias religiões...*”, retirado do primeiro parágrafo da redação nota 1.000, utilizada na questão 3 da Proposta de Intervenção 1ª parte - APÊNDICE A (p. 93).

Identificamos que, neste mesmo parágrafo, há também a inclusão do trecho “*Segundo a atual Constituição Federal, o Brasil é um país de Estado laico, ou seja, a sociedade possui o direito de exercer qualquer religião, crença ou culto*”, retirado do

primeiro parágrafo da redação nota 1.000, utilizada na questão 1 da Proposta de Intervenção 1ª parte – APÊNDICE A (p. 93).

Os participantes (A5, A9, A11, A14, A18, A22, A23, A27, A28 e A34) também fizeram uso dessa mesma estratégia, apenas com mudanças na estruturação dos segmentos copiados.

A dificuldade de elaboração da tese se configurou também pelo desconhecimento de como organizar os elementos necessários a um enunciado interrogativo, conforme observamos no trecho, a seguir:

É preciso muito tempo para isso acabar? com a intolerância religiosa no Brasil, são casos todos os dias em diferentes lugares, não importa onde, no Brasil é onde ocorre mais casos como esses. a mais afetadas são as afro-brasileiras que é uma das mais populares no Brasil (A16, Anexo A, p. 140).

Como podemos verificar a estratégia poderia favorecer a elaboração da tese, contudo, como organizada, comprometeu a coerência e a plausibilidade do texto, o que vai de encontro ao requerido pela Competência 3 da Cartilha do Participante “Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista”, ou seja, comprometeu o sentido global do parágrafo, cuja sustentação não pode ser considerada.

No tocante à categoria elaboração do primeiro argumento, evidenciamos que os participantes que não conseguiram estruturar a tese, também, não obtiveram sucesso na construção do parágrafo de argumento pelos mesmos motivos, isto é, tratou-se de uma transcrição das redações nota 1.000 estudadas nas atividades da 1ª parte da intervenção ou se configurou numa tentativa sem sucesso, conforme demonstrado nos exemplos seguintes:

A intolerância religiosa é um problema existente no Brasil desde séculos passados. Que começou desde a colonização, quando os portugueses vieram para o Brasil trazendo os padres jesuitas que vieram para catequizar os índios, e suprimir a religião que eles seguiam que era a “Exaltação da Natureza” (A11, Anexo A, p. 139).

Vimos que o participante A11 empregou o trecho “*a intolerância religiosa é um problema existente no Brasil desde séculos passados...*”, retirado do segundo parágrafo da redação nota 1.000, utilizada na questão 1 da Proposta de Intervenção 1ª parte - Apêndice A (p. 93).

Do mesmo modo, nesse mesmo parágrafo, identificamos a paráfrase do trecho “*Os padres jesuítas eram trazidos pelos portugueses para catequizar os índios, e a religião que os nativos seguiam – a exaltação da natureza – era suprimida*”, do segundo parágrafo da redação nota 1.000, utilizada na questão 2 da Proposta de Intervenção 1ª parte - Apêndice A (p. 95).

Ademais, a dificuldade de construção do argumento se configurou também pela não sequenciação lógica do texto, inclusive quando o participante traz as ideias do texto que serviu de fonte:

A intolerancia religiosa acontece desde a muito tempo, desde a colonização do Brasil, quando os portugueses tentaram impor o catolicismo aos africanos e tambem aos indios, onde eles era vitima de violencia e eles não podia praticar seus cultos religiosos.

O Brasil ele é um estado laico, mais a religião estão cada vez mais sendo vitima de descriminação que em muitos casos são vítimas de violencia física como tambem verbal (A23, Anexo A, p. 141).

No texto do participante A23, os trechos retirados das redações nota 1.000 ocupam espaços diferentes, ou seja, o argumento aparece no lugar da tese e, no argumento, trechos pertencentes à tese.

Este fato também foi registrado na redação do participante A27:

O Brasil e numeras de pessoas que ainda sofre perseguições na religiosas e varias expressivo, é as religião Brasileira e as pricipais vitimas, deste necessário ao rescende o debate afim e diminuir e entinguir as pratica desse crime.

A liberdade de crença religiosa e um direito do cidadão a qual o brasil garantiu proteção para que individuo pratica a sua cresça em vítima dicreminações. O Brasil e um pais laico, e ele formado por um

padrão religiosa (católica ou evangélica) é pessoas que ainda fogem desses padrões de discriminações, que pode variar de isolamento social a violência física, na chegada ao Brasil no século XIV sendo assim é fundamento a discursões para encontrar meios para combater e prevenir a mentalidade retrograda e preconceituosa predominante no Brasil (A27, Anexo A, p. 141).

Com base na análise dos trechos acima e das demais redações elencadas no Anexo A (p. 139), embora os participantes não tenham logrado êxito na elaboração da tese e do primeiro argumento, percebemos que houve uma tentativa de escrita, tendo em vista que eles se esforçaram para concluir as atividades dessa parte da intervenção. As dificuldades apresentadas por esse grupo para serem superadas requerem a compreensão de que os textos bases, apresentados pelo Enem, não podem ser copiados, visto que servem apenas para que os alunos recuperem informações de que já devem ser possuidores. No quadro 2, apresentamos uma síntese desse grupo:

Quadro 2 – Tipos de falhas dos participantes

Tipo de falha	Participante
Cópia dos textos fonte	A5, A9, A11, A14, A18, A22, A23, A27, A28, A32 e A34
Tentativa de elaboração da tese	A16
Cópia dos textos fonte com argumento no lugar da tese e tese lugar do argumento	A23 e A27

Fonte: Elaborado pelo autor.

Passamos agora para a análise das redações do segundo grupo, constituído pelos dez participantes (elencados no Anexo B, p. 143) que conseguiram estruturar a tese e o primeiro argumento de seu texto, favorecendo a análise de como essas elaborações foram construídas.

Na análise dos parágrafos de elaboração da tese, identificamos que dez participantes (A1, A3, A4, A6, A10, A15, A17, A19, A20 e A24) utilizaram-se de **tópico frasal do tipo declaração inicial**, isto é, iniciaram o parágrafo da tese com uma afirmação a respeito do tema em discussão, conforme apresentado no exemplo abaixo:

De acordo com a Constituição Federal, o Brasil é um país laico, ou seja, as pessoas que estão inseridas na sociedade possuem o direito de exercer qualquer tipo de religião. Entretanto, devido a certos tipos de ideologias, algumas religiões sofrem perseguições. Devido a essa dura realidade, medidas devem ser tomadas para combater a intolerância religiosa no país (A1, Anexo B, p. 143).

O participante A1 inicia o primeiro parágrafo de sua redação com tópico frasal do tipo *declaração inicial*. O tema é abordado de forma completa nesse segmento, pois o participante fala tanto da intolerância religiosa como a forma de combatê-la, estabelecendo a tese que será detalhada ao longo da redação.

Isso significa que o participante realizou uma leitura atenta da proposta de redação Enem 2016, compreendendo-a amplamente, pois aborda o tema de forma completa em seu texto, empregando, para tal, conceitos de várias áreas de conhecimento, por exemplo, menção à Constituição Federal, à laicidade do Estado e aos direitos que a lei maior do país assegura aos brasileiros, atendendo ao que o INEP espera em relação à Competência 2.

Em face disso, constatamos que o conceito de tese, disposto na Cartilha do Participante - Redação no Enem 2018, está presente nesse parágrafo, bem como o início do segmento com o tópico frasal, técnica recomendada aos redatores iniciantes e de grande ajuda na construção da tese, em conformidade com os ensinamos de Garcia (2007).

Vale salientar que o desempenho desse grupo pode ser considerado como um bom aproveitamento do estudo feito nas três redações nota 1.000, trabalhadas na 1ª parte da intervenção, em que a leitura e a análise dessas redações apresentavam tese elaborada, também, a partir de tópico frasal do tipo declaração inicial. Esse resultado comprova ainda que o acesso à leitura pode favorecer a competência em produção de textos orais ou escritos algo imprescindível para o sucesso do indivíduo em uma sociedade letrada (KOCH; ELIAS, 2014).

Quanto ao desenvolvimento da tese, nove participantes (A1, A3, A6, A10, A15, A17, A19, A20 e A24) utilizaram-se do método por **contraste**, em outras palavras, desenvolvem-na por meio do estabelecimento de comparações, apresentação de paralelos, especificação de diferenças e evidenciação de oposições. Esse método representa um percentual de 90% das teses elaboradas, de acordo com o evidenciado no exemplo, a seguir:

A atual Constituição Cidadã assegura que, no Brasil há total liberdade de crença religiosa a qualquer pessoa, a Constituição também garante proteção e respeito a qualquer manifestação religiosa. Entretanto, essa liberdade religiosa não faz com que o país seja respeitoso com as diferentes religiões (A3, Anexo B, p. 143).

Considerado um país laico, o Brasil possui um conjunto de leis Constitucionais Federais, que tem como função principal proteger e assegurar os direitos fundamentais dos cidadãos. Porém, existe discriminação e intolerância religiosa, que dever ser alvo de medidas precisas para combater esse tipo de crime (A10, Anexo B, p. 144).

Os participantes (A3 e A10) estruturaram a tese por *contraste*, isto é, empregam oposições para desenvolver o parágrafo. Notamos que o tema é amplamente discutido nesse segmento, tendo em vista que os redatores abordam de maneira explícita a discriminação e a intolerância religiosa contidas na sociedade brasileira. Além disso, expõem que os cidadãos têm direito de crença religiosa previsto na Constituição, que essa liberdade deve ser respeitada e apresentam a forma de combatê-la.

Somente, o participante A4 desenvolve a tese por explicitação, método que tem a finalidade de explicitar uma ideia, esclarecer um conceito ou justificar uma afirmação expressa no tópico frasal, perfazendo um percentual de 10% do total de teses produzidas nessa fase, conforme abaixo:

O Brasil é um país considerado laico, ou seja não possui uma religião oficial. Desse modo, podemos exercer qualquer tipo de religião sabendo que a intolerância religiosa existe desde a colonização do Brasil. Nós sabemos que isso é um crime, que não pode ser tolerado e sim combatido para o bem estar de uma sociedade (A4, Anexo B, p. 143).

Identificamos, dessa maneira, que o tema é tratado de forma completa, visto que A4 menciona que o Brasil não possui uma religião oficial, que temos o direito de exercer qualquer religião e, por último, aborda a intolerância religiosa como crime e a forma de combatê-la.

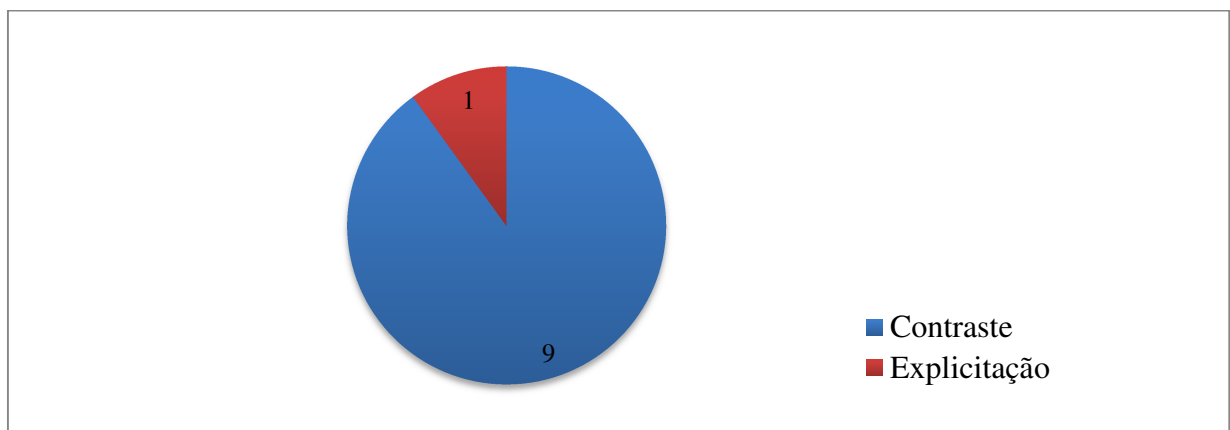
De acordo com o INEP, no texto dissertativo-argumentativo, “os parágrafos podem ser desenvolvidos por comparação, por causa-consequência, por exemplificação, por detalhamento, entre outras possibilidades.” (INEP, 2018, p. 20), o que vai ao encontro das formas de desenvolvimento do parágrafo ensinadas por Soares e Campos (1982), conhecimentos esses assimilados pelos participantes, no decorrer da realização das oficinas de redação, e evidenciados nas teses analisadas acima.

Ademais, averiguamos que todos os dez participantes finalizam a tese com uma conclusão, expondo consequências, implicações ou até mesmo inferências a respeito do que foi abordado nas duas primeiras partes dessa estrutura textual. Ou seja, os participantes compreenderam e seguem o modelo de parágrafo-padrão definido por Garcia (2007) e estudado durante a realização das atividades da 1ª parte da intervenção (p. 93), fato ratificado no exemplo adiante:

Sendo o Brasil um país de estado laico, ou seja, todos nós podemos escolher qualquer religião. E mesmo que possamos escolher qualquer religião, nem todas as pessoas irão respeitar as diferentes escolhas de crença religiosa (A6, Anexo B, p. 144).

Nesse contexto, concluímos, acerca da produção inicial Enem 2016, que todos os participantes desse grupo apresentaram um parágrafo inicial com proposta de tese e desenvolvimento deste parágrafo por contraste e por explicitação, ou seja, compreenderam a proposta de redação e conseguiram elaborar a tese em sua completude de acordo com as orientações feitas durante a 1ª fase da intervenção, conforme sintetizado no gráfico 1:

Gráfico 1 – Método de desenvolvimento da tese



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação à construção do primeiro argumento do texto dissertativo-argumentativo nessas mesmas redações, identificamos que todos os dez participantes, dispostos no Anexo B e já descritos no início desta seção, construíram o parágrafo de argumentação com **tópico frasal do tipo alusão histórico**, ou seja, iniciaram o parágrafo fazendo referência a um fato histórico real, no caso específico, a colonização do Brasil e a imposição do catolicismo aos índios e negros, conforme apresentado nos exemplos seguintes:

De fato, esse é um problema existente no Brasil, desde a chegada dos Portugueses, na época da colonização, os quais trouxeram representantes do catolicismo com a missão de catequizar os nativos, fazendo com que eles deixassem de praticar seus cultos em exaltação da natureza (A1, Anexo B, p. 143).

Nos séculos passados já existiam esse tipo de preconceito. Onde houve a chegada dos padres jesuítas, os quais tiraram a liberdade dos índios seguirem sua crença, e de uma forma violenta, eles foram forçados a seguir o catolicismo, o que não foi diferente com os africanos, eles foram proibidos de praticar sua religião. Atualmente existe uma lei que promete proteger a sociedade, para que todos possam realizar seus cultos, sem que alguém apareça para impedir ou perturbar. Essa lei é a de artigo número 208, sua pena leva detenção de um mês a um ano, ou pode ser somente uma multa (A4, Anexo B, p. 143).

Os participantes (A1 e A4) iniciaram o parágrafo de argumentação com tópico frasal do tipo *alusão histórica*, expondo as consequências da intolerância religiosa acerca da religião dos índios e dos africanos, seguindo as orientações do INEP (BRASIL/2018) e de Garcia (2007), já referidas no início desta seção, ou seja, apresentaram um argumento bem estruturado sobre a temática. Logo, os participantes se utilizaram de fatos do repertório sociocultural ao mobilizar, de forma produtiva e articulada à discussão, informações de outras áreas do conhecimento para fundamentar seus argumentos, quando falam sobre o processo de colonização do Brasil, e sua repressão religiosa em relação aos índios e aos africanos, o que guarda aderência ao estabelecido na Competência 2.

Em relação ao desenvolvimento do parágrafo, oito participantes (A1, A3, A4, A10, A15, A17, A20 e A24) estruturaram o parágrafo por **explicitação**, desenvolveram-no empregando esse método bastante usado nos textos dissertativo-argumentativos, cuja finalidade é explicitar uma ideia, esclarecer um conceito ou justificar uma afirmação por meio de definição, detalhamento ou exemplificação de algo que foi abordado na tese, o que representa 80% dos argumentos analisados, fato ratificado nos exemplos, a seguir:

Concomitantemente, o histórico brasileiro influencia muito nessa questão, pois a colonização portuguesa catequizou os índios que habitavam neste território de acordo com a religião europeia da época, a Católica. Com a chegada dos navios negreiros houve grande repressão, pois os africanos escravizados também foram impedidos de praticar suas manifestações religiosas. Até os tempos atuais, nota-se que a intolerância religiosa vem se “naturalizando”, fazendo com que instituições públicas e privadas tomem iniciativa de solucionar e reverter esse crime inafiançável (A3, Anexo B, p. 143)

Este preconceito com religiões não é nada recente, isso acontece desde a colonização europeia, quando os índios foram catequizados pelos padres vindos de Portugal, tendo sua religião suprimida. Negros vindos da África feitos de escravos aqui, também foram proibidos de exercerem seus cultos religiosos sendo punidos severamente se não obedecessem as ordens (A20, Anexo B, p. 145).

Por outro lado, dois participantes (A6 e A19) estruturaram o parágrafo por **causa-consequência**, expondo as causas que ocasionaram determinada situação ou as consequências dos fatos apresentados na tese, o que perfaz um percentual de 20% dos argumentos construídos pelos participantes na 1ª parte da intervenção. A seguir, apresentamos um exemplo de parágrafo desenvolvido por esse método:

A intolerancia religiosa é um problema existente no Brasil desde seculos passados. Isso acontece desde a chegada dos portugueses, que trouxeram padres jesuitas, os índios perderam sua liberdade e

foram obrigados a se converter ao catolicismo (A19, Anexo B, p. 145).

Os participantes estruturaram o parágrafo de argumento em aderência às orientações do INEP, que conceitua argumento como “a justificativa para convencer o leitor a concordar com a tese defendida. Cada argumento deve responder à pergunta ‘por quê?’ em relação à tese defendida.” (INEP, 2018, p. 16). Além disso, o redator deve empregar estratégias argumentativas para desenvolver o argumento, objetivando convencer o leitor, tais como: exemplos; dados estatísticos; pesquisas; fatos comprovados; citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto; pequenas narrativas ilustrativas; alusões históricas; e comparações entre fatos, situações, épocas ou lugares distintos.

Ainda de acordo com INEP, no texto dissertativo-argumentativo, “os parágrafos podem ser desenvolvidos por comparação, por causa-consequência, por exemplificação, por detalhamento, entre outras possibilidades.” (INEP, 2018, p. 20), o que vai ao encontro das formas de desenvolvimento do parágrafo assinaladas por Soares e Campos (1982), ensinamentos esses postos em prática pelos participantes da pesquisa na elaboração do primeiro argumento da redação do Enem.

É importante destacar que tanto a construção do parágrafo por explicitação quanto por causa-consequência são métodos bastante empregados no processo de estruturação de parágrafos dissertativos em que prevalece a argumentação, como no caso da redação do Enem, tendo em vista que o candidato almeja convencer e persuadir o leitor de sua redação que suas ideias e argumentos são verdadeiros, consistentes e detêm credibilidade.

Além disso, verificamos que, da mesma forma que na estruturação da tese, os dez participantes encerram o parágrafo de argumentação com uma conclusão, apresentando informações, fatos e opiniões em prol de uma progressão temática adequada ao desenvolvimento do tema, revelando que a redação foi planejada e que as ideias desenvolvidas são, pouco a pouco, expostas, de forma organizada, em uma ordem lógica.

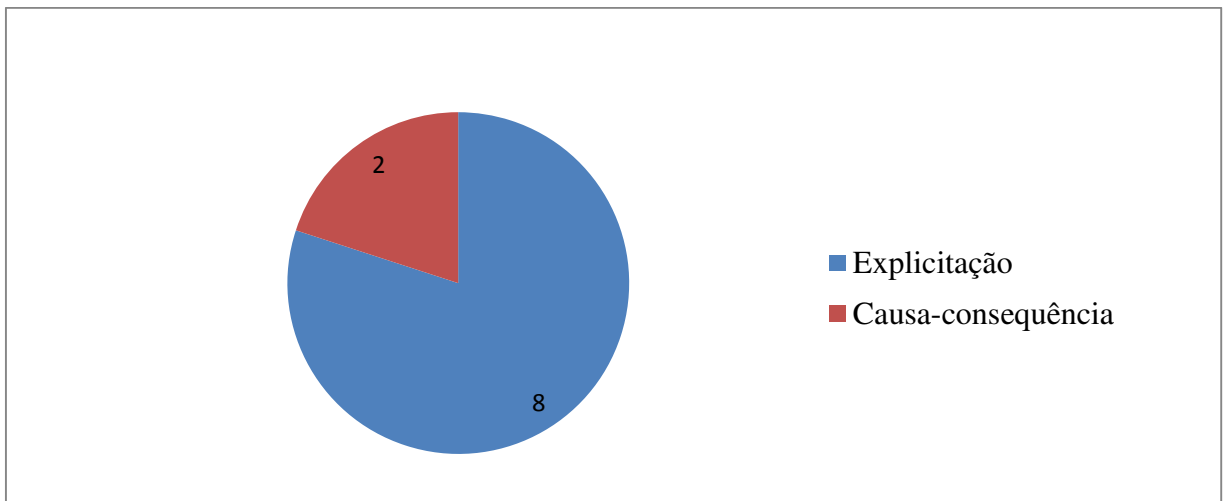
Quer dizer, expõem as consequências, as implicações ou as inferências acerca do que foi dito na estruturação desse segmento, empregando, assim, o modelo de parágrafo-padrão definido por Garcia (2007), os métodos de desenvolvimento do parágrafo orientados pelo INEP (2018) e por Soares e Campos (1982), bem como a sequência argumentativa prototípica completa de Adam (2019), que orienta o encadeamento das macroproposições *tese*

> *argumentos/dados/razões* > conclusão, estudados quando da realização das atividades da 1ª parte da intervenção.

Por oportuno, salientamos que o bom desempenho desse grupo é decorrente do aproveitamento e do interesse demonstrados durante o estudo das redações nota 1.000, trabalhadas na 1ª parte da intervenção, em que a leitura e a análise dessas redações apresentavam argumentos bem elaborados, também, desenvolvidos por explicitação. Esse resultado comprova que, para trabalharmos uma atividade de escrita exitosa, é necessário que façamos antes uma atividade de leitura, pois não há como dissociar leitura de escrita em nossa prática pedagógica.

Dessa maneira, restou comprovado que os participantes utilizaram-se de repertório sociocultural ao mobilizar, de forma produtiva e articulada à discussão, informações de outras áreas do saber para embasar o parágrafo de argumento, quando articulam o processo de colonização do Brasil e sua repressão religiosa em relação aos índios e negros, em consonância com a Competência 2 da Matriz de Referência, empregando os métodos de desenvolvimento do parágrafo estudados durante a realização das oficinas de redação, conforme apresentado no gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2 – Método de desenvolvimento do argumento



Fonte: Elaborado pelo autor.

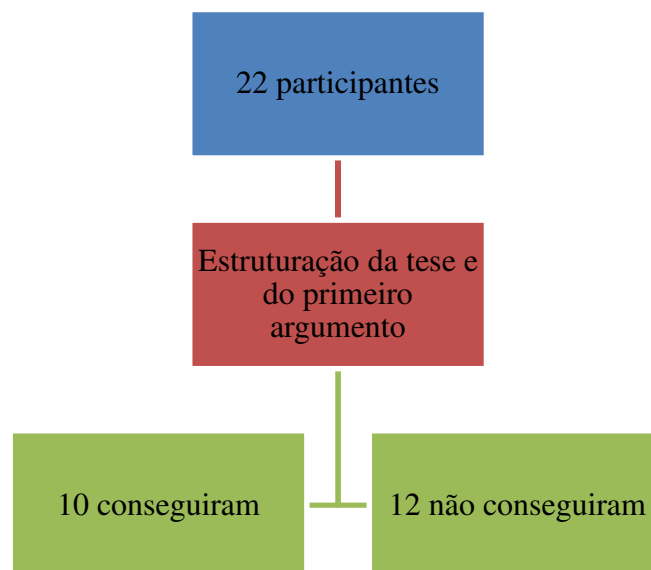
Na análise dos dados apresentados na Produção Inicial Enem 2016, é importante destacar que, mesmo não tendo sido objeto de estudo nessa fase da intervenção, os participantes realizam corretamente as relações coesivas dentro do parágrafo, ou seja, empregaram de maneira adequada os recursos coesivos discutidos por Koch (2012) e Antunes (2013), a fim de dar sentido ao seu texto. Em outras palavras, utilizaram os

recursos/mecanismos disponíveis no léxico para interligar e dar sentido a termos, orações e períodos dentro do parágrafo.

Por último, com base na análise das redações produzidas na 1ª parte desta intervenção, observamos que dez participantes apresentam domínio do texto dissertativo-argumentativo, pois estruturaram adequadamente sua redação, apresentando a tese no primeiro parágrafo e argumentos no segundo, a fim de embasar seu ponto de vista e desenvolver o tema proposto, ou seja, os alunos realizaram uma leitura atenta da proposta e abordaram o tema de forma completa em seu texto. Esse resultado mostra também que as orientações, trabalhadas nesta fase da intervenção, contribuíram para o desempenho dos participantes em relação às Competências 2 e 3 da Matriz de Referência da redação Enem.

No que diz respeito ao total de participantes, os resultados em relação à 1ª parte intervenção podem ser demonstrados na figura 3:

Figura 3 – Quantitativo de participantes que estruturaram a tese e o primeiro argumento na 1ª parte da intervenção



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na sequência, apresentaremos a análise das redações elaboradas na 2ª parte da intervenção e os resultados obtidos pelos participantes, assim como teceremos comentários sobre a evolução dos alunos.

6.5.2 Análise da Produção Final Enem 2017

Nesta seção, verificamos as redações produzidas na 2ª parte da intervenção, cujas atividades estão dispostas no Apêndice B – Proposta de Intervenção 2ª parte (p. 102) e tratam da elaboração da tese e do primeiro argumento, bem como das relações coesivas estabelecidas dentro do parágrafo e entre parágrafos nos textos produzidos pelos alunos.

Para tanto, analisamos as 22 redações da produção final Enem 2017 e evidenciamos que quatro participantes (A18, A27, A28 e A34)⁹ não conseguiram elaborar a tese e o primeiro argumento da redação, enquanto os outros 18 participantes (A1, A3, A4, A5, A6, A9, A10, A11, A14, A15, A16, A17, A19, A20, A22, A23, A24 e A32) obtiverem sucesso nessa tarefa. Com base nesse levantamento, dividimos as redações dos participantes em dois grupos, cujas análises serão feitas adiante.

O primeiro grupo, constituído pelas redações dos participantes (A18, A27, A28 e A34), representando 18,2% dos participantes da pesquisa, não obteve sucesso na escrita do texto dissertativo-argumentativo, por se tratar de uma transcrição das redações nota 1.000 estudadas nas atividades da 2ª parte da intervenção ou porque se configurou numa estrutura sem nexo entre suas partes.

Desse modo, constatamos que os participantes (A18, A27 e A34) não lograram êxito, em decorrência de terem realizado cópia dos textos base, conforme se percebe no exemplo que se segue:

No Brasil, os surdos começaram ter educação durante o Império, no governo de Dom Pedro II, que criou a primeira escola para surdos, meninos podiam estudar na escola funcional.

Contudo, foi somente em 2002 a sanção da lei nº 10.436, a Língua Brasileira de Sinais mais oficial no país. Legislação acabou publico em geral a empresa (A18, Anexo C, p. 147).

Vimos que o participante A18 copiou partes do Texto IV da proposta de redação Enem 2017, quando deveria, apenas, utilizar as informações contidas nesse texto para reavivar conhecimentos que já detém relativos ao tema:

⁹ Salientamos que esses quatro participantes estão entre os que não conseguiram elaborar a tese e o primeiro argumento na 1ª parte da intervenção.

TEXTO IV

No Brasil, os surdos só começaram a ter acesso à educação durante o Império, no governo de Dom Pedro II, que criou a primeira escola de educação de meninos surdos, em 26 de setembro de 1857, na antiga capital do País, o Rio de Janeiro. Hoje, no lugar da escola funciona o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines). Por isso, a data foi escolhida como Dia do Surdo.

Contudo, foi somente em 2002, por meio da sanção da Lei nº 10.436, que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão no País. A legislação determinou também que devem ser garantidas, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Libras como meio de comunicação objetiva (INEP, 2018, p. 28, grifos nossos).

A dificuldade de construção dos parágrafos de tese e de argumento se deu também pelo desconhecimento de como organizar os elementos necessários à construção de um enunciado, conforme apresentado abaixo:

Na qual em que o surdos no Brasil são tão difício para ser respeitada que hoje em dia os surdos que tem problema de audição que os patrões despreza não que arrumar emprego.

Hoje em dia ta muito difício para nois arruma emprego, tão fais um pessoa normal como um deficiente mais a preferencia são mais para o deficiente (A28, Anexo C, p. 147).

Ante o exposto, percebemos que os dois parágrafos elaborados pelo participante A28 não apresentam uma sequenciação lógica nem possuem relações coesivas inter e intraparafraseais adequadas, estando em desacordo com o requerido nas Competências 3 e 4 da Cartilha do Participante, além de não abordar, de forma clara, o tema da redação do Enem 2017 “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”, o que configura tangenciamento ao tema e compromete o cumprimento da Competência 2 “Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa”.

Com fundamento nos segmentos supracitados e nas demais redações relacionadas no Anexo C (p. 147), compreendemos que o insucesso na estruturação da tese e do primeiro argumento são indícios evidentes da falta de leitura e escrita, questões que não podem ser resolvidas com oficinas de curta duração, mas, sim, a partir de um trabalho sistemático, conforme constatamos em Correa, Spinillo e Leitão (2001), Vieira (2005) e BNCC (BRASIL/2018).

Dando sequência à análise dos dados, examinamos as redações do segundo grupo, constituído pelos 18 participantes que conseguiram estruturar a tese e o primeiro argumento de seu texto, empregando os conhecimentos assimilados na 1ª parte da intervenção e complementando-os com os desenvolvidos na 2ª parte, ou seja, nesta parte da análise, investigamos a organização do parágrafo de tese e de argumento, assim como as relações coesivas estabelecidas dentro do parágrafo e entre parágrafos nas redações.

Nesse contexto, constatamos que os 18 participantes dispostos no Anexo D (p. 149), representando 81,8% dos alunos que participaram de toda a intervenção, compreenderam a proposta de redação do Enem 2017 e conseguiram construir adequadamente os dois primeiros parágrafos de seu texto. Ressaltamos que fazem parte desse grupo, participantes que não conseguiram estruturar a redação na 1ª parte da intervenção.

Apresentamos, assim, a redação do participante A22 produzida, na 1ª parte da intervenção, e, em seguida, a redação elaborada na 2ª parte da intervenção, a fim de verificarmos a evolução do participante no decorrer da realização das oficinas:

Nossa Constituição Federal, nós assegura a livre liberdade de expressar-se através de uma cerimônia ou culto religioso. Muitas pessoas são proibidas de executar suas praticas religiosas, ato visto desde a colonização do Estado Brasileiro. Esses atos devem ser aprandidos de nossa sociedade.

Todavia, o Brasil é um país laico, o qual o Estado afirma que todo cidadão tem o direito de crença religiosa. Ser contrário a tal coisa é um direito como liberdade de expressão, mas porém, não deve ser tomadas atitudes que desrespeite a pessoa, como agressões, ofensas verbais ou física, ser tratada com indiferença, etc. Dessa maneira, percebemos a falta de intolerância, ainda praticada por pessoas de baixo caráter (A22, Anexo A, p. 140).

Conforme já havíamos mencionado, o participante A22 transcreveu trechos dos textos bases, não conseguiu articular bem suas ideias para estruturar a tese e o primeiro argumento da redação e usou recursos coesivos que comprometeram a unidade de sentido do texto como um todo. Todavia, na redação produzida na 2ª parte da intervenção, superou as dificuldades ora apresentadas e escreveu uma redação no modelo Enem, assim vejamos:

No Brasil, encontramos vários desafios que envolvem a formação do cidadão, em especial, dos surdos. Sendo assim, há grande dificuldade de fornecer educação para os surdos, tendo em vista que o país não tem uma política educacional voltada aos deficientes auditivos como prioridade. Logo, cabe ao governo ofertar uma educação inclusiva para esse público.

Nesse contexto, os surdos no Brasil só começaram a ter uma educação inclusiva no governo de Dom Pedro II no Rio de Janeiro, na antiga capital brasileira. Atualmente a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é reconhecida como segunda língua oficial do Estado. Comprovando assim, que a população surda deve ser acompanhada no processo educacional do país (A22, Anexo D, p. 153).

O primeiro parágrafo é iniciado com tópico frasal do tipo *declaração inicial*, apresenta desenvolvimento *por explicitação e conclusão*. O tema é abordado de forma completa, pois o participante menciona os desafios que envolvem a formação dos surdos e a dificuldade de se fornecer uma educação para essas pessoas, uma vez que não há no país uma política educacional direcionada aos deficientes auditivos como prioridade. Por último, dispõe sobre a responsabilidade do governo em ofertar uma educação inclusiva para esse público, expondo a tese que será defendida ao longo da redação.

O segundo parágrafo possui tópico frasal do tipo *alusão histórica*, apresenta desenvolvimento *por explicitação e conclusão*, o que aborda a trajetória educacional dos surdos no Brasil que começaram a ter acesso à educação no governo de Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, na antiga capital brasileira, assim como informa o fato de a Língua Brasileira de Sinais (Libras) ser reconhecida como segunda língua oficial do Estado e da necessidade de a população surda ser acompanhada no processo educacional do país, em outras palavras, apresenta um argumento bem estruturado sobre a temática.

Dessa forma, o participante se utiliza de fatos do repertório sociocultural ao mobilizar, de forma produtiva e articulada à discussão, informações de outras áreas do conhecimento para fundamentar seus argumentos, quando faz referência à criação da primeira escola para meninos surdos por Dom Pedro II e que o governo deve disponibilizar uma política educacional inclusiva para os deficientes auditivos com acompanhamento do processo

educacional em Libras. Vemos, assim, que este participante contempla o que é proposto pela Competência 2.

Além disso, o participante realiza a construção da tese e do primeiro argumento, com base nos conhecimentos sobre a estruturação do parágrafo-padrão de Garcia (2007), os métodos de desenvolvimento do parágrafo orientados pelo INEP (2018) e por Soares e Campos (1982), contemplando um dos tipos de parágrafo mais utilizados na escrita do texto dissertativo-argumentativo.

Identificamos também, nessa redação, o emprego do modelo de Adam (2019), a partir do qual pode ser construída a sequência argumentativa, a seguir:

- a) Dados/Fatos (MP.arg.1) - *há grande dificuldade de fornecer educação para os surdos, tendo em vista que o país não tem uma política educacional voltada aos deficientes auditivos como prioridade.*
- b) Suporte (MP.arg.2) - *Logo, cabe ao governo ofertar uma educação inclusiva para esse público.*
- c) Conclusão (MP.arg.3) - *Atualmente a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é reconhecida como segunda língua oficial do Estado. Comprovando assim, que a população surda deve ser acompanhada no processo educacional do país.*

Assim, com fundamento no plano elaborado, constatamos que o texto possui uma estrutura argumentativa, em conformidade com o esquema de base proposto por Adam (2019), no nível justificado (MP.arg.1 + MP.arg.2 + MP.arg.3), que é dominada pelos conhecimentos relatados. Ou seja, apresenta uma estrutura que possibilita o leitor compreender os dois primeiros parágrafos do texto, em virtude de os argumentos fazerem parte dos conhecimentos compartilhados entre os interlocutores.

Evidenciamos, nesse texto, o emprego de operadores argumentativos que permitem orientar os enunciados em determinadas conclusões (KOCH; ELIAS, 2017). No primeiro parágrafo, o participante utiliza o operador argumentativo [*sendo assim*] e [*logo*] para introduzir uma conclusão com relação a argumentos apresentados em enunciados anteriores e [*tendo em vista*] que inicia uma justificativa ou explicação, relativa ao enunciado anterior. No segundo parágrafo, emprega [*assim*] para introduzir uma conclusão com relação a argumentos apresentados no enunciado anterior.

Verificamos, dessa forma, que nessa redação foi empregado um repertório diversificado de recursos coesivos que contribuem para o estabelecimento da coerência textual. No primeiro parágrafo, o aluno utiliza diferentes conectores: “em especial” (locução

adverbial), “sendo assim” (locução conjuntiva), “para” (preposição), “tendo em vista” (locução conjuntiva), “logo” (conjunção) etc., recursos da conexão responsáveis pelo estabelecimento de relações sintático-semânticas entre termos, orações e períodos. Emprega, também, a repetição propriamente dita da palavra “surdos”, um recurso da repetição, a substituição lexical retomada por sinônimo com a expressão “deficientes auditivos” e a substituição gramatical dessas palavras com “esse público”, ambos recursos da substituição, em aderência com os recursos e procedimentos de coesão de Antunes (2013) e Koch (2012).

O participante começa o segundo parágrafo com as palavras “nesse contexto” (locução adverbial) que estabelece a articulação dentro do parágrafo e entre os parágrafos, além de contribuir para a progressão temática ao introduzir fatos novos à redação: “os surdos no Brasil só começaram a ter uma educação inclusiva no governo de Dom Pedro II... e a Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecida como segunda língua oficial do Estado. Comprovando assim, que a população surda deve ser acompanhada no processo educacional do país”. Dessa forma, desenvolve o tema, “observando um equilíbrio variável entre duas exigências fundamentais: repetição (retroação) e progressão. Ou seja, o autor remete a algo que já está presente na memória do leitor e, considerando essa base, vai acrescentando informações novas” (KOCH; ELIAS, 2017, p. 85).

O participante utiliza vários conectores para estabelecer as relações sintático-semânticas nesse segmento “atualmente”, “como”, “assim” e “no”. Ressaltamos, também, que há, nesse parágrafo, a repetição da palavra “surdos” e sua substituição lexical por “população surda”, as quais compõem a cadeia coesiva (“surdos”, “surdos”, “deficientes auditivos”, “esse público”, “surdos” e “população surda”), constituída pelo emprego dos recursos da repetição e da substituição lexical, contribuição, assim, para coerência do texto como um todo (ANTUNES, 2013).

Diante disso, evidenciamos que há articulação entre os parágrafos (“nesse contexto”, “surdos”, “população surda”) e entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (1º parágrafo: “em especial”, “sendo assim”, “para”, “surdos”; “tendo em vista”, “deficientes auditivos”, “como”, “logo”, “esse público”; 2º parágrafo: “atualmente”, “como”, “assim”, “no”). Ademais, identificamos que a redação possui coerência, a qual é realizada pela aplicação das quatro regras da coerência de Charolles (1988 *apud* ANTUNES, 2013, p. 182-186), quais sejam, metarregra da repetição, metarregra da progressão, metarregra da não-contradição e metarregra da relação, em consonância com o previsto para atendimento das Competências 3 e 4.

Continuando a análise das redações da 2ª parte da intervenção, apresentamos abaixo mais um texto elaborado por participante A1 (listado no Anexo D, p. 149), que já havia conseguido elaborar a tese e o primeiro da redação na 1ª parte da intervenção:

A Constituição Brasileira assegura os direitos educacionais de pessoas com deficiências auditivas, desde o governo de Dom Pedro II (1857), onde foi criada a primeira escola de educação para meninos surdos. Entretanto, nos dias atuais, é notório que as instituições de ensino não oferecem o suporte adequado para esses deficientes. Prova disso, é a falta de profissionais, com conhecimento na área de libras (Linguagem Brasileira de Sinais), logo, a partir disso, se torna frágil o ensino para essas pessoas, assim dificultando a aprendizagem (A1, Anexo D, p. 149).

O primeiro parágrafo é iniciado com tópico frasal do tipo *declaração inicial*, apresenta desenvolvimento *por contraste* e *conclusão*. O tema é abordado de forma completa, pois o participante fala do direito das pessoas com deficiência auditiva à educação, garantido pela Constituição, assim como de as instituições de ensino não oferecerem um suporte adequado a esse público, estabelecendo, assim, a tese que será detalhada ao longo da redação.

O segundo parágrafo possui tópico frasal do tipo *declaração inicial*, desenvolvimento *por explicitação* e *conclusão* com as consequências de uma estrutura de ensino precária para atender as pessoas com deficiência auditiva, o que torna frágil e dificulta a aprendizagem dessas pessoas, isto é, apresenta um argumento bem estruturado sobre a temática. O participante se utiliza de fatos do repertório sociocultural ao mobilizar, de forma produtiva e articulada à discussão, informações de outras áreas do conhecimento para fundamentar seus argumentos, quando articula que os surdos têm direito à educação de qualidade assegurada pela Constituição Brasileira e faz alusão histórica à criação da primeira escola para meninos surdos por Dom Pedro II (1857) (Competência 2).

É visível que o participante assimilou os conhecimentos acerca da estruturação do parágrafo-padrão definido por Garcia (2007), assim como os métodos de desenvolvimento do parágrafo orientados pelo INEP (2018) e por Soares e Campos (1982), abrangendo os tipos de parágrafo mais utilizados na escrita do texto dissertativo-argumentativo.

Aplicando o modelo de Adam (2019) à redação do participante, podemos reconhecer a seguinte sequência argumentativa:

- a) Dados/Fatos (MP.arg.1) - *nos dias atuais, é notório que as instituições de ensino não ofereçam o suporte adequado para esses deficientes.*
- b) Suporte (MP.arg.2) - *Prova disso, é a falta de profissionais, com conhecimento na área de libras (Linguagem Brasileira de Sinais).*
- c) Conclusão (MP.arg.3) - *logo, a partir disso, se torna frágil o ensino para essas pessoas, assim dificultando a aprendizagem.*

A partir do plano elaborado, podemos afirmar que esta redação apresenta uma estrutura argumentativa, de acordo com o esquema de base proposto por Adam (2019), no nível justificado (MP.arg.1 + MP.arg.2 + MP.arg.3), a qual é dominada pelos conhecimentos relatados. Dessa maneira, organiza-se de forma a apresentar uma estrutura que leva o leitor à compreensão dos dois primeiros parágrafos do texto, pelo fato de os argumentos fazerem parte do conhecimento de mundo do leitor, apresentando uma organização clara, coerente e bem argumentada.

Além disso, verificamos nessa redação a presença de operadores argumentativos que permitem orientar os enunciados em determinadas conclusões, comprovando que a argumentatividade está inscrita na própria língua (KOCH; ELIAS, 2017, p. 64). No primeiro parágrafo, o participante emprega o operador argumentativo [*entretanto*] para contrapor a declaração inicial, introduzindo um argumento decisivo para a conclusão contrária. No segundo parágrafo, usa [*logo*] para introduzir uma conclusão com relação a argumentos apresentados no enunciado anterior e [*assim*] na soma de argumentos em favor da mesma conclusão.

Identificamos que há, também, nessa redação, repertório diversificado de recursos coesivos que refletem diretamente na coerência do que foi dito.

No primeiro parágrafo, o participante faz uso de diferentes conectores: “desde” (advérbio), “onde” (advérbio), “para” (preposição), “entretanto” (conjunção) etc., recursos da conexão que indicam os encadeamentos entre orações e termos de orações. Do mesmo modo, realiza o movimento de retomada de “pessoas com deficiências auditivas”, utilizando a expressão “esses deficientes”, recurso que Antunes (2013) denomina de substituição lexical e Koch (2012), de coesão referencial anafórica.

No segundo parágrafo, inicia com a expressão “prova disso” (locução adverbial) que estabelece a articulação entre os parágrafos e contribui para progressão temática ao

introduzir um elemento novo “a falta de profissionais, com conhecimento na área de libras (Linguagem Brasileira de Sinais)”, estando, desse modo, em estreita relação de continuidade, de associação com outros anteriormente introduzidos (ANTUNES, 2013).

O participante usa, também, diversos conectores para estabelecer as relações sintático-semânticas nesse segmento, tais como: “logo”, “a partir disso”, “para essas pessoas” e “assim”. É relevante destacar que a expressão “para essas pessoas” contribui tanto para coesão intraparágrafal quanto para a interparágrafal, além de formar a cadeia coesiva (“pessoas com deficiências auditivas”, “surdos”, “esses deficientes” e “para essas pessoas”), constituída por meio da utilização do recurso da substituição lexical, que marca o processo de manutenção da continuidade temática e da progressão semântica, sendo responsável pela coerência da redação.

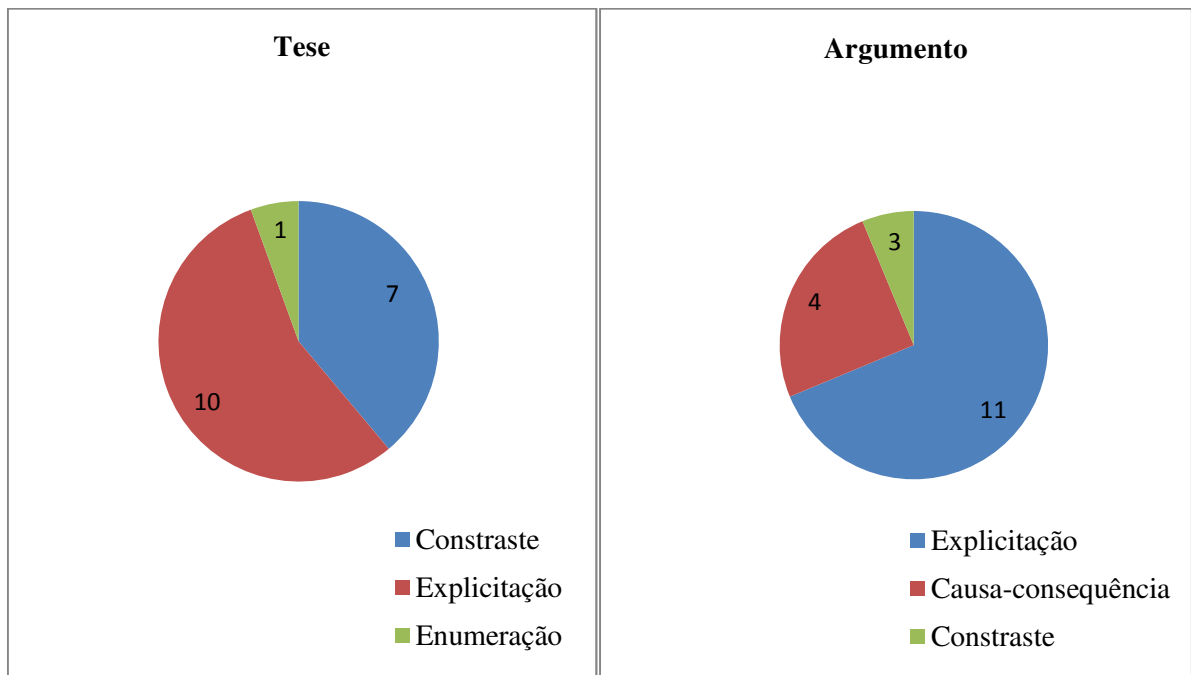
Dessa forma, salientamos que a coerência se estabelece a partir do texto, ou seja, não nos é possível apontá-la, destacá-la, sublinhá-la ou coisa que o valha, pois ela é construída, pelos leitores, num processo efetivo de interação com o autor e o texto, com base nas pistas que nos são deixadas e nos conhecimentos de mundo que detemos (KOCH; ELIAS, 2010).

Pelo exposto, constatamos que existe articulação entre os parágrafos (“prova disso”, “para essas pessoas”) e entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (1º parágrafo: “desde”, “onde”, “para”, “entretanto”, “esses deficientes”; 2º parágrafo: “logo”, “a partir disso”, “para”, “assim”), bem como que a coerência do texto em estudo é realizada pela aplicação das quatro regras da coerência de Charolles (1988 *apud* ANTUNES, 2013, p. 182-186), já aludidas em outro trecho desta análise.

Ademais, lembramos que o participante A1, da mesma forma da citada anteriormente, obtivera sucesso na elaboração da redação na 1ª parte da intervenção. Isso demonstra que as habilidades e as competências estudadas, nessa etapa, foram bem assimiladas pelo participante e complementadas por novos conhecimentos, na 2ª parte da intervenção, uma vez que este conseguiu estruturar uma nova redação com tema diferente.

Assim, verificamos que os 18 participantes relacionados no Anexo D (p. 149), compreenderam a proposta de redação do Enem 2017 e conseguiram elaborar a tese e o primeiro argumento da redação modelo Enem, utilizando, para isso, os métodos de estruturação do parágrafo, conforme evidenciado no gráfico 3:

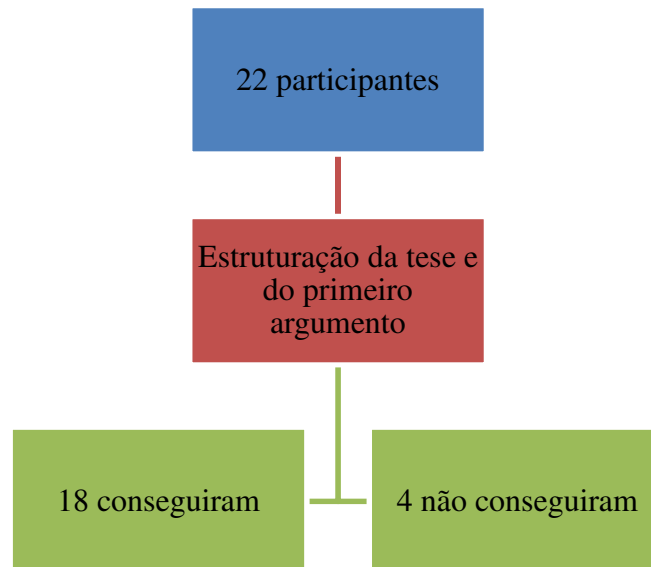
Gráfico 3 – Método de desenvolvimento da tese e do argumento na 2ª parte da intervenção



Fonte: Elaborado pelo autor.

Vale ressaltar que os participantes (A5, A9, A11, A14, A16, A22, A23 e A32), que não conseguiram elaborar a tese e o primeiro argumento da redação, na redação da 1ª parte da intervenção, estão entre os 18 participantes que obtiveram sucesso na 2ª parte da intervenção. Tal fato, demonstra que, após a realização das atividades da 2ª parte da nossa intervenção, esses participantes conseguiram superar as dificuldades apresentadas na fase inicial das oficinas e escreverem a redação modelo Enem, atendendo mais aos requisitos propostos pelas respectivas competências em análise, conforme podemos observar na figura, a seguir:

Figura 4 – Quantitativo de participantes que estruturaram a tese e o argumento na 2ª parte da intervenção



Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir do resultado da análise das redações da 2ª parte desta intervenção, constatamos que 18 participantes (81,8%) realizaram a produção do texto dissertativo-argumentativo nos moldes que é requerido pelo Enem. Considerando o universo de participantes, os dados da pesquisa demonstram os resultados, dispostos na Figura 4, em relação à elaboração da tese e de um argumento na 2ª parte da intervenção. Tais dados são, igualmente, significativos para os resultados finais da presente pesquisa-ação, visto que todas as categorias de análise foram aqui investigadas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta última seção é destinada à reflexão sobre como os alunos do 1º ano do Ensino Médio de uma escola pública estadual escreveram a tese e o primeiro argumento da redação do Enem, bem como estabeleceram as relações coesivas dentro do parágrafo e entre parágrafos nos textos produzidos durante nossa intervenção, além de discutir os resultados alcançados pelos participantes no tocante às categorias de análise investigadas na pesquisa.

A partir dos dados coletados e analisados, verificamos que dez alunos conseguiram elaborar a tese e o primeiro argumento da redação, na 1ª parte da intervenção, o que representa 45,45% dos participantes. Isto é, eles compreenderam a proposta de redação, construíram os dois primeiros parágrafos de seu texto e demonstraram possuir repertório sociocultural, uma vez que trouxeram à discussão, informações de outras áreas do saber para fundamentar seus argumentos.

Nessa fase, contraste e explicitação foram os métodos de desenvolvimento da tese utilizados pelos alunos para estruturar esse segmento. Quanto ao primeiro argumento, empregaram explicitação e causa-consequência como métodos de desenvolvimento do argumento. Dessa forma, é possível comprovar que os participantes da pesquisa compreenderam o modelo de “Redação do Enem” e o utilizaram na estruturação de parágrafos dissertativos, tendo em vista que estes são métodos indicados na escrita em que prevalece a argumentação, a fim de que o interlocutor compartilhe de suas ideias e argumentos.

Percebemos, desse modo, que as atividades de produção textual, quando elaboradas e trabalhadas, levando em consideração a leitura e a escrita como processos, com destaque à organização estrutural, aos argumentos, à coesão e coerência, têm relevante papel na construção do texto dissertativo-argumentativo, o que avaliza sua inclusão nas aulas de Língua Portuguesa em todos os anos do Ensino Médio. Ou seja, as dificuldades, inicialmente apresentadas, começaram a ser superadas nas atividades de intervenção desta pesquisa-ação, pois boa parte dos alunos desenvolveram as competências e as habilidades a que tiveram acesso, necessárias à produção de textos escritos, demonstrando que o ensino da produção textual, orientado por tal método, está no caminho certo e que é possível mudar, paulatinamente, a realidade dos alunos da escola pública no que se refere à redação do Enem.

Além disso, evidenciamos que, quando trabalhamos a escrita associada à leitura, utilizando estratégias de reconhecimento, paráfrase e escrita propriamente dita, podemos, não apenas estimular os alunos a superarem os seus “medos” em relação à produção textual, mas,

principalmente, acelerar e consolidar aprendizagens. Diante disso, ratificamos o quão é importante os alunos estudarem as formas de estruturação do parágrafo como o modelo de parágrafo-padrão de Garcia (2007), os métodos de desenvolvimento do parágrafo de Soares e Campos (1982) e as orientações oficiais do INEP (2018) para escrita das partes da redação, além do atendimento às três principais etapas do processo de escrita: planejamento, escrita e revisão.

Em relação à 2ª parte da intervenção, destacamos que 18 participantes, 81,8% dos alunos participantes da pesquisa, logram êxito na construção da tese e do primeiro argumento da redação, utilizando para isso, os seguintes métodos de desenvolvimento do parágrafo: explicitação, contraste e enumeração na tese e explicitação, causa-consequência e contraste no argumento. Logo, notamos que houve uma evolução significativa no aprendizado dos participantes, se comparado com os resultados da 1ª parte da intervenção, em que apenas dez participantes finalizaram os dois primeiros parágrafos do texto dissertativo-argumento, em conformidade com o requerido pelo Enem.

Observamos, também, que os alunos utilizaram os procedimentos/recursos de coesão e coerência, estudados no decorrer das oficinas de redação, para realizar a articulação entre os parágrafos e dentro do parágrafo, demonstrando que, nos textos analisados, há continuidade temática e progressão semântica, essenciais à coesão e à coerência. Ademais, identificamos que tais procedimentos/recursos são empregados de maneira intencional, ou seja, os alunos souberam usá-los corretamente.

Nesse contexto, evidenciamos, na tese e no primeiro argumento das redações dos participantes da pesquisa, além do cumprimento às orientações do INEP (2018) e da utilização do modelo de parágrafo-padrão definido pelas bases teóricas de orientação já mencionadas das quais nos valem, a sequência argumentativa prototípica completa de Adam (2019), a argumentação na produção escrita de Koch e Elias (2017) e as relações textuais de coesão e coerência discutidas por Koch (2012) e Antunes (2013). Em outras palavras, constatamos que 18 alunos compreendem a proposta de redação do Enem 2017 e conseguem construir, adequadamente, os dois primeiros parágrafos de sua redação de forma coerente, conforme esquema requerido pelo Exame (Tema → Tese → Argumentos → Proposta de Intervenção), utilizando tipos de parágrafos típicos de textos dissertativo-argumentativos, estruturados por explicitação, contraste e causa-consequência.

Em face disso, tentamos neste trabalho unir a prática à pesquisa e demonstrar aos professores de língua materna que é possível promover um estudo em que o educando tenha

condições de elaborar uma tese e defendê-la com argumentos convincentes, a partir de exercícios que possibilitam a prática da escrita, além de lembrá-los da figura do leitor como a pessoa com quem o escritor interage. Desse modo, é imprescindível que o aluno saiba se expressar e se posicionar nas mais variadas situações de comunicação, utilizando a linguagem para defesa de suas ideias, a fim de convencer o leitor de seu texto a concordar com seu ponto de vista.

Os resultados a que chegamos nos afiançam dizer que a metodologia adotada na intervenção, seguindo os ensinamentos de Vieira (2005), trouxe-nos a comprovação de que trabalhar as dificuldades da escrita por etapas – lendo e reescrevendo, principalmente – facilita a compreensão do processo e o aluno tem mais condições de avançar com segurança. Assim, certamente, leremos textos com uma intencionalidade mais evidenciada, pois a escrita do texto dissertativo-argumentativo não é um saber empírico, mas um conhecimento que precisa ser trabalhado para além dos limites da escola, estimulando o aluno a argumentar de forma consciente e articulada, nos diferentes tipos de diálogos, orais ou escritos, através da interação pela linguagem.

Os resultados obtidos na análise das redações revelaram que nossa intervenção foi bastante positiva, pois os alunos compreenderam a estrutura do gênero, o processo de construção da argumentação e as formas de estabelecimento da articulação entre as partes do texto. Os resultados nos impulsionam a almejar que o manual didático forneça orientações aos professores da educação básica sobre como trabalhar a escrita da tese e do primeiro argumento do texto dissertativo-argumentativo, preparando os alunos para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), uma vez que é notória a carência de material específico para esse fim na rede pública de ensino.

Para finalizar, ressaltamos que não pretendemos, com esta dissertação, esgotar o estudo sobre como trabalhar a escrita do texto dissertativo-argumentativo requerido pelo Enem. Para isto, outros estudos merecem ser realizados, principalmente, envolvendo o desenvolvimento de competências e habilidades por parte dos alunos que não lograram êxito após a participação em uma pesquisa-ação, em que são orientados em práticas de leitura e de escrita. Nesta perspectiva, compete à escola preocupar-se com o ensino destes processos que tomam o texto como algo indispensável às práticas sociais.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J. M. **Textos: tipos e protótipos**. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante... [et al]. São Paulo: Contexto, 2019.
- ANTUNES, I. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. São Paulo: Parábola, 2013.
- ANTUNES, I. **Textualidade: noções básicas e implicações pedagógicas**. São Paulo: Parábola, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 06 fev. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM+). Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM)**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Básica, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso em: 06 fev. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Resultados e Metas**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 07 fev. 2019.
- CORREA, J.; SPINILLO, A.; LEITÃO, S. **Desenvolvimento da linguagem: escrita e textualidade**. Rio de Janeiro: NAU Editora; FAPERJ, 2001.
- COSTA, F. M. S. **A produção escrita de crônicas em sala de aula do 9º ano do ensino fundamental**. 2018. 192 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras), Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/33898>. Acesso em: 09 fev. 2019.
- COSTA, I. B.; FOLTRAN, M. J. **A tessitura da escrita**. São Paulo: Contexto, 2016.
- DUCROT, O. **Dizer e não dizer: princípios da semântica linguística**. Tradução de Carlos Vogt. São Paulo: Cultrix, 1977. Edição Original: 1972.
- FERRAREZI JÚNIOR, C.; CARVALHO, R. S. **Produzir textos na educação básica: o que saber, como fazer**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2015.
- FERREIRA, M. S. **Estratégias argumentativas na produção escrita de artigo de opinião no ensino fundamental**. 2018. 186 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras), Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/31750>. Acesso em: 09 fev. 2019.

FISCHER, S. R. **História da Leitura**. Tradução: Claudia Freire. São Paulo: UNESP, 2006.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 26. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Redação no Enem 2017** – Cartilha do participante. Brasília, DF, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Redação no Enem 2018** – Cartilha do participante. Brasília, DF, 2018.

KATO, A. M. **No mundo da escrita**: uma perspectiva psicolinguística. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

KOCH, I. V. **A coesão textual**. 22.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

KOCH, I. V. **Argumentação e Linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, I. V. **O texto e a construção de sentidos**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Escrever e Argumentar**. São Paulo: Contexto, 2017.

KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2013.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. **Leitura e produção textual**: gêneros textuais do argumentar e expor. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita, atividades de retextualização**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, J. S. **Argumentação e ensino de escrita no Ensino Fundamental**: uma proposta de intervenção. 2016. 163 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras), Departamento de Letras do Ceres, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23486>. Acesso em: 09 fev. 2019.

SALVADOR, A. **Como escrever para o Enem**: roteiro para uma redação nota 1.000. São Paulo: Contexto, 2016.

SOARES, M. B.; CAMPOS, E. N. **Técnica de redação**: as articulações linguísticas como técnica de pensamento. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1982.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

VIEIRA, I. L. **Escrita, para que te quero?**. Fortaleza: UECE; Edições Demócrito Rocha, 2005.

APÊNDICE A – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO 1ª PARTE

O tema da redação do ENEM 2016 foi “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil”. No certame, 77 candidatos conseguiram alcançar a nota máxima, 1.000 pontos, e 84.236 ficaram com nota zero, de um total de 5.848.619 candidatos que fizeram as provas nos dois dias do exame (INEP, 2017). Com base nessas informações, apresentamos adiante propostas de atividades construídas com fundamento na Cartilha do Participante - Redação no Enem 2017, elaborada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação (MEC), na qual foram disponibilizadas redações nota 1.000 do Enem 2016.

Dessa maneira, selecionamos três produções de alunos que obtiveram nota máxima no exame para serem trabalhadas em sala de aula, a fim de estimular e demonstrar aos estudantes como deve ser escrito o texto dissertativo-argumentativo cobrado no Enem.

1) Leia a redação abaixo e responda as alternativas, a seguir:

Redação de Giovanna Tami Soares Takahashi

Segundo a atual Constituição Federal, o Brasil é um país de Estado laico, ou seja, a sociedade possui o direito de exercer qualquer religião, crença ou culto. Entretanto, essa liberdade religiosa encontra-se afetada, uma vez que é notório o crescimento da taxa de violência com relação à falta de tolerância às diferentes crenças. Assim, diversas medidas precisam ser tomadas para tentar combater esse problema, incitando uma maior atenção do Poder Público, juntamente com os setores socialmente engajados, e das instituições formadoras de opinião.

Nesse contexto, vale ressaltar que a intolerância religiosa é um problema existente no Brasil desde séculos passados. Com a chegada das caravelas portuguesas, as quais trouxeram os padres jesuítas, os índios perderam a sua liberdade de crença e foram obrigados, de maneira violenta, a se converter ao catolicismo, religião a qual era predominante na Europa. Além disso, os africanos escravizados que aqui se encontravam também foram impedidos de praticar seus cultos religiosos, sendo punidos de forma desumana caso desrespeitassem essa imposição. Atualmente, constata-se que grande parcela da população brasileira herdou essa forma de pensar e de agir, tratando pessoas que acreditam em outras religiões de maneira desrespeitosa e, muitas vezes, violenta, levando instituições públicas e privadas à busca de soluções para reverter isso.

Sob esse viés, ressalta-se que algumas ações já foram realizadas, como a criação da lei de proteção ao sentimento religioso e à prática de diferentes cultos. Entretanto, as medidas tomadas até então não são suficientes para inibir essa problemática, uma vez que a fraca punição aos criminosos e a falta de conscientização da sociedade são alguns dos principais motivos que ocasionam a persistência de atos violentos em decorrência da intolerância religiosa. Outrossim, a falta de comunicação dos pais e das escolas com os jovens sobre esse assunto é um agravante do problema, aumentando as possibilidades destes agirem de maneira desrespeitosa.

Diante disso, para combater a intolerância religiosa, cabe ao Governo intensificar esforços, criando leis específicas e aumentando o tempo de punição para quem comete qualquer tipo de violência devido à religião. Ademais, é necessária a criação de campanhas midiáticas governamentais de conscientização, com o apoio da imprensa socialmente engajada, e a divulgação destas através dos diversos meios de comunicação e das redes sociais, que mostrem a importância do respeito à liberdade de escolha e às diferentes crenças, uma vez que o Brasil é um país com inúmeros grupos e povos, cada um com seus costumes. Além disso, a participação das instituições formadoras de opinião é de grande importância para a educação dos jovens com relação ao respeito às diferentes religiões, com as escolas realizando palestras e seminários sobre o assunto e as famílias intensificando os diálogos em casa.

a) Segundo a Cartilha do Participante, tese “É a ideia que você vai defender no seu texto. Ela deve estar relacionada ao tema e apoiada em argumentos ao longo da redação”. A partir dessa definição, identifique a tese que a candidata empregou em sua redação e a transcreva abaixo.

b) Após a apresentação da tese, a candidata desenvolveu justificativas para comprová-la, ou seja, utilizou argumentos para fundamentar seu ponto de vista e convencer o leitor da redação

a aderir a suas ideias. Para o INEP, argumento é “a justificativa para convencer o leitor a concordar com a tese defendida. Cada argumento deve responder à pergunta ‘por quê?’ em relação à tese defendida.”. Com base neste enunciado, selecione o primeiro argumento utilizado pela candidata para comprovar que sua tese é consistente e o escreva adiante.

2) Leia a seguinte redação e responda ao que se pede.

Redação de Tamyres dos Santos Vieira

“É mais fácil desintegrar um átomo que um preconceito”. Com essa frase, Albert Einstein desvelou os entraves que envolvem o combate às diversas formas de discriminação existentes na sociedade. Isso inclui a intolerância religiosa, comportamento frequente que deve ser erradicado do Brasil.

Desde a colonização, o país sofre com imposições religiosas. Os padres jesuítas eram trazidos pelos portugueses para catequizar os índios, e a religião que os nativos seguiam – a exaltação da natureza – era suprimida. Além disso, a população africana que foi trazida como escrava também enfrentou fortes repressões ao tentar utilizar sua religião como forma de manutenção cultural. É relevante notar que, ainda hoje, as religiões afro-brasileiras são os maiores alvos de discriminação, com episódios de violência física e moral veiculados pelas mídias com grande frequência.

Concomitantemente, ainda que o Brasil tenha se tornado um Estado laico, com uma enorme diversidade religiosa devido à grande miscigenação que o constituiu, o respeito pleno às diferentes escolhas de crença não é realidade. A palavra religião tem sua origem em “religare”, que significa ligação, união em torno de um propósito; entretanto, ela tem sido

causa de separação, desunião. Mesmo que legislações, como a Constituição Federal e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, já prevejam o direito à liberdade de expressão religiosa, enquanto não houver amadurecimento social não haverá mudança.

Por tudo isso, é imprescindível que todos os segmentos sociais unam-se em prol do combate à intolerância religiosa no Brasil. Assim, cumpre ao governo efetivar de maneira mais plena as leis existentes. Ademais, cabe às escolas e às famílias educarem as crianças para que, desde cedo, aprendam que têm o direito de seguir suas escolhas, mas que devem ser tolerantes e respeitar as crenças do outro, afinal, como disse Nelson Mandela, “a educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo”. Dessa forma, assim com a desintegração de um átomo tornou-se simples na atualidade, preconceitos poderão ser quebrados.

a) Após a leitura atenta da redação, circule a tese apresentada pela candidata e realize a paráfrase desse segmento.

b) Realize o mesmo procedimento proposto, no item anterior, em relação ao primeiro argumento usado pela candidata.

Também pode-se comprovar a existência da intolerância religiosa pela frase popular “religião não se discute”, que propõe ignorar a temática para evitar os conflitos evidentes ao se tratar do assunto. Desse modo, nota-se que a intolerância não se restringe a um grupo específico e é, de certa forma, natural ao ser humano, o que, porém, não significa que não pode o deve ser combatida.

Além da intolerância inata ao homem, há fatores externos que intensificam o problema. No cenário brasileiro, o processo colonizador e seus legados, que perduram até hoje, são os principais agravantes desse preconceito. Desde a chegada dos europeus no país, as religiões diferentes da oficial são discriminadas. Logo no início da colonização, o processo de catequização dos nativos foi incentivado, o que demonstra o desrespeito com as religiões indígenas, e, décadas depois, com o início do tráfico negreiro, houve também perseguição às religiões afrobrasileiras e a construção de uma imagem negativa acerca delas. Toda essa mentalidade perpetuou-se no ideário coletivo brasileiro e, apesar dos avanços legais, faz com que essas religiões sejam as mais afetadas pela intolerância atualmente.

É necessário, pois, que se reverta a mentalidade retrógrada e preconceituosa predominante no Brasil. Para tal, o Estado deve veicular campanhas de conscientização, na TV e na internet, que informem a população sobre a diversidade religiosa do país e a necessidade de respeitá-las. Essas campanhas também podem, para facilitar a detecção e o combate ao problema, divulgar contatos para denúncia de casos de intolerância religiosa. Concomitantemente, é fundamental o papel da escola de pregar a tolerância já que, segundo Immanuel Kant, “o homem é aquilo que a educação faz dele”. Portanto, a escola deve promover palestras sobre as diferenças crenças do país, ministradas por especialistas na área ou por membros dessas religiões, a fim de quebrar estereótipos preconceituosos e tornar os jovens mais tolerantes.

a) Você deve ter percebido que o texto acima apresenta uma estruturação lógica e formal entre as suas partes. Desse modo, o candidato elaborou sua redação, dividindo-a em parágrafos. Segundo o INEP “Um parágrafo é uma unidade textual formada por uma ideia principal à qual se ligam ideias secundárias”, esse órgão dispõe também que “os parágrafos podem ser desenvolvidos por comparação, por causa-consequência, por exemplificação, por detalhamento, entre outras possibilidades. Deve haver uma articulação entre um parágrafo e outro”. Com base nessas informações e nos conhecimentos adquiridos nos exercícios

anteriores, destaque a tese e o primeiro argumento desenvolvido pelo candidato, depois sublinhe e transcreva abaixo tais segmentos.

[illegible]

b) Explique a forma de desenvolvimento dos dois primeiros parágrafos da redação em questão.

c) Com base nos conhecimentos que você adquiriu por meio das oficinas, elabore uma tese e um argumento bem desenvolvido sobre o tema “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil”. Para a realização dessa tarefa, você deve utilizar recursos para convencer o leitor, tais como: exemplos; dados estatísticos; pesquisas; fatos comprovados; citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto; pequenas narrativas ilustrativas; alusões históricas; e comparações entre fatos, situações, épocas ou lugares distintos.

Lembre-se: você precisa gerar e organizar suas ideias para escrever uma primeira versão do texto em outra folha, antes de transcrevê-lo aqui.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.

d) Troque o texto que você escreveu com o colega, faça a leitura e correção de eventuais desvios, tomando como base os estudos realizados anteriormente. Depois, reescreva seu texto, acrescente mais um parágrafo de desenvolvimento e um de conclusão, bem como considere os ajustes sugeridos pelo colega e pelo professor, que deverá orientá-lo nessa atividade. Dessa forma, você conseguirá fazer uma redação completa com quatro parágrafos.

Tema da redação ENEM 2016: “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil”

Aluno: _____

1	_____
2	_____
3	_____
4	_____
5	_____
6	_____
7	_____
8	_____
9	_____
10	_____
11	_____
12	_____
13	_____
14	_____
15	_____
16	_____
17	_____
18	_____
19	_____
20	_____
21	_____
22	_____
23	_____
24	_____
25	_____
26	_____
27	_____
28	_____
29	_____
30	_____

APÊNDICE B – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO 2ª PARTE

O tema da redação do Enem 2017 foi: “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”. Nessa edição do exame, 53 candidatos obtiveram nota máxima, 1.000 pontos, e 309.157 tiveram notas zero, em um universo de 4,72 milhões de redações corrigidas (INEP, 2018). A partir dessas informações, disponibilizamos adiante propostas de atividades elaboradas com fundamento na Cartilha do Participante - Redação no Enem 2018, na qual constam redações nota 1.000 do Enem 2017.

Desta forma, selecionamos duas produções de alunos que atingiram nota máxima no exame para serem trabalhadas em sala de aula, com o objetivo de darmos seguimento às oficinas acerca da escrita do texto dissertativo-argumentativo requerido pelo Enem.

1) Leia a redação abaixo e responda as alternativas, a seguir:

Redação de Eduarda Judith Dias Jacome Silva

Após a Segunda Guerra Mundial, a ONU promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual assegura, em plano internacional, a igualdade e a dignidade da pessoa humana. Entretanto, no Brasil, há falhas na aplicação do princípio da isonomia no que tange à inclusão de pessoas com deficiência auditiva. Consequentemente, a formação educacional é comprometida, o que pressupõe uma análise acerca dos entraves que englobam esta problemática.

Em primeiro lugar, cabe pontuar que as instituições de ensino apresentam, em sua maioria, um sistema pouco inclusivo. Embora a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) atenda a Convenção do Direito da Pessoa com Deficiência, realizada em 2006 pela ONU, sua finalidade encontra obstáculos, seja na estrutura escolar vigente, seja na falta de preparo do corpo docente. Prova disso são as escolas regulares e as universidades que não se adequaram à comunicação em Libras, bem como exames avaliatórios que não garantem tal acessibilidade. Nesse sentido, os surdos recebem uma educação frágil, desigual e excludente.

Além disso, a ineficiente integração no âmbito escolar/acadêmico resulta em efeitos fora dele. Conforme afirmou Aristóteles, é preciso tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida exata de suas desigualdades. Contudo, a instrução de aristotélica não é vista na prática, uma vez que o mercado de trabalho oferece poucas oportunidades, ainda que o deficiente auditivo tenha concluído o ensino superior. Paralelamente a isso, o comportamento contemporâneo, o qual prioriza o individualismo e a

competição, intensifica a exclusão visto que a deficiência em questão é alvo de uma visão equivocada de incapacidade funcional. Desse modo, as implicações de uma educação que não se adapta às diferenças são visíveis.

Diante do exposto, faz-se necessária uma complementação nas instituições sociais secundárias a fim de promover uma formação educacional coerente com as leis e as resoluções. Para tanto, o Ministério da Educação deve impor diretrizes de um projeto pedagógico inclusivo, como a obrigatoriedade de aulas de Libras na graduação de professores, bem como cursos para os formados. Ademais, o Estado, através do corpo legislativo, deve propor incentivos fiscais às grandes empresas que instituam um percentual proporcional na contratação de pessoas com alguma restrição física, incluindo a auditiva. Assim, os direitos básicos inerentes à vida e à liberdade, consagrados na Carta Magna, poderão ser cumpridos.

a) Após a leitura da redação, você deve ter percebido que o texto acima apresenta uma estruturação lógica e formal entre as suas partes. Para isso, a candidata utilizou elementos coesivos (preposições, conjunções, advérbios, suas respectivas locuções etc.) para garantir a progressão e a coesão textual. Tais conectivos são responsáveis pela coesão do texto, porque estabelecem uma inter-relação entre orações, frases e parágrafos. A partir dessas informações e dos conhecimentos adquiridos nos exercícios anteriores, destaque a tese e o primeiro argumento desenvolvidos pela candidata, depois sublinhe e transcreva abaixo os elementos coesivos empregados para articulação entre os parágrafos e entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo.

b) Explique a relação de sentido que os elementos coesivos descritos estabelecem no texto.

c) Reescreva os dois primeiros parágrafos da redação acima, substituindo os elementos coesivos por outros, de modo que o sentido do texto seja mantido.

2) Leia a seguinte redação e responda ao que se pede.

Redação de João Pedro Fidelis Belluzo

Na antiga pólis de Esparta, havia a prática da eugenia, ou seja, a segregação dos denominados “imperfeitos”, como, por exemplo, os deficientes. Passados 2000 anos, o preconceito contra esse grupo ainda prevalece socialmente e afeta, principalmente, a área da educação. Nesse contexto, os surdos são grandes vítimas da exclusão no processo de

formação educacional, o que traz desafios e a busca por autonomia e pela participação de pessoas com essa deficiência no espaço escolar brasileiro.

Para o filósofo francês Voltaire, a lei essencial para a prática da igualdade é a tolerância. Porém, nas escolas, onde as diferenças aparecem, essa característica não se concretiza. Nesse ambiente, a surdez se torna motivo para discriminação e para o bullying, contrariando o objetivo da educação de elevar e emancipar o indivíduo, como defende o sociólogo Paulo Freire, idealizador da educação brasileira. Dessa forma, os surdos, segregados, encontram um alicerce frágil, para alcançar o desenvolvimento de seus talentos e habilidades.

Além disso, nota-se que as instituições escolares não oferecem suporte adequado para os deficientes auditivos. Com isso, a independência e a participação desses indivíduos são comprometidas, o que acentua as desigualdades. Essa ideia se torna paradoxal quando comparada à Declaração Universal dos Direitos Humanos e à Constituição Federal (1988), documentos de alta hierarquia, comprovando a necessidade de incluir e assistir a população surda nos processos educacionais brasileiros.

Portanto, conclui-se que deve-se tomar medidas que incluam os surdos na educação, assegurando o desenvolvimento desse grupo. As escolas devem, então, promover a assistência a esses deficientes, por meio da disponibilização de voluntários que dominem a linguagem de Libras, principal forma de comunicação da população surda, com o objetivo de inserir as pessoas com essa deficiência nas salas de aula, facilitando também o aprendizado. A mídia deve, ainda, mostrar, com exemplos, a igualdade que deve prevalecer no ambiente escolar, acabando com o preconceito e com o bullying. Com essas medidas, a eugenia social será minimizada e os deficientes auditivos serão incluídos nos processos educacionais brasileiros.

a) Com base nos conhecimentos que você adquiriu nas oficinas, elabore uma tese e um argumento bem desenvolvido sobre o tema “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”. Para a realização dessa tarefa, você deve utilizar recursos para convencer o leitor, tais como: exemplos; dados estatísticos; pesquisas; fatos comprovados; citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto; pequenas narrativas ilustrativas; alusões históricas; e comparações entre fatos, situações, épocas ou lugares distintos. Além disso, você precisa organizar suas ideias e escrever uma primeira versão do texto em outra folha, antes de transcrevê-lo aqui.

[illegible]

b) Troque o texto que você escreveu com o colega, faça a leitura e correção de eventuais desvios. Em seguida, reescreva seu texto, considerando os ajustes sugeridos pelo colega e pelo professor.

[illegible]

3) Dando continuidade à produção de sua redação, realize as seguintes atividades:

a) Escreva mais um parágrafo de argumentação e um de conclusão para sua redação. Troque o texto que você escreveu com um colega, faça a leitura e correção de eventuais desvios que o texto dele apresente.

[illegible]

b) Reescreva os parágrafos do item anterior, considerando os ajustes sugeridos pelo colega e pelo professor, que deverá orientá-lo nessa atividade.

This image shows a single page from a notebook or ledger. It features ten evenly spaced horizontal blue lines across its width. A vertical red margin line runs down the left side, creating a narrow left margin. The paper has a light cream or off-white color. There are no markings, text, or illustrations on the page.

c) Realize a produção final de sua redação, a partir dos parágrafos produzidos anteriormente.

Tema da redação ENEM 2017: “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”

Aluno: _____

1	_____
2	_____
3	_____
4	_____
5	_____
6	_____
7	_____
8	_____
9	_____
10	_____
11	_____
12	_____
13	_____
14	_____
15	_____
16	_____
17	_____
18	_____
19	_____
20	_____
21	_____
22	_____
23	_____
24	_____
25	_____
26	_____
27	_____
28	_____
29	_____
30	_____

APÊNDICE C – MANUAL DIDÁTICO



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS**

FRANCISCO TARCÍSIO DA ROCHA

**PRODUÇÃO DE TEXTOS DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVOS: UMA
PROPOSTA DE ATIVIDADES COM ÊNFASE NO ENEM**

FORTALEZA – CEARÁ

2020

FRANCISCO TARCÍSIO DA ROCHA

PRODUÇÃO DE TEXTOS DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVOS: UMA PROPOSTA
DE ATIVIDADES COM ÊNFASE NO ENEM

Manual apresentado ao Curso de Mestrado Profissional em Letras do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Abniza Pontes de Barros Leal

FORTALEZA – CEARÁ

2020

APRESENTAÇÃO

Querido(a) docente,



Sabemos o quanto é desafiador ministrar aulas de Língua Portuguesa, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, especialmente, as que são destinadas ao ensino e aprendizagem do processo de escrita. Nesse sentido, este manual apresenta uma possibilidade de auxiliar o professor, na busca por melhores soluções, para atender aos alunos, demonstrando os meios de como trabalhar a escrita da redação Enem.

O presente manual é fruto de nossa proposta de intervenção pedagógica realizada em uma turma do 1º ano do Ensino Médio, turno manhã, da escola pública da rede estadual, EEFM Integrada 2 de Maio, situada na Rua da Saudade, S/N, Bairro Passaré, na cidade de Fortaleza - CE, vinculada à Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), no qual apresentamos uma sequência de atividades pedagógicas planejadas para motivar os alunos na escrita da redação Enem.

Nessa sequência de atividades, trabalhamos a escrita associada à leitura, utilizando estratégias de reconhecimento, paráfrase e escrita propriamente dita, a fim de estimular os alunos a superarem os seus “medos” em relação à produção textual e, principalmente, acelerar e consolidar aprendizagens na escrita da redação Enem.

Esperamos que este material seja de grande valia aos professores interessados em fazer um trabalho diferenciado e efetivo de produção do texto dissertativo-argumentativo.

Um forte abraço!

Francisco Tarcísio da Rocha

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	113
2	REDAÇÃO ENEM	114
3	ESTRUTURAÇÃO DO PARÁGRAFO	116
4	PROCEDIMENTOS/RECURSOS (COESÃO E COERÊNCIA)	119
5	PROPOSTA DE ATIVIDADES	123
6	PALAVRAS FINAIS	137
	REFERÊNCIAS	138

1 INTRODUÇÃO

É notório que boa parte dos alunos conclui o Ensino Médio sem desenvolver as habilidades e competências esperadas em relação à leitura e à escrita. Nesse contexto, constatamos, em nossa prática de sala de aula, que eles apresentam inúmeras dificuldades na escrita do texto dissertativo-argumentativo, dentre elas: a ausência de uma tese bem delimitada e de argumentos consistentes para defender seu ponto de vista; emprego inadequado dos marcadores argumentativos, desvios no uso de conectivos que sustentam a progressão textual e a coerência da redação; desvios gramaticais e de convenções da escrita; fechamento com pouca relação com as colocações anteriores ou sem conclusão; proposta de intervenção inadequada para solucionar o problema e, em alguns casos, até inexistência de proposta.

Nesse sentido, se o estudante não souber organizar suas ideias, defendê-las por meio de justificativas bem fundamentadas e articular o encadeamento de seu ponto de vista, dificilmente, conseguirá escrever uma redação que atenda adequadamente aos requisitos dos exames de acesso ao ensino superior, a exemplo do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), ou de concursos públicos.

Neste manual, apresentamos procedimentos e recursos de aprendizagem para a escrita do texto dissertativo-argumentativo, por meio de atividades que versam sobre a elaboração da tese e do primeiro argumento, a construção do parágrafo e as várias técnicas empregadas para sua estruturação, assim como as relações coesivas estabelecidas dentro do parágrafo e entre parágrafos. Dessa maneira, esperamos que as atividades aqui apresentadas possam incentivar o professor(a) a buscar novas formas de estimular a produção textual de seus alunos.

Ademais, um texto estruturalmente bem constituído, no processo argumentativo, deve apresentar introdução, desenvolvimento e conclusão. Assim, na redação Enem, a introdução contém a apresentação do tema proposto e a tese que será defendida pelo aluno, ao longo do texto; o desenvolvimento é estruturado por meio de argumentos consistentes para embasar o seu ponto de vista, com a finalidade de convencer o interlocutor de que seu texto merece credibilidade; a conclusão é a reafirmação do ponto de vista do aluno, acrescida da proposta de intervenção, ou seja, é indicação de uma possível solução para o problema disposto no tema.

2 REDAÇÃO ENEM

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) avalia o desempenho do estudante da Educação Básica e tem a finalidade de colaborar para: Autoavaliação; Acesso à Educação Superior (Sisu, Prouni e Instituições Portuguesas); Acesso a financiamento e apoio estudantil (Fies e Prouni); Desenvolvimento de estudos e indicadores educacionais.

O Enem é composto por provas de quatro áreas do conhecimento (Linguagens, códigos e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias), em conformidade com as diretrizes dispostas nos PCNEM (BRASIL, 2000). Dentre essas provas, o aluno terá de produzir uma redação, que ocupa lugar significativo no processo, pois, é um quesito diferencial que se soma às demais notas das provas objetivas de cada área do saber.

Na escrita da redação do Enem, o candidato deve demonstrar domínio de aspectos linguísticos, gramaticais e semânticos que caracterizam um texto dissertativo-argumentativo, assim como compreensão de assuntos de várias áreas do conhecimento. O texto é elaborado a partir de uma proposta sobre um tema da atualidade, no qual o redator deve expor seu ponto de vista e defender suas ideias por meio de argumentos bem desenvolvidos.

Por essa perspectiva, nesta proposta de atividades, o(a) professor(a) deve tentar demonstrar aos alunos a importância da leitura e compreensão de textos que digam respeito à realidade atual, pois, embora o Enem ofereça textos norteadores, motivando a resolução da proposta, o candidato, mesmo assim, precisa ter conhecimentos próprios para obter um bom resultado, evitando de fazer “cópias” de segmentos retirados destes textos.

Um ponto de partida, então, será compreender, dentre as características da modalidade textual exigida no Enem, as que se encontram relacionadas ao texto dissertativo-argumentativo, conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep):

O texto dissertativo-argumentativo se organiza na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto. É fundamentado com argumentos, para influenciar a opinião do leitor, tentando convencê-lo de que a ideia defendida está correta. É preciso, portanto, expor e explicar ideias. Daí a sua dupla natureza: é argumentativo porque defende uma tese, uma opinião, e é dissertativo porque se utiliza de explicações para justificá-la.

O objetivo desse texto é, em última análise, convencer o leitor de que o ponto de vista em relação à tese apresentada é acertado e relevante. Para tanto, mobiliza informações, fatos e opiniões, à luz de um raciocínio coerente e consistente (INEP, 2018, p. 15-16).

Para atender a essas orientações, o candidato precisa ainda ter domínio das cinco competências exigidas na redação do Enem e apresentadas, com detalhamento, na Cartilha do Participante (INEP, 2018). A divisão da Matriz de Referência da redação em competências tem o intuito de tornar a avaliação do texto mais objetiva, tendo em vista que para o Enem “o texto é entendido como uma unidade de sentido em que todos os aspectos se inter-relacionam para constituir a textualidade [...]” (INEP, 2018, p. 11). Sendo assim, a avaliação de um texto dissertativo-argumentativo, na modalidade escrita formal da língua portuguesa, é realizada com base nas seguintes competências:

Competência 1 - Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.

Competência 2 - Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.

Competência 3 - Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

Competência 4 - Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

Competência 5 - Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado que respeite os direitos humanos (INEP, 2018, p. 8).

Dessa maneira, professor(a), é importante informar aos alunos que o conjunto dessas competências delimita o perfil da produção escrita solicitada na proposta de redação. O domínio no uso das habilidades correspondentes a cada uma das competências cognitivas contribui para dar unidade e sentido ao texto produzido e, em conjunto, configuram o modelo ideal de texto cobrado na prova e esperado pelos avaliadores.

Nessas condições, as cinco competências são minuciosamente analisadas pelos professores corretores (leitores/interlocutores), com níveis de desempenho nos critérios de avaliação. Logo, de posse dessas informações, aluno saberá como a redação Enem é avaliada, o que facilitará o planejamento de seu texto para ter um bom desempenho nas cinco competências da Matriz de Referência.

Além disso, caro docente, você precisa mencionar que, na construção do texto com características dissertativo-argumentativas, o aluno precisa elaborar uma tese sobre o tema proposto e defendê-la com base em argumentos consistentes e coerentes, que guardem relação de sentido entre as partes do texto e estabeleçam a progressão temática adequada ao desenvolvimento do tema, empregar recursos linguísticos variados que possibilitem as relações de continuidade essenciais à elaboração de um texto coeso, ou seja, deve empregar os recursos coesivos para garantir a articulação das ideias, tanto entre os parágrafos quanto dentro deles, com vistas à unidade de sentido do texto como um todo.

Assim, a fim de contribuir para preparação de alunos do Ensino Médio em relação à escrita da redação do Enem, você deve enfatizar a relevância de se abordar a escrita como processo de aprendizagem, a compreensão sobre leitura no contexto de escrita e o texto dissertativo-argumentativo no aspecto de sua composição e articulação.

É conveniente, também, que o professor realize uma atividade de leitura que consiste em trabalhar uma redação nota 1.000 do Enem, de preferência projetada em *data show* ou com uma cópia para cada aluno, cujos objetivos são: o reconhecimento da tese e do primeiro argumento, explicando como esses itens são cobrados pelo Inep; a discussão em grupo acerca do reconhecimento pelos alunos dos segmentos solicitados; e destaque da tese e do primeiro argumento apresentado pelo escritor na redação trabalhada.

Dessa forma, disponibilizamos, neste manual, um conjunto de atividades, elaboradas a partir de redações nota 1.000 do Enem, que permitirão aos discentes, com o apoio do(a) professor(a), realizarem produções textuais (produção inicial, revisão e produção final) nos moldes das que são cobradas pelo Exame.

3 ESTRUTURAÇÃO DO PARÁGRAFO

Professor(a), para que os alunos escrevam um bom texto, primeiramente, eles devem ler com atenção o tema proposto e, em seguida, delimitá-lo. Essa tarefa consiste em refletirmos sobre o assunto a ser abordado e relacioná-lo com outros assuntos que conhecemos, a fim de que possamos controlá-lo com mais facilidade e desenvoltura. Uma vez delimitado o tema, temos que fixar o objetivo acerca do qual pretendemos escrever, etapa indispensável no planejamento da redação.

Nesse sentido, Soares e Campos (1982, p. 57, grifos dos autores) orientam que “*Fixar o objetivo* para orientar o que se vai escrever sobre um *assunto delimitado* é selecionar

a linha de pensamento que estará presente em todo o texto”. Ou seja, o objetivo é visto como um critério para selecionar e ordenar as ideias e um controle sobre o que vai ser escrito, mantendo-se dentro dos limites da linha de pensamento selecionada.

Essa etapa de planejamento é muito importante na redação do Enem, pois, só depois de ter realizado essa atividade, o candidato deve começar a escrever seu texto. Tal escrita precisa ser estruturada em parágrafos, tendo em vista que a redação não pode ser escrita em um único parágrafo e deve estar em sintonia com as partes que compõem o texto dissertativo-argumentativo. Desse modo, devido à importância do parágrafo na construção da redação, apresentamos, a seguir, o seu conceito, sua forma de organização e estratégias de desenvolvimento.

Um parágrafo é uma unidade textual organizada, formada por elementos de introdução, desenvolvimento e conclusão, cujas ideias são articuladas entre si, isto é, composto por uma ideia principal à qual se ligam ideias secundárias. Nessa direção, Garcia (2007) apresenta o conceito de parágrafo-padrão, aquele que contém uma estrutura mais comum e eficaz, e deve ser ensinado aos escritores iniciantes:

O parágrafo é uma unidade de composição constituída por um ou mais de um período, em que se desenvolve ou se explana determinada idéia *central*, ou *nuclear*, a que se agregam outras, *secundárias*, intimamente relacionadas pelo sentido e logicamente decorrentes dela (GARCIA, 2007, p. 219, grifos do autor).

O parágrafo-padrão é constituído de três partes: introdução, desenvolvimento e conclusão. A introdução contém um ou dois períodos curtos iniciais, nos quais se apresenta de forma sucinta a ideia-núcleo, também chamada de frase-núcleo ou tópico frasal, termo que doravante será adotado neste manual; o desenvolvimento é a explanação da ideia principal e secundárias do parágrafo, no qual o autor deve fundamentar de forma clara e convincente as ideias que defende ou aborda em sua redação, podendo utilizar para isso diversos recursos como a enumeração de detalhes, comparações, contrastes, definições precisas, exemplos, ilustrações, dentre outros; e a conclusão que retoma o objetivo expresso no tópico frasal, recapitula e resume os aspectos apresentados no desenvolvimento, acrescentando uma ideia de inferência ou consequência.

Nessa perspectiva, caro docente, apresentamos exemplos de parágrafos de redações nota 1.000 do Enem 2017, demonstrando as partes que o compõe, com propósito de

auxiliá-lo no ensino do texto dissertativo-argumentativo, no tocante à construção do parágrafo:

Na antiga Esparta, crianças com deficiência eram assassinadas, pois não poderiam ser guerreiras, profissão mais valorizada na época. Na contemporaneidade, tal barbárie não ocorre mais, porém há grandes dificuldades para garantir aos deficientes – em especial os surdos – o acesso à educação, devido ao preconceito ainda existente na sociedade e à falta de atenção do Estado à questão. (INEP, 2018, p. 29).

Neste parágrafo, a introdução é realizada por tópico frasal do tipo alusão histórica, fazendo referência a um fato histórico real, sendo formada pelo seguinte período Na antiga Esparta, crianças com deficiência eram assassinadas, pois não poderiam ser guerreiras, profissão mais valorizada na época; o desenvolvimento é estruturado por contraste, isto é, emprega oposições para desenvolver o parágrafo, como identificado no trecho Na contemporaneidade, tal barbárie não ocorre mais, porém há grandes dificuldades para garantir aos deficientes – em especial os surdos – o acesso à educação; a conclusão é formada pelas consequências, implicações ou até mesmo inferências a respeito do que foi abordado nas duas primeiras partes, conforme se vê nessa parte devido ao preconceito ainda existente na sociedade e à falta de atenção do Estado à questão.

A plena formação acadêmica dos deficientes auditivos, uma parcela das chamadas Pessoas com Deficiência (PCD), é um direito assegurado no recém-aprovado Estatuto da Pessoa com Deficiência, de 2015, também conhecido como Lei da Acessibilidade. Além de um direito legalmente garantido, a educação para esse grupo social é sociologicamente analisada como essencial para uma sociedade tolerante e inclusiva. Entretanto, observa-se o desrespeito a essa garantia devido ao preconceito, muitas vezes manifestado pela violência simbólica, e à insuficiência estrutural educacional brasileira (INEP, 2018, p. 31).

A introdução é construída por tópico frasal do tipo declaração inicial, ou seja, uma afirmação a respeito do tema em discussão, sendo formada pelo trecho A plena formação acadêmica dos deficientes auditivos, uma parcela das chamadas Pessoas com Deficiência (PCD), é um direito assegurado no recém-aprovado Estatuto da Pessoa com Deficiência, de 2015, também conhecido como Lei da Acessibilidade; o desenvolvimento é estruturado por explicitação, método que tem a finalidade de explicitar uma ideia, esclarecer um conceito ou justificar uma afirmação, conforme se vê no fragmento Além de um direito legalmente garantido, a educação para esse grupo social é sociologicamente analisada como essencial para uma sociedade tolerante e inclusiva; a conclusão é formada pelas consequências,

implicações ou até mesmo inferências a respeito do que foi abordado nas duas primeiras partes, exposta no segmento adiante *Entretanto, observa-se o desrespeito a essa garantia devido ao preconceito, muitas vezes manifestado pela violência simbólica, e à insuficiência estrutural educacional brasileira.*

Além disso, professor(a), é de suma importância que você comente com os alunos sobre a Cartilha do Participante – Redação no Enem que, também, trata da estruturação do parágrafo, principalmente, em dois momentos: na Competência 3, quando menciona que o redator deve observar o encadeamento das ideias, de modo que cada parágrafo apresente informações coerentes com o que foi apresentado anteriormente, sem repetições ou saltos temáticos, e na Competência 4, ao abordar que os recursos coesivos garantem a conexão de ideias tanto entre os parágrafos quanto dentro deles. Assim, o aluno tem que estar atento para o encadeamento textual, que engloba a estruturação dos parágrafos, a estruturação dos períodos e a referenciação, quando da elaboração de sua redação.

Caro **professor(a)**, frisamos que no estudo do parágrafo, mais do que o conhecimento de sua estrutura, é importante que os alunos compreendam como os elementos se relacionam dentro do parágrafo e como os parágrafos se interligam na construção do texto, com vistas a garantir a **progressão textual** e a **manutenção temática**.

4 PROCEDIMENTOS/RECURSOS (COESÃO E COERÊNCIA)

A coesão e a coerência são dois dos critérios para que um texto seja compreendido como tal. A coesão é um recurso de suma importância, em especial, na escrita do texto dissertativo-argumentativo requerido pelo Enem, pois o aluno deverá conhecer e saber empregar os mecanismos de coesão para fazer o elo entre as partes da redação, conforme vai fazendo o texto progredir, estando relacionada à Competência 4 da Matriz de Referência da redação Enem.

Já a coerência é uma propriedade que tem a ver com as possibilidades de o texto funcionar como um meio de interação verbal, isto é, depende de cada situação, dos sujeitos envolvidos e das intenções comunicativas, sendo avaliada na Competência 3.

Cabe destacar que coesão e coerência estão intimamente relacionadas, uma vez que necessitam do conhecimento de mundo do interlocutor e de sua capacidade em estabelecer as ligações entre os componentes linguísticos no texto.

Nessa perspectiva, apresentamos dois conceitos de coesão de autoras que embasam nosso trabalho:

Koch (2010, p.45) considera a coesão textual como "o fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se encontram interligados entre si, por meio de recursos também linguísticos, formando sequências veiculadoras de sentidos".

Para Antunes (2017, p. 56) a coesão "é a propriedade responsável por deixar os segmentos do texto articulados, relacionados, conectados. Ela abarca, portanto, todos os recursos (lexicais e gramaticais) que deixam esses segmentos (concretamente: palavras, períodos, parágrafos, blocos supraparagráficos) ligados entre si ou inter-relacionados".

Frisamos que os procedimentos e recursos da coesão textual concorrem para fazer com que o texto seja entendido mais claramente. Podemos verificar, então, que há processos diferentes para se realizar a coesão, um que se utiliza da remissão para ligar os referentes no texto e o outro que se constrói pelo uso de elementos conectores ou segmentos que estabelecem relações sintático-semânticas, conforme apresentado no quadro 1:

Quadro 1 - A propriedade da coesão do texto: relações, procedimentos e recursos

A COESÃO DO TEXTO	Relações textuais (Campo 1)	Procedimentos (Campo 2)	Recursos (Campo 3)	
	1. REITERAÇÃO	1.1. Repetição	1.1.1. Paráfrase	
			1.1.2. Paralelismo	
			1.1.3. Repetição propriamente dita	• de unidades do léxico • de unidades da gramática
		1.2. Substituição	1.2.1 Substituição gramatical	Retomada por: • Pronomes ou • por advérbios
			1.2.2. Substituição lexical	Retomada por: • sinônimos Retomada por: • hiperônimos • caracterizadores situacionais
			1.2.3 Elipse	• Retomada por elipse
	2. ASSOCIAÇÃO	2.1. Seleção lexical	Seleção de palavras semanticamente próximas	• Por antônimos • Por diferentes modos de relações de parte/todo
	3. CONEXÃO	3.1. Estabelecimento de relações sintático-semânticas entre termos, orações, períodos, parágrafos e blocos supraparágraficos	Uso de diferentes conectores	• Preposições • Conjunções • Advérbios • E respectivas locuções

Fonte: Antunes (2013, p. 51).

Em relação à coerência, lembramos que ela se constrói a partir do texto, ela não está no texto. Quando o interlocutor é capaz de entender o que está subentendido no texto e não apenas o que está escrito, haverá assim o entendimento global:

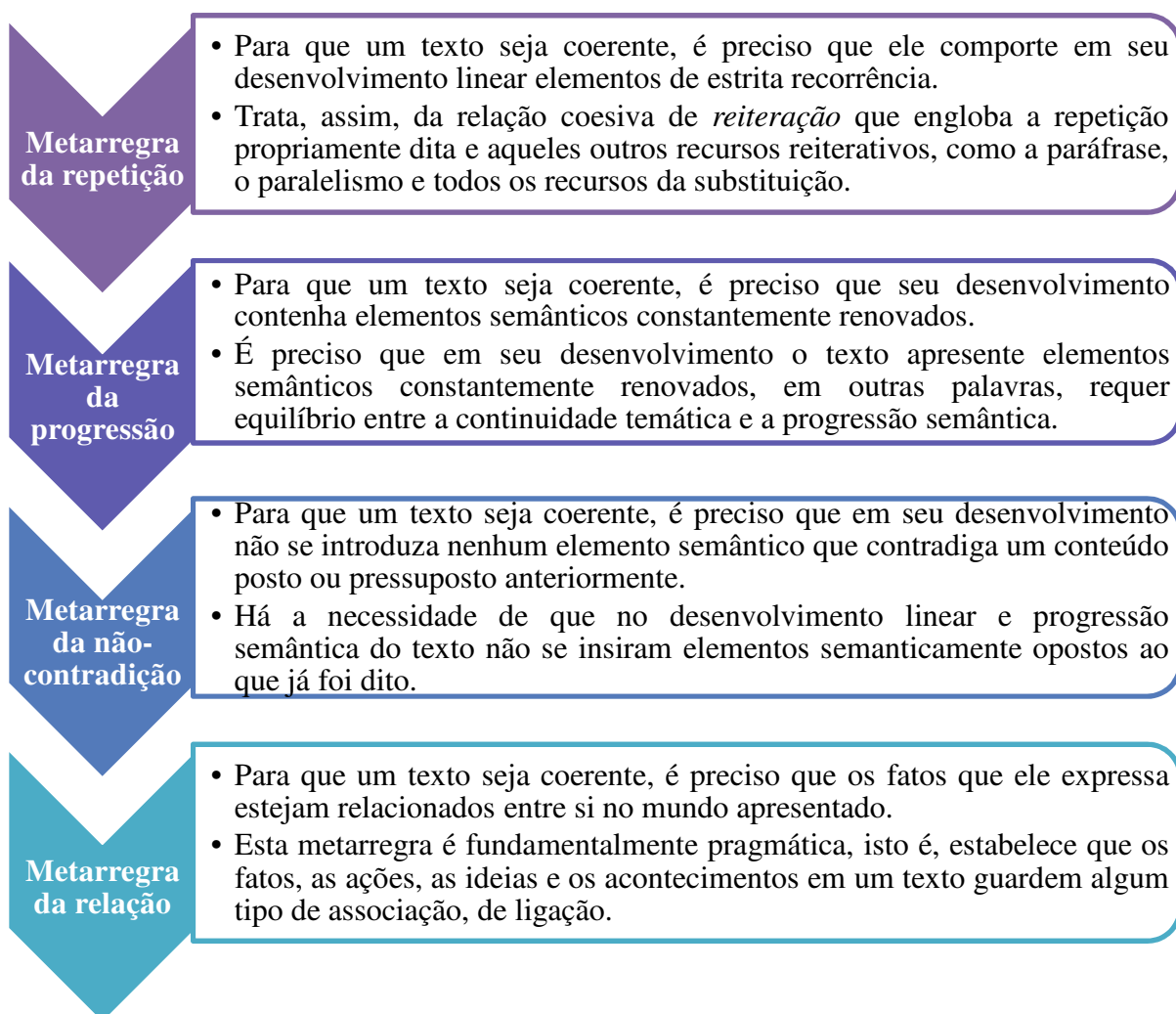
A coerência não está no texto, não nos é possível apontá-la, destacá-la, sublinhá-la ou coisa que o valha, mas somos nós, leitores, em um efetivo processo de interação com o autor e o texto, baseados nas pistas que nos são dadas e nos conhecimentos que possuímos, que construímos a coerência (KOCH; ELIAS, 2014).

A coerência é uma propriedade que tem a ver com as possibilidades de o texto funcionar como uma *peça comunicativa*, como um meio de interação verbal. Por isso, ela é, em primeira mão, linguística (ANTUNES, 2013).

Nesse aspecto, a coesão textual é tida como um fenômeno que define se um conjunto de frases é um texto, contudo, não se pode pensar que usar elementos coesivos basta para que haja textualidade, é fundamental, também, que o texto seja coerente.

Antunes (2013) explicita que o consenso entre os teóricos tem sido a consideração da coerência em dois níveis de organização textual: macrotextual e microtextual. A coerência macroestrutural – ou global – diz respeito às relações entre as sequencias maiores do texto, enquanto a microestrutural versa sobre as sequencias menores – palavras e frases.

Dessa forma, a autora expõe uma síntese das metarregras de coerência apresentadas por Charolles (1988), que se aplicam para os dois níveis, as quais se encontram detalhadas abaixo:



5 PROPOSTA DE ATIVIDADES



A proposta de atividades está dividida em questões. Desse modo, é recomendável que o(a) **professor(a)**, primeiramente, trabalhe os itens da questão 1, orientando os alunos, durante todas as etapas, para, só depois, iniciar a realização dos itens das demais questões.

Ressaltamos que esta proposta de atividades é uma compilação das atividades dispostas nos Apêndices A e B, deste trabalho, e tem o propósito de entregar um material mais conciso a você professor(a), que o(a) auxilie no ensino do texto dissertativo-argumento e possa ser inserido no horário normal das aulas de Língua Portuguesa sem comprometer o andamento normal da disciplina.

O tema da redação do Enem 2017 foi: “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”. Nessa edição do exame, 53 candidatos obtiveram nota máxima, 1.000 pontos, e 309.157 tiveram notas zero, em um universo de 4,72 milhões de redações corrigidas (INEP, 2018). A partir dessas informações, disponibilizamos adiante propostas de atividades elaboradas com fundamento na Cartilha do Participante - Redação no Enem 2018, na qual constam redações nota 1.000 do Enem 2017.

Professor(a), as questões seguintes foram elaboradas, com a finalidade de constituir um passo a passo de como o aluno pode estruturar o texto dissertativo-argumentativo com mais facilidade, bem como com propósito de facilitar a replicação desta intervenção pelos colegas docentes.

Assim, selecionamos duas produções de candidatos que atingiram nota máxima no exame para serem trabalhadas em sala de aula, com o objetivo de que os alunos conheçam

e produzam a redação Enem, a partir da realização das seguintes questões com o apoio do professor(a).

A questão 1 é uma atividade de leitura e de reconhecimento, estruturada com base em uma redação nota 1.000 do Enem 2017, foi trabalhada na seguinte ordem e tem como objetivo o/a:

- a) reconhecimento da tese e do primeiro argumento, após explicação pelo professor de como esses itens são cobrados pelo Inep;
- b) discussão em grupo acerca do reconhecimento pelos alunos dos segmentos solicitados;
- c) destaque da tese e do primeiro argumento apresentado pelo escritor na redação trabalhada;
- d) paráfrase da tese e do primeiro argumento;
- e) reconhecimento da progressão e coesão textual;
- f) explicação pelo professor das relações de sentido estabelecidas pelos elos coesivos presentes na tese e no primeiro argumento; e
- g) substituição dos elos coesivos da tese e do primeiro argumento, mantendo-se o sentido do texto estudado.

É imprescindível que o(a) professor(a) atue como mediador, durante a realização de todas as etapas desta questão, a fim de dirimir as dúvidas dos discentes.

1) Leia a redação abaixo e responda as alternativas, a seguir:

Redação de Eduarda Judith Dias Jacome Silva

Após a Segunda Guerra Mundial, a ONU promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual assegura, em plano internacional, a igualdade e a dignidade da pessoa humana. Entretanto, no Brasil, há falhas na aplicação do princípio da isonomia no que tange à inclusão de pessoas com deficiência auditiva. Consequentemente, a formação educacional é comprometida, o que pressupõe uma análise acerca dos entraves que englobam esta problemática.

Em primeiro lugar, cabe pontuar que as instituições de ensino apresentam, em sua maioria, um sistema pouco inclusivo. Embora a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) atenda a Convenção do Direito da Pessoa com Deficiência, realizada em 2006 pela ONU, sua finalidade encontra obstáculos, seja na estrutura escolar vigente, seja na falta de preparo do

corpo docente. Prova disso são as escolas regulares e as universidades que não se adequaram à comunicação em Libras, bem como exames avaliatórios que não garantem tal acessibilidade. Nesse sentido, os surdos recebem uma educação frágil, desigual e excludente.

Além disso, a ineficiente integração no âmbito escolar/acadêmico resulta em efeitos fora dele. Conforme afirmou Aristóteles, é preciso tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida exata de suas desigualdades. Contudo, a instrução de aristotélica não é vista na prática, uma vez que o mercado de trabalho oferece poucas oportunidades, ainda que o deficiente auditivo tenha concluído o ensino superior. Paralelamente a isso, o comportamento contemporâneo, o qual prioriza o individualismo e a competição, intensifica a exclusão visto que a deficiência em questão é alvo de uma visão equivocada de incapacidade funcional. Desse modo, as implicações de uma educação que não se adapta às diferenças são visíveis.

Diante do exposto, faz-se necessária uma complementação nas instituições sociais secundárias a fim de promover uma formação educacional coerente com as leis e as resoluções. Para tanto, o Ministério da Educação deve impor diretrizes de um projeto pedagógico inclusivo, como a obrigatoriedade de aulas de Libras na graduação de professores, bem como cursos para os formados. Ademais, o Estado, através do corpo legislativo, deve propor incentivos fiscais às grandes empresas que instituírem um percentual proporcional na contratação de pessoas com alguma restrição física, incluindo a auditiva. Assim, os direitos básicos inerentes à vida e à liberdade, consagrados na Carta Magna, poderão ser cumpridos.

a) Identifique a tese que a candidata empregou em sua redação e a transcreva abaixo.

DICA: Segundo a Cartilha do Participante, tese “é a ideia que você vai defender no seu texto. Ela deve estar relacionada ao tema e apoiada em argumentos ao longo da redação”.

Professor(a), geralmente, a tese está localizada no primeiro parágrafo da dissertação. Ela pode estar explícita ou implícita. É importante que os alunos percebam isso.

Esperamos que os alunos tenham conseguido identificar a tese utilizada pela candidata. Conforme mencionado, anteriormente, a tese fica localizada no primeiro parágrafo e, nesta redação, é a seguinte: “... no Brasil, há falhas na aplicação do princípio da isonomia no que tange à inclusão de pessoas com deficiência auditiva. Consequentemente, a formação educacional é comprometida, o que pressupõe uma análise acerca dos entraves que englobam esta problemática”.

b) Após a apresentação da tese, a candidata desenvolveu justificativas para comprová-la, ou seja, utilizou argumentos para fundamentar seu ponto de vista e convencer o leitor da redação a aderir a suas ideias. Com base neste enunciado, selecione o primeiro argumento utilizado pela candidata para comprovar que sua tese é consistente e o escreva adiante.

DICA: Para o Inep, argumento é “a justificativa para convencer o leitor a concordar com a tese defendida. Cada argumento deve responder à pergunta ‘por quê?’ em relação à tese defendida.”.

O primeiro argumento empregado pela candidata para apoiar a tese está no segundo parágrafo da redação, a saber: “Em primeiro lugar, cabe pontuar que as instituições de ensino apresentam, em sua maioria, um sistema pouco inclusivo. Embora a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) atenda a Convenção do Direito da Pessoa com Deficiência, realizada em 2006 pela ONU, sua finalidade encontra obstáculos, seja na estrutura escolar vigente, seja na falta de preparo do corpo docente. Prova disso são as escolas regulares e as universidades que não se adequaram à comunicação em Libras, bem como exames avaliatórios que não garantem tal acessibilidade. Nesse sentido, os surdos recebem uma educação frágil, desigual e excludente”.

c) Agora que você já identificou a tese e o primeiro argumento utilizados pela candidata, realize paráfrase desses segmentos.

DICA: Paráfrase é a reescrita de um enunciado, com outras palavras, para explicá-lo melhor ou deixar o conteúdo mais claro, contudo, sem perder sua originalidade conceitual. Em outras palavras, é a reformulação de um texto, trocando as palavras e expressões originais, mas mantendo a ideia central da informação.

d) Após a leitura da redação, você deve ter percebido que o texto apresenta uma estruturação lógica e formal entre as suas partes. Para isso, a candidata utilizou elementos coesivos (preposições, conjunções, advérbios, suas respectivas locuções etc.) para garantir a progressão e a coesão textual. A partir dessas informações e dos conhecimentos adquiridos nos itens anteriores, destaque os elementos coesivos empregados pela candidata, na tese e no primeiro argumento, para articulação entre esses parágrafos e entre as ideias dentro do parágrafo, depois os transcreva abaixo.

DICA: Os conectivos são responsáveis pela coesão do texto, porque estabelecem uma inter-relação entre orações, frases e parágrafos.

Apresentamos, a seguir, alguns elementos coesivos empregados pela candidata na tese (dos, a qual, em, da, entretanto, no, no que tange a, com, conseqüentemente, que, acerca de) e no primeiro argumento (em primeiro lugar, que, de, em, pouco, embora, da, pela, seja... seja, prova disso, e, bem como, tal, nesse sentido).

Professor(a), com o objetivo de ajudá-lo na aplicação destas atividades, apresentamos, a seguir, a análise da tese e do primeiro argumento de uma redação produzida por participante desta pesquisa, na qual detalhamos o método de estruturação desses segmentos, bem como os recursos responsáveis pela coesão e coerência textuais:

A Constituição Brasileira assegura os direitos educacionais de pessoas com deficiências auditivas, desde o governo de Dom Pedro II (1857), onde foi criada a primeira escola de educação para meninos surdos. Entretanto, nos dias atuais, é notório que as instituições de ensino não ofereçam o suporte adequado para esses deficientes. Prova disso, é a falta de profissionais, com conhecimento na área de libras (Linguagem Brasileira de Sinais), logo, a partir disso, se torna frágil o ensino para essas pessoas, assim dificultando a aprendizagem (A1, Anexo D, p. 149).

O primeiro parágrafo é iniciado com tópico frasal do tipo *declaração inicial*, apresenta *desenvolvido por contraste e conclusão*. O tema é abordado de forma completa,

pois o participante fala do direito das pessoas com deficiência auditiva à educação, garantido pela Constituição, assim como de as instituições de ensino não oferecerem um suporte adequado a esse público, estabelecendo, assim, a tese que será detalhada ao longo da redação.

O segundo parágrafo possui tópico frasal do tipo *declaração inicial, desenvolvimento por explicitação e conclusão* com as consequências de uma estrutura de ensino precária para atender as pessoas com deficiência auditiva, o que torna frágil e dificulta a aprendizagem dessas pessoas, isto é, apresenta um argumento bem estruturado sobre a temática. O participante se utiliza de fatos do repertório sociocultural ao mobilizar, de forma produtiva e articulada à discussão, informações de outras áreas do conhecimento para fundamentar seus argumentos, quando articula que os surdos têm direito à educação de qualidade assegurada pela Constituição Brasileira e faz alusão histórica à criação da primeira escola para meninos surdos por Dom Pedro II (1857) (Competência 2).

Identificamos que há, também, nessa redação, repertório diversificado de recursos coesivos que refletem diretamente na coerência do que foi dito.

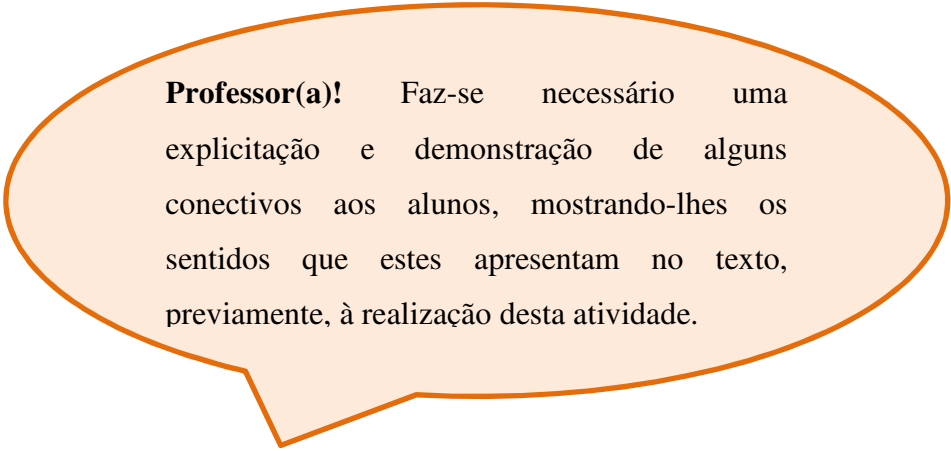
No primeiro parágrafo, o participante faz uso de diferentes conectores: “desde” (advérbio), “onde” (advérbio), “para” (preposição), “entretanto” (conjunção) etc., recursos da conexão que indicam os encadeamentos entre orações e termos de orações. Do mesmo modo, realiza o movimento de retomada de “pessoas com deficiências auditivas”, utilizando a expressão “esses deficientes”.

No segundo parágrafo, inicia com a expressão “prova disso” (locução adverbial) que estabelece a articulação entre os parágrafos e contribui para progressão temática ao introduzir um elemento novo “a falta de profissionais, com conhecimento na área de libras (Linguagem Brasileira de Sinais)”, estando, desse modo, em estreita relação de continuidade, de associação com outros anteriormente introduzidos.

O participante usa, também, diversos conectores para estabelecer as relações sintático-semânticas nesse segmento, tais como: “logo”, “a partir disso”, “para essas pessoas” e “assim”. É relevante destacar que a expressão “para essas pessoas” contribui tanto para coesão intraparafrafal quanto para a interparafrafal, além de formar a cadeia coesiva (“pessoas com deficiências auditivas”, “surdos”, “esses deficientes” e “para essas pessoas”), constituída por meio da utilização do recurso da substituição lexical, que marca o processo de manutenção da continuidade temática e da progressão semântica, sendo responsável pela coerência da redação.

Diante disso, constatamos que existe articulação entre os parágrafos (“prova disso”, “para essas pessoas”) e entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (1º parágrafo: “desde”, “onde”, “para”, “entretanto”, “esses deficientes”; 2º parágrafo: “logo”, “a partir disso”, “para”, “assim”).

e) Reescreva os dois primeiros parágrafos da redação acima, substituindo os elementos coesivos por outros, de modo que o sentido do texto seja mantido.



Professor(a)! Faz-se necessário uma explicitação e demonstração de alguns conectivos aos alunos, mostrando-lhes os sentidos que estes apresentam no texto, previamente, à realização desta atividade.

Caro(a) docente, é importante que os alunos compreendam que temos possibilidade de usar várias palavras dizer a mesma coisa, mantendo sentido do texto. Dessa forma, demonstramos adiante uma expectativa de resposta para esse item:

Depois da Segunda Guerra Mundial, a ONU promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual assegura, em plano internacional, a igualdade e a dignidade da pessoa humana. Contudo, no Brasil, há falhas na aplicação do princípio da isonomia no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência auditiva. Em decorrência disso, a formação educacional é comprometida, o que pressupõe uma análise sobre os entraves que englobam esta problemática.

Primeiramente, cabe pontuar que as instituições de ensino apresentam, em sua maioria, um sistema pouco inclusivo. Em que pese a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) atenda a Convenção do Direito da Pessoa com Deficiência, realizada em 2006 pela ONU, sua finalidade encontra obstáculos, quer na estrutura escolar vigente, quer na falta de preparo do corpo docente. Prova disso são as escolas regulares e as universidades que não se adequaram

à comunicação em Libras, assim como exames avaliatórios que não garantem tal acessibilidade. Nesse contexto, os surdos recebem uma educação frágil, desigual e excludente.

A questão 2 é uma atividade de leitura e escrita, estruturada com base em uma outra redação nota 1.000 do Enem 2017, e foi executada seguindo os passos adiante:

- a) leitura da redação nota 1.000 do Enem 2017;
- b) elaboração da tese e de um argumento sobre o tema da redação Enem 2017;
- c) solicitação para os alunos, em duplas, trocarem os textos e apresentarem considerações sobre a correção de eventuais desvios;
- d) reescrita da tese e do primeiro argumento, considerando os ajustes sugeridos pelo colega;
- e) escrita de mais um parágrafo de argumentação e um de conclusão para a redação do aluno;
- f) os alunos foram divididos novamente em duplas, com formação diferente da divisão anterior, e um revisou a redação do outro, com a mediação do professor, em seguida realizaram a produção inicial Enem 2017;
- g) o professor fez a correção dos textos, entregou-os aos alunos e apresentou, em *datashow*, duas redações bem elaboradas da produção inicial Enem 2017, fazendo intervenções nos textos em conjunto com os alunos; e
- h) os estudantes realizaram a produção final Enem 2017.

2) Leia a seguinte redação e responda ao que se pede.

Redação de João Pedro Fidelis Belluzo

Na antiga pólis de Esparta, havia a prática da eugenia, ou seja, a segregação dos denominados “imperfeitos”, como, por exemplo, os deficientes. Passados 2000 anos, o preconceito contra esse grupo ainda prevalece socialmente e afeta, principalmente, a área da educação. Nesse contexto, os surdos são grandes vítimas da exclusão no processo de formação educacional, o que traz desafios e a busca por autonomia e pela participação de pessoas com essa deficiência no espaço escolar brasileiro.

Para o filósofo francês Voltaire, a lei essencial para a prática da igualdade é a tolerância. Porém, nas escolas, onde as diferenças aparecem, essa característica não se concretiza. Nesse ambiente, a surdez se torna motivo para discriminação e para o bullying,

contrariando o objetivo da educação de elevar e emancipar o indivíduo, como defende o sociólogo Paulo Freire, idealizador da educação brasileira. Dessa forma, os surdos, segregados, encontram um alicerce frágil, para alcançar o desenvolvimento de seus talentos e habilidades.

Além disso, nota-se que as instituições escolares não oferecem suporte adequado para os deficientes auditivos. Com isso, a independência e a participação desses indivíduos são comprometidas, o que acentua as desigualdades. Essa ideia se torna paradoxal quando comparada à Declaração Universal dos Direitos Humanos e à Constituição Federal (1988), documentos de alta hierarquia, comprovando a necessidade de incluir e assistir a população surda nos processos educacionais brasileiros.

Portanto, conclui-se que deve-se tomar medidas que incluam os surdos na educação, assegurando o desenvolvimento desse grupo. As escolas devem, então, promover a assistência a esses deficientes, por meio da disponibilização de voluntários que dominem a linguagem de Libras, principal forma de comunicação da população surda, com o objetivo de inserir as pessoas com essa deficiência nas salas de aula, facilitando também o aprendizado. A mídia deve, ainda, mostrar, com exemplos, a igualdade que deve prevalecer no ambiente escolar, acabando com o preconceito e com o bullying. Com essas medidas, a eugenia social será minimizada e os deficientes auditivos serão incluídos nos processos educacionais brasileiros.

a) Com base nos conhecimentos que você adquiriu na atividade anterior, elabore uma tese e um argumento bem desenvolvido sobre o tema “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”. Lembre-se que você precisa organizar suas ideias e escrever uma primeira versão do texto em outra folha, antes de transcrevê-lo aqui.

DICA: Para a realização dessa tarefa, você deve utilizar recursos para convencer o leitor, tais como: exemplos; dados estatísticos; pesquisas; fatos comprovados; citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto; pequenas narrativas ilustrativas; alusões históricas; e comparações entre fatos, situações, épocas ou lugares distintos.

Professor(a), apresentamos mais uma redação bem estruturada, na fase de intervenção deste trabalho, que atende aos requisitos esperados pelo Enem em relação à elaboração da tese e do primeiro argumento:

No Brasil, encontramos vários desafios que envolvem a formação do cidadão, em especial, dos surdos. Sendo assim, há grande dificuldade de fornecer educação para os surdos, tendo em vista que o país não tem uma política educacional voltada aos deficientes auditivos como prioridade. Logo, cabe ao governo ofertar uma educação inclusiva para esse público.

Nesse contexto, os surdos no Brasil só começaram a ter uma educação inclusiva no governo de Dom Pedro II no Rio de Janeiro, na antiga capital brasileira. Atualmente a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é reconhecida como segunda língua oficial do Estado. Comprovando assim, que a população surda deve ser acompanhada no processo educacional do país (A22, Anexo D, p. 153).

O primeiro parágrafo é iniciado com tópico frasal do tipo *declaração inicial*, apresenta desenvolvido *por explicitação e conclusão*. O tema é abordado de forma completa, pois o participante menciona os desafios que envolvem a formação dos surdos e a dificuldade de se fornecer uma educação para essas pessoas, uma vez que não há no país uma política educacional direcionada aos deficientes auditivos como prioridade. Por último, dispõe sobre a responsabilidade do governo em ofertar uma educação inclusiva para esse público, expondo a tese que será defendida ao longo da redação.

O segundo parágrafo possui tópico frasal do tipo *alusão histórica*, desenvolvimento *por explicitação e conclusão*, o que aborda a trajetória educacional dos surdos no Brasil que começaram a ter acesso à educação no governo de Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, na antiga capital brasileira, assim como informa o fato de a Língua Brasileira de Sinais (Libras) ser reconhecida como segunda língua oficial do Estado e da necessidade de a população surda ser acompanhada no processo educacional do país, em outras palavras, apresenta um argumento bem estruturado sobre a temática.

Dessa forma, o participante se utiliza de fatos do repertório sociocultural ao mobilizar, de forma produtiva e articulada à discussão, informações de outras áreas do conhecimento para fundamentar seus argumentos, quando faz referência à criação da primeira escola para meninos surdos por Dom Pedro II e que o governo deve disponibilizar uma política educacional inclusiva para os deficientes auditivos com acompanhamento do processo

d) Realize a produção final de sua redação, a partir dos parágrafos produzidos anteriormente. Antes de escrevê-la, faça mais uma leitura atenta, a fim de verificar se seu texto está coerente e se os elementos coesivos foram empregados adequadamente.

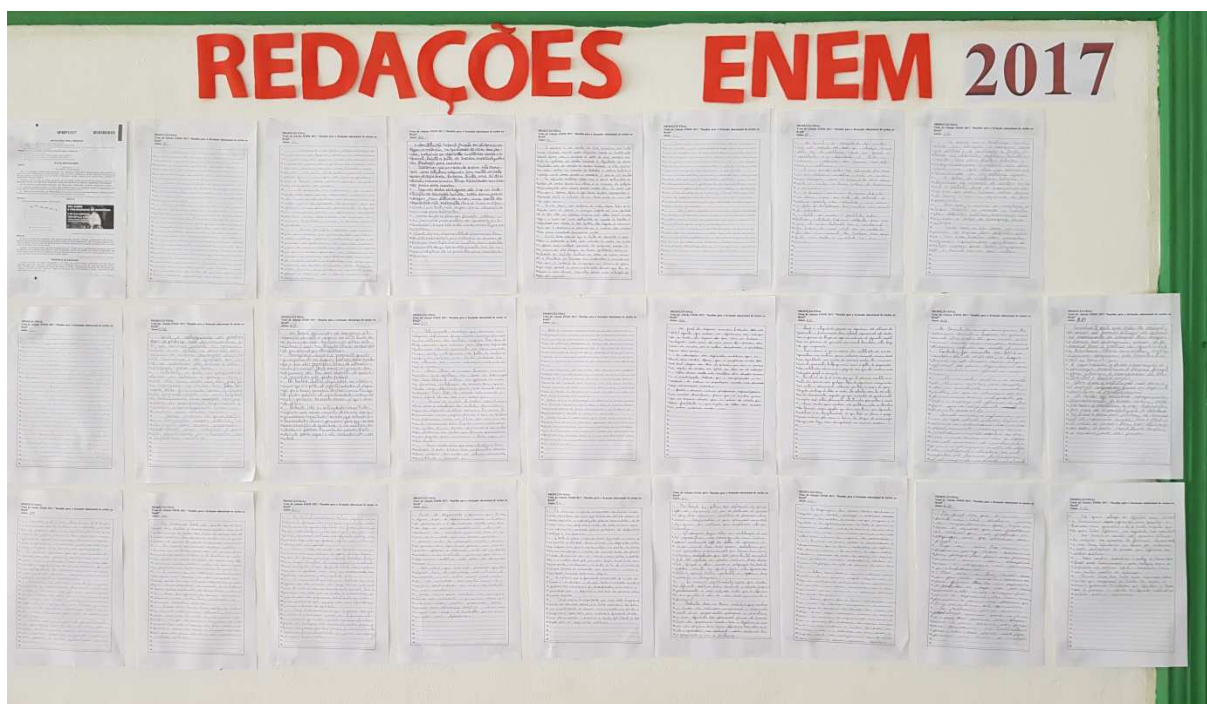


Professor(a), estamos chegando ao final das oficinas de redação, desse modo, é importante que os alunos recebam um retorno sobre a escrita da primeira versão da redação antes de realizarem a produção final. Assim, sugerimos que faça a correção da primeira versão da redação e, se possível, apresente em *datashow*, duas redações bem estruturadas, fazendo comentários sobre a correção. Essa ação ajudará o aluno a melhorar sua redação e criar o hábito de revisar bem seu texto antes da escrita da versão final.

Tema da redação ENEM 2017: “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Professor(a), após a correção da versão final da redação, é pertinente que seja realizada a leitura dos textos em sala e juntos reflitam sobre o processo de escrita do texto dissertativo-argumentativo, sua importância para o ingresso no Ensino Superior e para o posicionamento, de forma consciente, nas mais variadas situações de comunicação, sejam elas orais ou escritas. Além disso, exponha os textos em um mural na escola, com o propósito de dar publicidade às redações produzidas e incentivar os demais alunos da escola, que irão prestar o Enem, a também treinarem a escrita do texto dissertativo-argumentativo.



Professor(a), ressaltamos que trabalhamos a redação Enem como um todo, assim os participantes produziram redações completas, com no mínimo quatro parágrafos, obedecendo à estrutura cobrada pelo Inep (Tema → Tese → Argumentos → Proposta de Intervenção), conforme pudemos perceber nas atividades aqui dispostas, contudo apenas a tese e o primeiro argumento foram objeto de estudo nesta pesquisa.

Queremos, também, enfatizar que a exposição das redações no mural da escola foi relevante e gratificante, tanto para nós quanto para os alunos, pois, foi uma forma de reconhecimento e prestígio dedicados às redações produzidas pelos participantes da pesquisa, assim como serviu de exemplo para os alunos que estavam no último ano do Ensino Médio e iriam prestar o Enem, a treinarem a escrita do texto dissertativo-argumentativo.

Ressaltamos, ainda, que após a conclusão das 25 horas-aula de nossa intervenção, tivemos um momento de confraternização, no qual exibimos um vídeo elaborado com fotos tiradas no curso das oficinas e colocamos um som com uma seleção de músicas, a fim de agradecer a participação dos alunos.

6 PALAVRAS FINAIS

Denotando a necessidade de se colocar a questão em pauta, somos conscientes que os problemas atribuídos à atividade de produção textual são inúmeros e o gênero em discussão recebe ainda várias críticas, contudo esperamos que esta atividade de intervenção possibilite que os alunos reconheçam a tese e o primeiro argumento de redações nota 1.000, assim como consigam estruturar textos coerentes e coesos que lhes propiciarão o aprendizado de produzir a Redação Enem e, com isso, alcançar seus sonhos e objetivos.

Diante disso, almejamos que este manual didático forneça orientações aos professores da educação básica sobre como trabalhar a escrita da tese e do primeiro argumento do texto dissertativo-argumentativo, preparando os alunos para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), uma vez que é notória a carência de material específico para esse fim na rede pública de ensino.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. São Paulo: Parábola, 2013.

ANTUNES, I. **Textualidade: noções básicas e implicações pedagógicas**. São Paulo: Parábola, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 06 fev. 2019.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM)**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Básica, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso em: 06 fev. 2019.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 26. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Redação no Enem 2018** – Cartilha do participante. Brasília, DF, 2018.

KOCH, I. V. **O texto e a construção de sentidos**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Escrever e Argumentar**. São Paulo: Contexto, 2017.

SOARES, M. B.; CAMPOS, E. N. **Técnica de redação: as articulações linguísticas como técnica de pensamento**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1982.

ANEXO A – PARTICIPANTES QUE NÃO ELABORARAM A TESE E UM ARGUMENTO NA PRODUÇÃO INICIAL ENEM 2016

- A5

Atualmente, a religião tem sido o fator determinante para o surgimento de conflitos por todo o mundo, cumprindo assim um papel muito diferente de sua real finalidade. Os grandes motivos para isso são as culturas e as leis de alguns países. Ambas desrespeitam a diversidade religiosa.

Não é comum acompanharmos na mídia notícias sobre conflitos religiosos no Brasil. Isso se dá pelo fato Estado ser laico, permitindo assim que cada cidadão se sinta à vontade para escolher ou não uma religião a seguir. O mesmo não ocorre por exemplo em alguns países asiáticos que seguem uma única religião, banindo os cidadãos direito a liberdade religiosa.

- A9

O Brasil é um país laico, não possui uma religião oficial, por conta disso as pessoas têm liberdade de crenças religiosas. Porém, na prática as pessoas não têm a sua religião respeitada. Pois são alvo de intolerância religiosa.

Vale ressaltar que a intolerância religiosa é um problema desde o século passado no Brasil e muitos sofrem por conta disso principalmente os nativos e os africanos e ainda sofre esse preconceito religioso no Brasil atual por conta da religião e até mesmo em alguns casos sofrem agressão física e verbal.

- A11

De acordo com a Constituição Federal, o Brasil é um país de Estado laico, isso significa que não pode exercer uma religião para todo o Brasil e a sociedade tem o direito de exercer qualquer religião ou crença.

A intolerância religiosa é um problema existente no Brasil desde séculos passados. Que começou desde a colonização, quando os portugueses vieram para o Brasil trazendo os padres jesuitas que vieram para catequizar os índios, e suprimir a religião que eles seguiam que era a “Exaltação da Natureza”.

- A14

O Brasil é um país onde há vários tipos de religiões, mas existe a falta de respeito em relação a esse assunto, sendo constantes os casos de violação a intolerância religiosa. Assim, a liberdade religiosa das pessoas não é respeitada.

A religião Afro-brasileira é a que mais sofre com a intolerância religiosa, tendo uma porcentagem alta de denúncias feitas contra a discriminação, sendo elas físicas ou orais. Desde a colonização os seus fieis vem sofrendo problemas que afetam naquilo em que acreditam.

- A16

É preciso muito tempo para isso acabar? com a intolerância religiosa no Brasil, são casos todos os dias em diferentes lugares, não importa onde, no Brasil é onde ocorre mais casos como esses. a mais afetadas são as afro-brasileiras que é uma das mais populares no Brasil.

as imposições religiosas no Brasil se iniciou no periodo da colonização, onde os padres jesuítas trazidos pelos portugueses para catequizar os índios e os africanos que também foram trazidos como escravos.

- A18

As principais religiões afro-brasileiras são denúncias por religião tendo em vista a intolerancia religiosa. Segundo a constituição federal o Brasil e um país laico.

Em primeiro lugar, a catequização do índio e do negro foi e está sendo para a intolerância branco com uma visão etnocêntrica impôs novas tradições a um povo que já trazia consigo uma identidade.

- A22

Nossa Constituição Federal, nós assegura a livre liberdade de expressar-se através de uma cerimônia ou culto religioso. Muitas pessoas são proibidas de exercer suas praticas religiosas, ato visto desde a colonização do Estado Brasileiro. Esses atos devem ser aprandidos de nossa sociedade.

Todavia, o Brasil é um país laico, o qual o Estado afirma que todo cidadão tem o direito de crença religiosa. Ser contrário a tal coisa é um direito como liberdade de expressão, mas porém, não deve ser tomadas atitudes que desrespeite a pessoa, como

agressões, ofensas verbais ou física, ser tratada com indiferença, etc. Dessa maneira, percebemos a falta de intolerância, ainda praticada por pessoas de baixo caráter.

- A23

A intolerancia religiosa acontece desde a muito tempo, desde a colonização do Brasil, quando os portugueses tentaram impor o catolicismo aos africanos e tambem aos indios, onde eles era vitima de violencia e eles não podia praticar seus cultos religiosos.

O Brasil ele é um estado laico, mais a religião estão cada vez mais sendo vitima de descriminação que em muitos casos são vitimas de violencia física como tambem verbal.

- A27

O Brasil e numeras de pessoas que ainda sofre perseguições na religiosas e varias expressivo, é as religião Brasileira e as pricipais vitimas, deste necessário ao rescende o debate afim e diminuir e extinguir as pratica desse crime.

A liberdade de crença religiosa e um direito do cidadão a qual o brasil garantiu proteção para que individuo pratica a sua cresça em vítima dicreminações. O Brasil e um pais laico, e ele formado por um padrão religiosa (catolica ou evangelica) é pessoas que ainda fogem desses padrões de discriminações, que pode varia de isolamento social a violencia física, na chegada ao brasil no seculo XIV sendo assim é fundamento a discursões para encontra meios para combater e prevenir a mentalidade retrogrado e preconceituoso predominante no brasil.

- A28

O Brasil é um país formado pela união de vários povos com isso, existem várias formas de manifestações religiosas na país, as quais têm a liberdade de expressão garantida pela Constituição Federal. Porém, o direito de cada pessoa exercer a religião que escolher não é respeitado, pois ha varios casos de intolerância religiosa na sociedade brasileira crime que deve ser combatido e repudiado por todos.

Na critica que ser religiosa era fora muito individuo como assim no país que não em religião do Brasil.

- A32

O Brasil foi formado pela união de diversas bases étnicas e cultural. Segundo a atual Constituição Federal, o Brasil é um país laico, ou seja, a sociedade possui o direitos de exercer qualquer religião, crença ou culto. Assim, diversas medidas precisam ser tomadas para tentar combater a intolerância religiosa no Brasil.

Desde os séculos passado, é notório a presença da intolerância na sociedade brasileira. Quando os portugueses vinheram para colonizar o Brasil, trouxeram também os padres jesuítas para catequizar os índios, assim, obrigando os índios a deixarem sua cultura para seguir catolicismo, sendo obrigados de forma rigorosa.

- A34

De acordo com a Constituição o Brasil é um país de acordo o laíco, que seja as pessoas que estão inseridas de religião entre cidadão. Entretanto o Brasil é formado por varios regiões inseridas possui a sociedade possuem a liberdade faz com que essas religiões sejam as mais afetadas pela intolerância atualmente e tem varios casos de preconceito religiosa. algumas religiões e sofrem perseguições sobre elas.

O Brasil é um país formado pela união de diversas bases étnicas e culturais e é um país consequentemente estão presentes em seu território varios religiões.

ANEXO B – PARTICIPANTES QUE ELABORARAM A TESE E UM ARGUMENTO NA PRODUÇÃO INICIAL ENEM 2016

- A1

De acordo com a Constituição Federal, o Brasil é um país laico, ou seja, as pessoas que estão inseridas na sociedade possuem o direito de exercer qualquer tipo de religião. Entretanto, devido a certos tipos de ideologias, algumas religiões sofrem perseguições. Devido a essa dura realidade, medidas devem ser tomadas para combater a intolerância religiosa no país.

De fato, esse é um problema existente no Brasil, desde a chegada dos Portugueses, na época da colonização, os quais trouxeram representantes do catolicismo com a missão de catequizar os nativos, fazendo com que eles deixassem de praticar seus cultos em exaltação da natureza.

- A3

A atual Constituição Cidadã assegura que, no Brasil há total liberdade de crença religiosa a qualquer pessoa, a Constituição também garante proteção e respeito a qualquer manifestação religiosa. Entretanto, essa liberdade religiosa não faz com que o país seja respeitoso com as diferentes religiões.

Concomitantemente, o histórico brasileiro influencia muito nessa questão, pois a colonização portuguesa catequizou os índios que habitavam neste território de acordo com a religião europeia da época, a Católica. Com a chegada dos navios negreiros houve grande repressão, pois os africanos escravizados também foram impedidos de praticar suas manifestações religiosas. Até os tempos atuais, nota-se que a intolerância religiosa vem se “naturalizando”, fazendo com que instituições públicas e privadas tomem iniciativa de solucionar e reverter esse crime inafiançável.

- A4

O Brasil é um país considerado laico, ou seja não possui uma religião oficial. Desse modo, podemos exercer qualquer tipo de religião sabendo que a intolerância religiosa existe desde a colonização do Brasil. Nós sabemos que isso é um crime, que não pode ser tolerado e sim combatido para o bem estar de uma sociedade.

Nos séculos passados já existiam esse tipo de preconceito. Onde houve a chegada dos padres jesuítas, os quais tiraram a liberdade dos índios seguirem sua crença, e de uma

forma violenta, eles foram forçados a seguir o catolicismo, o que não foi diferente com os africanos, eles foram proibidos de praticar sua religião. Atualmente existe uma lei que promete proteger a sociedade, para que todos possam realizar seus cultos, sem que alguém apareça para impedir ou perturbar. Essa lei é a de artigo número 208, sua pena leva detenção de um mês a um ano, ou pode ser somente uma multa.

- A6

Sendo o Brasil um país de estado laico, ou seja, todos nós podemos escolher qualquer religião. E mesmo que possamos escolher qualquer religião, nem todas as pessoas irão respeitar as diferentes escolhas de crença religiosa.

A intolerância religiosa é algo que está em nosso país desde a colonização. Os católicos eram levados para ensinar aos índios sua religião que é o catolicismo a religião da qual predominava na Europa. Os índios que aqui estavam aqui teve sua religião impedida de ser praticada, e quando tentavam praticar eram punidos severamente pelos portugueses.

- A10

Considerado um país laico, o Brasil possui um conjunto de leis Constitucionais Federais, que tem como função principal proteger e assegurar os direitos fundamentais dos cidadãos. Porém, existe discriminação e intolerância religiosa, que dever ser alvo de medidas precisas para combater esse tipo de crime.

Sendo assim, desde a colonização do Brasil, aos dias atuais, esse problema se agrava de forma preocupante. Sempre existiu uma barreira em relação as demais religiões, mas que no fato histórico era predominante a Afro-brasileira entre os africanos que logo foi banida com a chegada dos Europeus, sendo adotado o catolicismo, religião que possui outras crenças, origens e costumes.

- A15

Segundo a Constituição Federal, o Brasil é um país laico, desse modo a sociedade tem o direito de exercer livremente suas religiões. Com todo, essa liberdade religiosa não é respeitada, tendo em vista a intolerância religiosa está fortemente enraizada em nossa sociedade.

Nesse contexto, vale dizer que a intolerância religiosa é um problema no país desde os séculos passado com a chegada das caravelas portuguesas que nele tinha trazendo os

padres jesuitas os índios perderam a sua crença a principal religiões afro-brasileiras são as que sofrem discriminação, ou seja são alvos de intolerancia religiosa.

- A17

No Brasil todo cidadão tem o direito de segui a religião ou crença que quiser. No entanto essa liberdade religiosa é atingida pelo preconceito e a intolerância que está presente na sociedade.

A pesa de que a intolerância religiosa é algo comum hoje em dia, ela vem acontecendo desde a chegada dos portugueses no Brasil, com a escravização dos índios e negros que eram obrigados a deixar de seguir suas crenças para seguir o catolicismo.

- A19

O Brasil é um país laico, ou seja, a sociedade tem o direito de seguir qualquer religião, segundo a Constituição Brasileira, mas sabemos que essa liberdade não funciona como deveria, principalmente para os seguidores da religião afro-brasileiras que são as principais vítimas de discriminação no país.

A intolerancia religiosa é um problema existente no Brasil desde seculos passados. Isso acontece desde a chegada dos portugueses, que trouxeram padres jesuitas, os índios perderam sua liberdade e foram obrigados a se converter ao catolicismo.

- A20

No Brasil há problemas agravantes e um deles é a intolerância religiosa, apesar do País ser um estado laico e ter base diversificado de culturas e etnias, não impede o preconceito que está enraizado na população, entretanto o direito que a constituição cidadã nos oferece, de exercer qualquer tipo de religião, de nada adianta enquanto a falta de respeito estiver empregnada na sociedade.

Este preconceito com religiões não é nada recente, isso acontece desde a colonização europeia, quando os índios foram catequizados pelos padres vindos de Portugal, tendo sua religião suprimida. Negros vindos da África feitos de escravos aqui, também foram proibidos de exercerem seus cultos religiosos sendo punidos severamente se não obedecessem as ordens.

- A24

O Brasil foi e é considerado um país de Estado laico, ou seja temos o direito de seguir qualquer religião, crença ou culto, entretanto não é isso que acontece, pois se seguimos algo diferente do que a sociedade acha padrão, somos duramente criticado, pois é notório o crescimento do preconceito, é difícil aceita o diferente.

A intolerância religiosa é um conjunto de ideologias, atitudes ofensivas à diferentes crenças e religiões. Em casos extremos esse tipo de intolerância torna-se perseguição, sendo definida como um crime de ódio que fere a liberdade para seguir sua religião. A perseguição religiosa é de extrema gravidade e costuma ser caracterizado pela ofensa, discriminação e até mesmo ato de violência física e moral.

ANEXO C – PARTICIPANTES QUE NÃO ELABORARAM A TESE E UM ARGUMENTO NA PRODUÇÃO FINAL ENEM 2017

- A18

No Brasil, os surdos começaram ter educação durante o Império, no governo de Dom Pedro II, que criou a primeira escola para surdos, meninos podiam estudar na escola funcional.

Contudo, foi somente em 2002 a sanção da lei nº 10.436, a Língua Brasileira de Sinais mais oficial no país. Legislação acabou publico em geral a empresas.

- A27

A Organização das Nações Unidas (ONU), após a segunda guerra mundial promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos em que assegura a dignidade e igualdade, quando se trata de pessoas com deficiência auditiva contudo, no brasil, a educação dessas pessoas vem sendo comprometida, pressupõe uma análise entraves que englobam esta problemática.

A sende se torna motivo de preconceituoso a desgrimações que se torna contraslitiva os objetivos da Educação embora a lei brasileira de Inglusão (LBI) atendo a convenção do direito da pessoa com deficiente sua finalidade encontra obstacolos, a estrutura escolar vietas na falta de preparo do corpo docenti.

- A28

Na qual em que o surdos no Brasil são tão dificio para ser respeitada que hoje em dia os surdos que tem problema de audisão que os padrões despreza não que arrumar emprego .

Hoje em dia ta muito dificio para nois arruma emprego, tão fais um pessoa normal como um deficiente mais a preferencia são mais para o deficiente.

- A34

Socialmente afeta uma área da educação e os surdos são grandes vítima da exclusão no procedimento da educação trás desafios e busca por autonomia maior. A lei essencial para a prática da igualdade é a tolerância. Porem nas escolas onde as diferenças aparecem, essa característica não se concretizar.

E essas medidas se elevar e emancipar o sociólogo, encontram o alicerce frágil, para alcançar o desempenho de seus talentos e habilidades. Além disso, a instituição não oferece o suporte adequado para os deficientes auditivo a participação.

ANEXO D – PARTICIPANTES QUE ELABORARAM A TESE E UM ARGUMENTO NA PRODUÇÃO FINAL ENEM 2017

- A1

A Constituição Brasileira assegura os direitos educacionais de pessoas com deficiências auditivas, desde o governo de Dom Pedro II (1857), onde foi criada a primeira escola de educação para meninos surdos. Entretanto, nos dias atuais, é notório que as instituições de ensino não ofereçam o suporte adequado para esses deficientes.

Prova disso, é a falta de profissionais, com conhecimento na área de libras (Linguagem Brasileira de Sinais), logo, a partir disso, se torna frágil o ensino para essas pessoas, assim dificultando a aprendizagem.

- A3

Antigamente, na Grécia Antiga, especificamente, a cidade de Esparta, mostrou-se extremamente intolerante com pequenos corpos de crianças com imperfeições, tornando a prática da eugenia cada vez mais comum naquela época. Passados mais de dois mil anos desta prática sombria, é inaceitável que em um país tão rico e grandioso como o Brasil ainda existam falhas no sistema educacional de surdos.

O preconceito e a intolerância que a sociedade tem para com os deficientes auditivos ainda é um grande problema nas escolas. Convém ressaltar que a má qualidade de formação dos profissionais é um fator de precariedade no Brasil. Em consequência disso, os deficientes auditivos encontram várias dificuldades na inserção no mercado de trabalho, devido à precária educação recebida.

- A4

A Constituição Federal propõe, em diversos artigos, a melhoria na qualidade de vida das pessoas, incluindo os deficientes auditivos. Porém no Brasil, existe a falta de escolas especializadas na educação para surdos.

Sabemos que as redes de ensino, não possuem uma estrutura adequada para manter os portadores de deficiência. Embora exista uma lei de inclusão, mesmo assim temos dificuldades nas áreas de ensino para surdos.

- A5

A educação é um direito de todo cidadão brasileiro, isso inclui uma educação especial para deficientes. Embora a Constituição Federal afirme isso, é consenso a falta de uma educação especial de qualidade em escala nacional. A dificuldade de pessoas deficientes, como por exemplo, os surdos, iniciarem a vida escolar ou serem aceitos no mercado de trabalho é enorme. Contudo, a inclusão social dessas pessoas é necessária e precisa ser discutida.

Os deficientes auditivos sofrem com a pouca oportunidade em escolas de ensino básico. Um motivo é a escassez de profissionais adequados para educar pessoas surdas. Além do pouco incentivo que o governo oferece, o que torna escolas despreparadas e tornando difícil a inclusão de um aluno surdo em uma sala de aula comum.

- A6

Funcionando conforme a primeira lei de Newton, a lei da Inércia, a qual afirma que o corpo tende a permanecer o seu movimento até que uma força suficiente atue sobre ele mudando o percurso. No Brasil, há falhas na educação de pessoas com deficiência auditiva, a formação educacional dessas pessoas é comprometida, e quando tentam arrumar um emprego torna-se bem mais difícil.

Nesse contexto, as escolas brasileiras não oferecem ensino adequado para os deficientes auditivos. Com isso, a independência e a participação desses indivíduos na sociedade é comprometida. Assim, a surdez se torna motivo de discriminação e bullying. Atualmente, segundo dados do governo diminuiu o número de matrículas de surdos nas escolas, fato que não devia acontecer, pois deveria existir igualdade.

- A9

No Brasil, a comunidade dos surdos não são incluído na área da educação embora exista leis da Constituição Federal que garante a igualdade e dignidade de todas as pessoas, inclusive das pessoas com deficiência auditiva.

A uma grande falha na educação das pessoas com deficiência auditiva, pois as escolas não conseguem suprir a necessidade desses alunos, onde a surdez se torna motivo de discriminação e preconceito.

- A10

De acordo com a Constituição Federal, o estado tem obrigação de assegurar educação pública e de qualidade a todos, incluindo os deficientes auditivos. Contudo, os surdos têm seus direitos violados e negligenciados, isso é notório nos dias atuais, mas que deve solucionado, considerando ser um problema grave.

A falta de assistência, inclusão e formação na educação de surdos no Brasil é existente desde o imperialismo, época em que povos lutavam sobre o domínio de terras e vem se agravando de forma preocupante.

- A11

Durante o império, no governo de Dom Pedro II, foi quando os meninos deficientes auditivos começaram a ter acesso a educação que antes não tinha, isso aconteceu no dia 26 de setembro de 1857, na antiga capital do país que era o Rio de Janeiro.

Contudo, hoje já existe um Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como segunda língua oficial no país em 2002, por meio da sanção da Lei nº 10.436. Além disso, conseguimos notar que as instituições escolares não oferecem suporte adequado para os deficientes auditivos, so que graças a essa lei o governo tem que garantir formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão de libras como meio de comunicação objetiva.

- A14

Antigamente, crianças que nasciam com alguma deficiência física, como surdez, passavam a ser vítimas da prática de eugenia. Nos dias de hoje, as pessoas que nascem com alguma deficiência, continuam sofrendo preconceito na sociedade, o que acaba interferindo na falta de escolas apropriadas. Contudo, essa triste realidade deve ser alterada com uma educação inclusiva para os surdos.

Anos atrás, os surdos tiveram acesso à escola, isso aconteceu na época do Império, quando Dom Pedro II estava no governo, criando a primeira instituição de ensino para quem tinha deficiência, porém, era somente para meninos. Esse tipo de ensino educacional é bem difícil de ser visto em nosso país.

- A15

Após a segunda guerra mundial, a ONU promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos que estabelece a igualdade e isonomia de tratamento a todas as pessoas, inclusive as com deficiência. Entretanto, no Brasil, há falha na aplicação do princípio da isonomia no que tange à inclusão de pessoas com deficiência auditiva. Dessa maneira, a formação educacional dos surdos é comprometida, o que pressupõe uma análise acerca dos entraves que englobam esta problemática.

Cabe pontuar que as instituições educacionais apresentam, em sua maioria, um sistema pouco inclusivo, embora a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) estabeleça o direito da convenção das pessoas com deficiência, a estrutura escolar vigente se mostra ineficiente, o que abrange a falta de preparo do corpo docente não capacitado para ensinar os surdos.

- A16

No final do imperio romano, (século XV, em 1453) aquele que nascer com deficiência era sentenciado a morte. eles diziam que Deus as tinham castigado pelos erros de seus pais, da mesma maneira os surdos, por os outros descobrirem o problema depois deles crescer.

A educação dos deficientes auditivos aqui no Brasil, veio existir depois que o professor surdo Eduard Cruet chegou no Rio de Janeiro, que teve a primeira escola de surdos, em 1857 no dia 26 de setembro.

- A17

Desde a antiguidade, pessoas com deficiência são vítimas de preconceito e discriminação. Essa realidade repreensível não mudou com o passar do tempo, ou seja, a exclusão de deficientes auditivos no processo de formação educacional brasileira esta longe de ser superada.

Prova disso é que a maioria das instituições de ensino apresentam um sistema pouco inclusivo, causando assim, diversas dificuldades aos surdos no convívio escolar. Há inúmeros casos de preconceito, bullying, assim como a falta de preparação das instituições educacionais, fazendo com que eles recebam uma educação frágil e desigual.

- A19

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, há 45 milhões de indivíduos portadores de alguma deficiência no país. Entretanto, no Brasil, há falhas na inclusão de pessoas com deficiência auditiva, consequentemente, os surdos tem a formação educacional comprometida, o que traz desafios e a busca por autonomia.

É possível afirmar que as instituições de ensino, em sua maioria, apresentam sistema pouco inclusivo. Prova disso são as escolas regulares e as universidades que não se adequam à comunicação em libras. Com isso, os surdos recebem uma educação frágil, desigual e excludente.

- A20

Na Constituição Federal está previsto que os brasileiros têm direitos e deveres, mas acontece uma grande falha quando se trata de direitos de pessoas com deficiência auditiva. Uma vez que os surdos são as grandes vítimas do processo de exclusão na formação educacional.

As pessoas que possuem problema auditivo deveriam ser acolhidas, porém isso não acontece, principalmente, nas escolas. Embora a lei brasileira de inclusão atenda ao acordo do direito da pessoa com deficiência, a surdez ainda é motivo de discriminação e preconceito em todos os âmbitos da sociedade.

- A22

No Brasil, encontramos vários desafios que envolvem a formação do cidadão, em especial, dos surdos. Sendo assim, há grande dificuldade de fornecer educação para os surdos, tendo em vista que o país não tem uma política educacional voltada aos deficientes auditivos como prioridade. Logo, cabe ao governo ofertar uma educação inclusiva para esse público.

Nesse contexto, os surdos no Brasil só começaram a ter uma educação inclusiva no governo de Dom Pedro II no Rio de Janeiro, na antiga capital brasileira. Atualmente a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é reconhecida como segunda língua oficial do Estado. Comprovando assim, que a população surda deve ser acompanhada no processo educacional do país.

- A23

Desde de antigamente, pessoas que tinha algum tipo de deficiência eram vítimas de preconceito. E do mesmo modo nos dias de hoje as pessoas surdas são alvos da exclusão da sociedade pois não tem as mesmas oportunidade que as demais pessoas.

Perante a lei a educação constitui direito da pessoa com deficiência porém em muitas escolas aparece a diferença, onde o ambiente escolar e no trabalho, pessoas que tem deficiência auditiva são alvo de discriminação.

- A24

Os obstáculos à inclusão educacional e social para surdos ainda persistem, por mais que tenhamos obtido avanços, as escolas adaptadas e especializadas para as necessidades de pessoas com essa deficiência ainda são raras, e assim gera sofrimento constante para os portadores de deficiência auditiva e sua família.

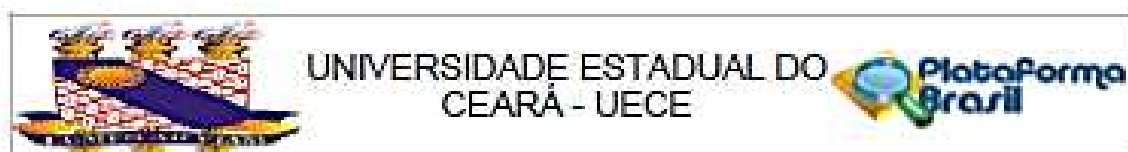
Desde à época imperial, pouco tem sido o avanço para garantir a educação dessa parcela. Os deficientes auditivos sofrem com poucas oportunidades em escolas de ensino básico, isso porque o conceito de inclusão trata da possibilidade de convívio em um mesmo espaço, entre a realidade e o modelo idealizado, por meios legais, torna ainda mais preocupante, considerando a evidente falta de estruturas para atender estudantes que apresentam cuidados e limitações, tornando tudo mais difícil.

- A32

Na Grecia antiga os deficientes eram vítimas de discriminação, agressões, eram jogados do penhasco, eram queimadas até a morte. Naquela epoca, quem tinha deficiência era rejeitada pela sociedade.

No Brasil, os surdos são grandes vítimas da exclusão no processo de formação educacional, e isso traz dificuldades em busca por autonomia e pela participação de pessoas com deficiência nas escolas públicas.

ANEXO E – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UECE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PRODUÇÃO DE TEXTOS DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVOS: UMA PROPOSTA DE ATIVIDADES COM ÊNFASE NO ENEM

Pesquisador: FRANCISCO TARCISIO DA ROCHA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 13276619.4.0000.5534

Instituição Proponente: Centro de Humanidades

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.506.824

Apresentação do Projeto:

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa-ação (THIOLLENT, 1986), o que requer efetiva participação e envolvimento do pesquisador com os atores envolvidos, a fim de que, por meio da interação, passem a construir suas compreensões acerca da problemática abordada no contexto da atividade.

O trabalho final desta pesquisa consistirá em uma proposta de intervenção destinada a professores e alunos do ensino médio, para o desenvolvimento da produção do texto dissertativo-argumentativo através da compreensão e realização de atividades que abrangem as partes estruturais desse tipo de texto.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Aplicar uma sequência de atividades pedagógicas com a finalidade de contribuir na qualidade da produção de textos escritos por alunos do 1º ano do Ensino Médio de uma escola pública estadual de Fortaleza - CE, por meio das práticas de produção escrita da tese e do primeiro argumento de textos dissertativoargumentativos.

Objetivos Secundários:

Endereço: Av. Siles Munguba, 1700

Bairro: Itaperi

CEP: 60.714-903

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3101-0800

Fax: (85)3101-0808

E-mail: cep@uece.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
CEARÁ - UECE



Continuação do Parecer: 3.506.024

- Averiguar a qualidade da produção de textos pelos alunos do 1º ano do ensino médio;
- Verificar como os alunos produzem a escrita da tese e do primeiro argumento do texto dissertativo-argumentativo;
- Propor exercícios que subsidiem a produção da introdução e do primeiro parágrafo do desenvolvimento de textos dissertativo-argumentativos;
- Elaborar um manual didático que forneça orientações aos professores da educação básica sobre como trabalhar a escrita do texto dissertativo argumentativo, com foco na preparação dos alunos para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O risco desta pesquisa envolve o constrangimento dos alunos não conseguirem escrever o texto dissertativo-argumentativo. Porém, esse risco será minimizado com a manutenção da sua privacidade, o fornecimento de orientações individualizadas pelo pesquisador acerca da escrita do texto dissertativo-argumentativo, assim como o direito do participante desistir a qualquer momento da pesquisa.

Como benefícios, além de aumento do conhecimento sobre o tema pesquisado, este estudo possibilitará que o aluno assimile a escrita do texto dissertativo-argumentativo, preparando-o para a redação do Enem e demais exames de Ingresso no ensino superior.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de pesquisa relevante apresentado ao Mestrado Profissional em Letras do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta folha de rosto assinada pelo pesquisador e Diretora do Centro de Humanidades da UECE, Termo de Anuência assinado pela Diretora da Escola onde o estudo será realizado, Termo de Consentimento livre e Esclarecido e Termo de Assentimento, ambos informando o objetivo do estudo, forma de participação, riscos e benefícios do estudo.

Recomendações:

Encaminhar relatório final do estudo ao CEP/UECE.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O estudo atende às determinações da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Endereço: Av. Sias Munguba, 1700

Bairro: Itaperi

CEP: 60.714-903

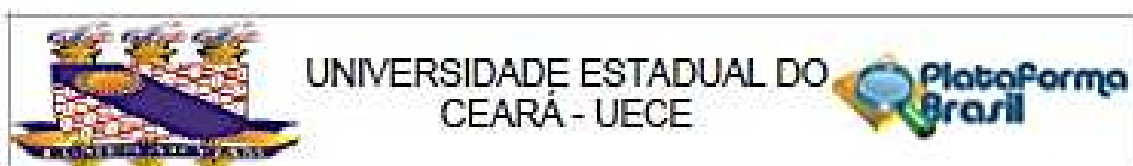
UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3101-0800

Fax: (85)3101-0800

E-mail: cep@uece.br



Continuação do Parecer: 3.506.024

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1347365.pdf	21/07/2019 21:15:47		Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	21/07/2019 21:15:24	FRANCISCO TARCISIO DA ROCHA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Consentimento.doc	21/07/2019 21:14:58	FRANCISCO TARCISIO DA ROCHA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Assentimento.docx	21/07/2019 21:14:21	FRANCISCO TARCISIO DA ROCHA	Aceito
Outros	Autorizacaoescola.pdf	05/05/2019 09:30:47	FRANCISCO TARCISIO DA ROCHA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado.pdf	05/05/2019 09:27:37	FRANCISCO TARCISIO DA ROCHA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_rosto.pdf	05/05/2019 09:23:48	FRANCISCO TARCISIO DA ROCHA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 14 de Agosto de 2019

Assinado por:
ISAAC NETO GOES DA SILVA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Sias Munguba, 1700
Bairro: Itaperi CEP: 60.714-003
UF: CE Município: FORTALEZA
Telefone: (85)3101-8800 Fax: (85)3101-0908 E-mail: cep@uece.br